

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**O *DAESH*.
DIMENSÃO GLOBALIZAÇÃO,
DIPLOMACIA E SEGURANÇA**

**ATAS DO SEMINÁRIO
24 DE MAIO DE 2016**

Coordenadores

Tenente-Coronel Adalberto Centenico (Mestre)
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Junho 2017

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CID/IUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CID/IUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, *workshops*, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 - Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STaFS” para a configuração do constructo

Coronel Tirolinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 - Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 - A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas e comerciais

Coronel Tirolinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 - O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança

(Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 - Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirolinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 - Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 - Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 - Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 - A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 - O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes* no Instituto Universitário Militar
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 - I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira

Presidente

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor Chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Designer Gráfico

Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq
4200-259 Porto
Tel.: (+351) 225 025 005
E-mail: fronteirado caos@netcabo.pt
www.frenteirado caoseditores.pt

ISBN 978-989-99755-7-6

ISSN 2183-2129

Depósito Legal

Tiragem: 100 exemplares

© Instituto Universitário Militar, junho, 2017.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

NOTA INTRODUTÓRIA	1
PROGRAMA	5
ATAS DAS COMUNICAÇÕES	7
I. GÉNESE E CONTEXTO DA AMEAÇA	
1. O DAESH enquanto Ameaça ao Sistema Político Internacional Vigente	11
Dr. Rui Pereira	
2. A Influência da Globalização	23
Dra. Ana Campos	
II. A MANOBRA DO DAESH	
1. Estratégia Genética	41
Dra. Jessica Piçarro	
2. Estratégia Operacional	59
Major Rui Pais dos Santos	
3. Comunicação Externa	71
Dr. Ricardo Miranda	
III. INSTRUMENTOS DE RESPOSTA	
1. Avaliação Prospetiva do Ambiente Estratégico	83
Dra. Rita Vieira / Dr. Braima Fati / Doutor José Félix Ribeiro	
2. Sistemas de Informações. A Base para a Resposta	101
Doutora Helena Rego	
3. A Ação Diplomática	115
Embaixador José Duarte de Jesus	
4. A Intervenção do Instrumento Militar	123
Coronel Nuno Lemos Pires	

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente obra resulta das reflexões e apresentação de resultados e perspetivas sobre o Daesh nas suas múltiplas dimensões efetuadas na Conferência Final da Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança, que decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

A referida conferência assinalou o encerramento do 3º Curso de Pós-graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, o qual resulta de uma aposta de três instituições, que se juntaram para criar uma oferta formativa inexistente em Portugal e para a qual as suas valências específicas se consideravam passíveis de trazer mais-valias. Falamos do Instituto Universitário Militar (IUM-Estado-maior General das Forças Armadas), do Instituto Diplomático (IDi-Ministério dos Negócios Estrangeiros) e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-UNL).

A procura de atualidade temática, uma das apostas desta formação pós-graduada, fundamenta a escolha em cada curso de Pós-graduação de um tópico central, objeto de aprofundamento específico no Seminário Final, agora na sua terceira edição. Depois da Síria e da Rússia considerou-se, face ao seu impacto no contexto político-militar internacional, que era incontornável centrar a terceira edição da ação formativa no Daesh.

Um cenário que marca a atualidade mundial e europeia, em termos de segurança, é a ambição que o auto denominado estado islâmico revela ao tentar controlar território sobre o qual reclama direitos associados ao conceito de soberania.

Este parece ser, em termos de segurança, um dos desafios mais prementes que o Mundo e a Europa terão que saber enfrentar com assertividade nos próximos tempos. Falamos de uma entidade que, para além de tentar atingir os seus objetivos através de ações de carácter terrorista, procura de forma cumulativa conquistar território, auto intitulando-se mesmo como “estado”.

Importa não esquecer que, pese embora atualmente os territórios em causa sejam essencialmente partes da Síria e do Iraque, o nível de ambição dos líderes do estado islâmico poderá ir bem mais além, podendo, conforme já expresso, vir a afetar territórios europeus. Tudo dependerá da capacidade

que a comunidade internacional tiver para conter aquela declarada ambição expansionista.

Foi neste quadro que os membros da NATO, na última cimeira de Gales, que teve lugar em setembro de 2014 tendo a crise ucraniana e a ameaça do estado islâmico como pano de fundo, acordaram em reverter as tendências de desinvestimento no campo da Defesa. Efetivamente, numa nota de então do Parlamento Europeu, destacava-se que cerca de 73% do orçamento da NATO vinha sendo garantido pelos Estados Unidos da América e que, segundo a mesma nota, existiam apenas três países europeus que atingiam a meta dos 2% do PIB em gastos de Defesa.

As conclusões daquela cimeira apontavam para uma ideia geral de que é necessário criar condições que, no campo da Defesa, permitam contribuir para a manutenção dos desejáveis níveis de segurança no espaço europeu. Veremos o que nos traz, neste contexto, o futuro próximo e mais longínquo.

Importa certamente manter presente que a ameaça centrada em fatores de ordem territorial, ao contrário do que há não muito tempo se pensava, continua a ser um cenário a considerar, sendo por isso incontornável gerar recursos e capacidades que, primeiramente, criem um efeito dissuasor e, se necessário for, garantam a necessária capacidade de resposta.

O Seminário realizado em 24 de maio de 2016 pretendia estimular a realização de um fórum onde fossem abertamente discutidas as grandes questões e as incertezas que o Daesh lança ao sistema político internacional vigente, as quais nos surgem potenciadas pelo fenómeno da globalização, e que cumpre identificar para melhor prever e mitigar.

Como vimos, esta capacidade de resposta orientada para a tipologia de ameaça deve, numa perspetiva inclusiva, ser visualizada e concebida considerando os vários instrumentos à disposição dos estados e das organizações internacionais, bem como o contexto e os fatores profundos que alimentam, definem e sustentam as estratégias genéticas, estruturais, operacionais e comunicacionais da ameaça.

Percebemos também que a heterogeneidade das dimensões que constituem o atual ambiente estratégico, bem como a sua complexidade e dinâmica permanente, obrigam a uma abordagem integral e abrangente, tanto no processo de conhecimento e avaliação da ameaça – minimizando desta forma a incerteza –, como na definição das opções de resposta a desenvolver.

Na ação estratégica, a questão coloca-se muito ao nível da relação entre os objetivos definidos e os meios disponibilizados para os alcançar, devendo ser encontrado um ponto de equilíbrio mínimo, para que não se

coloque em causa a eficácia da resposta, em um quadro de elevadas restrições orçamentais, é ainda mais premente a necessidade de identificação de meios críticos.

Podemos dizer que, em sentido lato, meios críticos são aqueles que, sem os quais, existe um claro risco de falha no cumprimento dos objetivos definidos. É assim necessário, aos vários níveis e no contexto dos vários instrumentos de resposta, avaliar e tomar opções orientadas para a eficiência da resposta.

É neste quadro que, ao nível académico, a oferta formativa pós-graduada proporcionada pelo Instituto Universitário Militar, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade NOVA de Lisboa, e pelo Instituto Diplomático surge como uma mais-valia, procurando habilitar quadros com os conhecimentos científicos, instrumentos de análise e metodologias necessários para avaliar, gerir e tomar decisões, face a problemas concretos decorrentes dos desafios impostos pelo novo enquadramento das questões internacionais e securitárias, pela cooperação internacional, pela globalização, pelo contexto geopolítico e geoestratégico em que se configuram as relações de poderes mundiais, nos quais os processos de decisão estratégica e o enquadramento da segurança e defesa nacional devem ser equacionados, numa lógica de ligação entre as áreas do conhecimento das relações internacionais, da ciência política e das ciências militares.

Falamos de contributos de vários especialistas de reputado mérito, mas também os resultados da investigação de alguns discentes do 3.º Curso de Pós-graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, que tiveram assim oportunidade de revelar os relevantes conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante a formação, permitiram o tratamento aprofundado do Daesh.

A publicação compreende, para além desta Nota Introdutória, o Programa do Seminário e os textos de nove intervenções, divididas em dimensões de estudo que se constituíram como títulos dos diferentes painéis.

Partimos da identificação do que está em jogo e da génese e do contexto da ameaça, em termos geopolíticos e ideológicos, olhando o Daesh como ameaça ao sistema político internacional vigente num contexto de crescente globalização.

Na segunda parte procuramos fazer um diagnóstico preciso das estratégias do Daesh a diferentes níveis, designadamente a nível genético, operacional e comunicacional.

A terceira parte concentra-se na identificação de instrumentos de análise. Uma vez realizada a avaliação prospetiva do ambiente estratégico, discutem-se

as respostas possíveis. Falamos de respostas baseadas em sistemas de informações rigorosos, na ação diplomática e no papel do instrumento militar, face à tipologia de ameaça em estudo.

À coordenação do Seminário restam algumas palavras finais de agradecimento:

A todos os moderadores e em particular aos conferencistas, pela partilha incondicional de conhecimento que desde logo se disponibilizam a fazer, bem como pelo esforço adicional que desenvolveram para colocar por escrito as suas ideias e perspetivas¹, algo essencial para que esta publicação pudesse ser preparada e editada para memória futura.

E ainda às instituições envolvidas neste projeto (IUM, FCSH e IDI), pelo apoio dado a esta iniciativa, pelo entusiasmo com que a receberam e ainda pelo comprometimento que sempre manifestaram com este projeto académico, seja ao nível das suas estruturas de direção, seja através das várias estruturas funcionais que sempre colaboram, de forma pronta, com a coordenação do seminário.

A Coordenação

Tenente-Coronel Adalberto Centenico (Mestre)
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues

¹ Os textos que a seguir se reproduzem são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e congregam as reflexões com que cada um deles entendeu enriquecer o conhecimento científico sobre o tema.

PROGRAMA

Seminário Final
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO GLOBALIZAÇÃO, DIPLOMACIA E SEGURANÇA

24 de maio de 2016
FCSH/NOVA – Avenida de Berna

O DAESH

DIMENSÃO GLOBALIZAÇÃO, DIPLOMACIA E SEGURANÇA

09:15 – Abertura Institucional
Conferência de Abertura
O DAESH enquanto ameaça ao SPI vigente (Professor Dr. Rui Pereira)

10:00 – Gênese e contexto da ameaça
Moderação: Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias (FCSH / NOVA)
As forças profundas regionais (Professor Doutor Costa e Silva)
O quadro ideológico de base (Professor Doutor Filipe Pathé Duarte)
A influência da globalização (Dra. Ana Campos)

11:45 – A manobra do DAESH
Moderação: Tenente-Coronel Rui Vieira (IUM / EMGFA)
Estratégia genética (Dra. Jéssica Piçarro)
Estratégia operacional (Major Pais dos Santos)
A comunicação externa (Dr. Ricardo Miranda)

15:00 – Instrumentos de resposta
Moderação: Dr. Luís Ribeiro Cabaço (IDI / MNE)
Avaliação prospetiva do ambiente estratégico (Dra. Rita Vieira / Dr. Braima Fati)
Sistemas de informações. A base para a resposta (Professora Doutora Helena Rego)
A ação diplomática (Embaixador Duarte de Jesus)
A intervenção do instrumento militar (Coronel Nuno Lemos Pires)

17:00 – Encerramento Institucional

Organização
Professora Doutora Teresa Rodrigues
Major Adalberto Centenico

Instituições


ATAS DAS COMUNICAÇÕES

I – GÉNESE E CONTEXTO DA AMEAÇA

1. O *DAESH* ENQUANTO AMEAÇA AO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL VIGENTE

Dr. Rui Pereira

ISCSP – Universidade de Lisboa

O terrorismo voltou a inscrever-se na primeira linha da agenda política nacional (e internacional) após o 11 de setembro de 2001. Entre meados da década de 80 e 2001, o terrorismo internacional constituiu sempre uma preocupação latente mas remota do Estado português, sobretudo atento à possibilidade de a ETA, o IRA ou alguma organização fundamentalista islâmica se servirem do território nacional como base de apoio, recuo ou passagem na sua atividade.

Por outro lado, o terrorismo doméstico assumiu uma importância considerável e justificou a sua natureza polissémica no século XX. Esquecendo o passado mais longínquo da 1.ª República, a ditadura do Estado Novo classificava como terroristas os movimentos independentistas africanos que vieram a ocupar o poder (MPLA, FRELIMO e PAIGC), bem como as organizações oposicionistas que optaram pela luta armada (ARA, criada pelo PCP, LUAR e PRP/BR)¹.

Já depois do 25 de abril de 1974, o ELP, o MDLP e os CODECO protagonizaram uma oposição armada ao processo revolucionário, que envolveu, designadamente, ataques a sedes do PCP e da UDP². Após o 25 de novembro

¹ Sobre a atividade destas organizações, cfr. Fernanda Leitão e Carlos Pina, “LUAR: o que é?”, *Cadernos de Divulgação*, 2 (1975), Fernando Pereira Marques, “Criar poder popular: reflexões e documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática”, *Cadernos Ulmeiro*, 8 (1976), *A violência no processo revolucionário: um exemplo de luta – as Brigadas Revolucionárias*, (s.a.), (s.d.), João Paulo Martins e Rui Loureiro, “As organizações armadas em Portugal de 1967 e 1974: a extrema-esquerda em Portugal (1960-1974)”, *História*, n.º 18 (abril de 1980), Jaime Serra, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA* (Ação Revolucionária Armada), 1999, e Raimundo Narciso, *ARA: Ação Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, 2000.

² Acerca do terrorismo de direita e, especialmente, sobre a atividade do ELP/MDLP, ver Alpoim Galvão, *De Conakry ao MDLP: dossier secreto*, 1976, e Günter Wallraf e Hella Schlumberger, *A descoberta de uma conspiração: a Ação Spínola*, 1976.

de 1975, emergiu uma organização de sinal contrário, as FP-25 de abril, que praticou múltiplos atentados (incluindo o homicídio do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais), foi desmantelada pela investigação criminal e beneficiou de uma controversa amnistia³.

Porém, pela sua gravidade sem precedentes – documentada pelo número de mortos e importância dos alvos atingidos –, os atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA suscitaram de imediato duas novas perguntas dirigidas a decisores políticos, a juristas, a políticos, a técnicos de investigação criminal e à “comunidade de informações”, à escala internacional: o que falhou, possibilitando o êxito dos atentados? Que medidas deverão ser adotadas para que eles não se repitam?

Na resposta à primeira pergunta, deve ter-se consciência, antes de tudo, de que nem sempre é possível evitar atentados terroristas (mesmo sem cometer erros). Uma tal conclusão é imposta pela conjunção de dois fatores: a configuração democrática de Estados como o português e a posse da iniciativa por parte das organizações terroristas. Esta iniciativa torna especialmente difícil antecipar as circunstâncias de tempo, lugar e modo de cada novo atentado.

³ O Tribunal Constitucional apreciou a questão e pronunciou-se pela não inconstitucionalidade das normas da Lei n.º 9/96, de 23 de março (que amnistiou determinadas infrações de motivação política cometidas entre 27 de julho de 1976 e 21 de junho de 1991), primeiro em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade, através do Acórdão n.º 444/97, de 25 de junho (tirado por unanimidade no âmbito de um processo em que o Tribunal de Instrução Criminal de Sintra se recusou a aplicar a lei da amnistia, ao abrigo do artigo 204.º da Constituição, com fundamento na respetiva inconstitucionalidade), e depois no domínio da fiscalização abstrata sucessiva, mediante o Acórdão n.º 510/98, *DR*, II Série, de 14 de julho de 1998 (suscitado por um pedido de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral apresentado por 47 deputados do PSD – Partido Social Democrata). Apesar de também este acórdão ter sido aprovado por unanimidade, importa observar que a Conselheira Maria Fernanda Palma – que ainda não fazia parte do Tribunal Constitucional por ocasião da fiscalização concreta – apresentou declaração de voto na qual, não obstante tenha considerado “... concebível que [a amnistia] promova a reintegração social dos agentes dos crimes, contribua para erradicar o fenómeno do terrorismo e constitua um estímulo para o respeito pelos bens jurídicos”, sustentou que “... não são quaisquer razões, que se aproximam perigosamente do puro arbítrio político, que permitem distinguir entre agentes de crimes tipicamente idênticos os que são e os que não são puníveis”; deste modo, a referida declaração de voto, embora admitindo a constitucionalidade da amnistia, sublinhou – bem, a meu ver – que ela constitui uma verdadeira lei penal, sujeita, entre outros, ao princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição, e não um puro acto político insindicação, como o indulto e a comutação de penas, que são da competência do Presidente da República após audição do Governo – artigo 134.º, alínea f), da Constituição.

O facto de as organizações terroristas disporem da iniciativa e não obedecerem a regras implica que elas possam escolher as circunstâncias de tempo, lugar e modo de cada atentado à luz de um catálogo ilimitado – ou melhor, de um catálogo que elas próprias criam. Podem atingir homens, mulheres e crianças de qualquer nacionalidade, em qualquer parte do mundo e através de qualquer meio. Antecipar um atentado terrorista é, por isso, um desafio extremamente complexo.

Para agravar este estado de coisas, os atentados atribuídos à Al-Qaeda e ao Daesh obedecem a um padrão semelhante ao dos retrovírus na área da biologia: de atentado para atentado, o modelo parece variar. Assim, se os atentados contra embaixadas norte-americanas em África se basearam na ideia de globalização e na compreensão da eficácia dos *media*, os atentados de 11 de setembro terão pretendido demonstrar a vulnerabilidade dos Estados Unidos da América “na sua própria casa”.

No entanto, existe um verdadeiro padrão a que obedecem os atentados terroristas de inspiração fundamentalista, que se pode analisar nos seguintes aspetos essenciais:

- a) Os terroristas estão dispostos, com frequência, não só a matar mas também a morrer, o que torna escassa a eficácia preventiva das normas que incriminam as respetivas condutas;
- b) Os terroristas julgam estar a executar um mandamento divino que prescreve a guerra santa e legitima o homicídio de quaisquer “infieis” (e, como dano de colateral, também de pessoas que professessem a fé islâmica), o que implica que o seu alvo seja muito mais vasto do que o dos terrorismos de inspiração nacionalista ou político-ideológica;
- c) Os terroristas são apoiados ou pelo menos tolerados por determinados Estados, o que lhes facilita a movimentação internacional e permite o financiamento dos atentados;
- d) Os terroristas servem-se, normalmente, não de armas de destruição massiva, mas antes de meios relativamente frugais, embora as suas ações sejam imaginativas e preparadas com enorme rigor (dir-se-á que os terroristas parecem ter “transferido” a sua capacidade criativa do plano ideológico-religioso, onde utilizam conceitos maniqueístas, para o plano da execução de atentados).

Apesar da sua perigosidade, não vale tudo na luta contra o terrorismo. A ideia de Estado de direito democrático (artigo 2.º da Constituição Portuguesa) cria fronteiras, que são concretizadas pelas garantias de defesa (artigo

32.º, n.º 1), pela proibição de discriminações (artigo 13.º, n.º 2) e pela restrição das interceções de comunicações a casos especialmente graves (em que haja processo-crime e com autorização de juiz, nos termos dos artigos 34.º, n.º 4, e 32.º, n.º 4⁴).

Cabe observar, aliás, que a Constituição portuguesa contempla numa só norma (artigo 27.º, n.º 1) os direitos à liberdade e à segurança, pressupondo a existência de uma relação de interdependência funcional entre eles. Mas existem relações antinómicas entre os dois direitos e o desenvolvimento de um pode implicar a atrofia do outro. Assim, em Estados que se confrontam com organizações terroristas, as liberdades individuais tendem a ser restringidas em vários domínios.

Todavia, não se pode esquecer que o terrorismo alcança, de modo perverso, uma vitória precisamente quando obriga o Estado de direito democrático a restringir ou suprimir liberdades. O terrorismo não pode ser combatido a qualquer preço – as restrições ou privações de liberdades devem sempre obedecer ao programa de contenção do artigo 18.º, n.º 2, da Constituição, isto é, estão subordinadas a princípios de necessidade, adequação e proporcionalidade.

Daqui resulta uma aparente “desvantagem” dos Estados democráticos quanto aos Estados ditatoriais. Estes últimos podem restringir ou suprimir as liberdades individuais para combater o terrorismo e até se podem prevalecer do terrorismo de Estado ou do terrorismo dissimulado para alcançar os seus fins “antiterroristas”. Todavia, uma tal resposta hipoteca um dos principais trunfos do Estado na luta contra o terrorismo: a superioridade ética e jurídica.

Com efeito, se, prevalecendo-nos da “teoria dos jogos”, pensarmos nos trunfos que o Estado possui na luta contra o terrorismo, que permitem não só anular os trunfos do terrorismo mas também conquistar uma vantagem decisiva, concluímos que o primeiro resulta, precisamente, da observância de regras morais e legais. O cumprimento dessas regras gera uma forte

⁴ O artigo 34.º, n.º 4, limita-se a restringir a possibilidade de intercetar comunicações aos “casos previstos na lei em matéria de processo penal”. Porém, o artigo 32.º, n.º 4, ao atribuir ao juiz a competência, sem possibilidade de delegação, para praticar atos que se “prendam diretamente” com os direitos fundamentais, torna claro que só ele pode autorizar as interceções. A jurisprudência constitucional tem sido muito restritiva nesta matéria, nem sequer admitindo o acesso dos serviços de informações portugueses aos chamados meta dados, o que os coloca numa situação de desvantagem em relação aos seus congéneres europeus. Cfr. O Acórdão do Tribunal Constitucional nº 403/2015, de 27 de agosto, tirado, em sede de fiscalização preventiva, a pedido do Presidente da república, com apenas um voto de vencido (do Conselheiro Teles Pereira).

adesão das populações à luta das autoridades estatais e uma censura generalizada ao terrorismo.

Por outro lado, não podemos ignorar que o Estado – com os sistemas de Justiça, Defesa Nacional, Segurança Interna, Investigação Criminal, Informações e Proteção Civil – constitui a organização social mais poderosa e sofisticada que a Humanidade já logrou instituir. Por mais fortes que sejam as organizações criminosas dedicadas aos tráficos de armas, droga e seres humanos ou as organizações terroristas não têm, em geral, o mesmo nível de eficácia.

Para combater os Estados, o terrorismo de inspiração fundamentalista optou por criar uma rede internacional. A Al-Qaeda funciona como uma espécie de marca registada, com ramificações à escala planetária. Conseguiu, é certo, parasitar um Estado (o Afeganistão), mas a sua força proveio de inspirar os terroristas sediados nos vários continentes, sem necessidade de com eles estabelecer uma ligação baseada, por exemplo, no “centralismo democrático”.

No entanto, o Daesh, impropriamente chamado Estado Islâmico (não é reconhecido como Estado pela comunidade Internacional e não é islâmico, porque não segue os preceitos corânicos), representa um novo marco na escalada terrorista. O Daesh criou uma organização materialmente semelhante a um Estado soberano, ocupando ilegitimamente parte do território do Iraque e da Síria, desenvolvendo atividades económicas e exerce um poder despótico sobre a população.

Para além disso, o Daesh introduziu um fator de maior incerteza na luta contra o terrorismo. Para além de obrigar os Estados a dispersarem-se numa luta em duas frentes (o seu próprio território e o território ocupado no Iraque e na Síria), o Daesh deixou de privilegiar os atentados apocalípticos (torres gémeas de Nova Iorque, metro de Londres ou comboios de Madrid) para patrocinar ou aceitar como bons quaisquer atentados, sejam quais forem os meios.

No “seu” território, o Daesh tem levado até ao máximo paroxismo a estratégia de intimidação. Reféns aleatórios são degolados ou queimados vivos por carrascos que, por vezes, não passam de crianças. Os autores destes crimes hediondos são, com frequência, elementos radicalizados em países ocidentais, cuja fé religiosa é mais do que duvidosa e exprimem um sentimento de revolta generalizada contra os princípios e valores das sociedades em que cresceram.

Para contrariar este novo terrorismo é necessário, no plano da cooperação, edificar uma Ordem Internacional que contemple a imposição de sanções eficazes aos Estados que apoiem organizações terroristas eficazes. Foi

também neste âmbito que, justamente após o 11 de setembro, se procedeu à qualificação de atos terroristas como atos de guerra e se proclama, em contraposição, a necessidade de guerras preventivas (ou da defesa preventiva internacional)⁵.

A expressão “guerra ao terrorismo”, introduzida no discurso político por George Walker Bush depois dos grandes atentados de 11 de setembro de 2001, foi objeto de críticas severas, até por ter sido sucedida de uma invasão ao Iraque, de legitimidade muito duvidosa (não se provou que houvesse armas de destruição massiva) e de eficácia nula, ou melhor, contraproducente, tendo em conta que o Iraque fragmentado se converteu num ninho de organizações terroristas⁶.

Contudo, a qualificação de atos terroristas como “atos de guerra” foi retomada por François Hollande depois do atentado contra o *Charlie Hebdo*, em 7 de janeiro de 2015, e, sobretudo, depois dos grandes atentados de Paris, em 13 de novembro do mesmo ano. A qualificação permitiu ao Conselho de Segurança autorizar a utilização de meios militares, ao abrigo do artigo 51.º da Carta da ONU e à União Europeia oferecer ajuda ao abrigo do artigo 42.º, ponto 7, do Tratado de Lisboa.

⁵ Cfr., sobre a possibilidade de qualificar os atentados terroristas como atos de guerra, pronunciando-se positivamente, Maria Fernanda Palma, em conferência sobre o Tribunal Penal Internacional, proferida em 2001 na Faculdade de Direito de Lisboa, e Diogo Freitas do Amaral, “Aspetos jurídicos do 11 de setembro e suas sequelas”, *Do 11 de setembro à crise do Iraque*, 2002, p. 31. Todavia, a primeira autora tem uma visão muito restritiva da guerra preventiva, enquanto o segundo parece rejeitá-la por princípio (na realidade, não há nenhuma relação de implicação lógica ou valorativa entre a qualificação dos atentados terroristas como atos de guerra e a admissibilidade da “guerra preventiva”).

⁶ Manifestando preferência pela via pacífica na solução de conflitos, a Carta das Nações Unidas estabelece, no artigo 33.º, que “as partes num conflito que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais procurarão, antes do mais, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, decisão judicial, recurso a organismos ou acordos regionais ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha”. A legítima defesa é encarada como *ultima ratio* perante ataques armados (artigo 51.º). Do mesmo modo, o artigo 2.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro), estabelece, no n.º 1, a prioridade da negociação e reserva, no n.º 3, o recurso à guerra por Portugal para os casos de agressão militar efetiva ou iminente, “no exercício do direito de legítima defesa reconhecido na Carta das Nações Unidas”. A dificuldade aqui patente é enquadrar um atentado no conceito de agressão militar. Todavia, esse enquadramento deve bastar-se com a agressão por outro Estado através de meios violentos. A não ser assim, premiar-se-ia o Estado que privilegiasse a “guerra suja” em detrimento da guerra convencional.

O que mudou entre 2001 e 2015, para se aceitar sem especial controvérsia a ideia de guerra contra o terrorismo? Em primeiro lugar o terrorismo passou a ser uma ameaça crónica. Em segundo lugar, dispõe agora de um “Estado de facto”. Em terceiro lugar, os atentados surgem mais claramente como “atos de guerra”, com ações armadas de “jihadistas” e um nível de crueldade nunca visto (homicídio do padre Hamel, em plena celebração religiosa, em 25 de julho de 2016).

Neste contexto, para além do nível “panfletário” o conceito de guerra ao terrorismo permite reagir militarmente contra ele. Os Estados que inspiram, financiam ou apoiam atos terroristas podem sofrer uma resposta militar dos Estados atingidos ou da Comunidade Internacional. Porém, os autores dos atos terroristas – bem como os seus instigadores ou cúmplices⁷ – não podem invocar a qualidade de “soldados” para se eximirem à aplicação do Direito Penal.

Por seu lado, a figura da defesa preventiva também tem sido invocada, neste contexto, no âmbito da luta contra o terrorismo, para justificar ataques a Estados que se preparem para desencadear ataques militares tradicionais ou furtivos. Esta figura é já conhecida no Direito Penal, sendo identificada como uma “causa de justificação supralegal”⁸. Não é consagrada expressamente pela lei mas é reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência, com base nos princípios justificadores.

A defesa preventiva é uma figura intermédia entre a legítima defesa propriamente dita (que pressupõe uma agressão ilícita e atual e admite a ofensa, pelo defendente, de bens jurídicos superiores – artigos 32.º do Código Penal e 337.º do Código Civil) e o direito de necessidade (instituto “solidarista” que pressupõe apenas uma situação de perigo e permite ao “necessitado” sacrificar bens jurídicos alheios sensivelmente inferiores – artigos 34.º do Código Penal e 339.º do Código Civil).

Assim, a defesa preventiva refere-se a agressões futuras, que irão ser desencadeadas “seguramente” (com um grau de probabilidade próximo da certeza) e que só é possível repelir por antecipação. Contudo, em defesa preventiva o critério de ponderação é mais estreito do que na legítima defesa (embora seja mais generoso do que no estado de necessidade): o agente pode

⁷ Todos eles *autores* do crime autónomo de organizações terroristas, em face do disposto no n.º 1 do artigo 300.º do Código Penal. Com efeito, esta norma consagra um conceito de autoria substancialmente mais amplo do que o resultante da aplicação do artigo 26.º do Código Penal.

⁸ Cfr. sobre isto, desenvolvidamente, Maria Fernanda Palma, *A justificação por legítima defesa como problema de delimitação de direitos*, vol. I, 1990, p. 309 e ss..

sacrificar bens jurídicos de valor igual ou inferior ao dos que pretende preservar.

A aplicação destes critérios ao Direito Internacional parece viável. Todavia, a controversa figura da guerra preventiva só se afigura justificável quando não for possível, em momento posterior, reagir com sucesso a uma agressão militar, que, para além de qualquer dúvida razoável, irá ser desencadeada. E, além disso, os critérios da “guerra justa” respeitantes ao sacrifício de civis e a “danos colaterais” em geral devem ser aplicados com especial rigor e num sentido restritivo.

São estes os parâmetros à luz dos quais se deve julgar, por exemplo, a legitimidade da intervenção militar contra o Iraque. Isto sem esquecer o alegado – mas nunca provado – envolvimento do Iraque nos atentados do 11 de setembro, que, a confirmar-se, teria permitido configurar a questão como bilateral, justificando eventualmente a intervenção bélica dos Estados Unidos da América, sem necessidade de autorização da comunidade internacional (que, na realidade não existiu).

Num outro plano, a violação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas a desarmamento, só poderia ser aferida legitimamente pela própria ONU e não por um Estado ou por um conjunto de Estados aliados. É, na verdade, contraditório invocar uma resolução do Conselho de Segurança mas pretender que o respetivo cumprimento deve ser confirmado por outra entidade – seja um Estado ou qualquer outro sujeito de Direito Internacional.

No âmbito jurídico, tem sido invocado o Direito Penal do inimigo para sublinhar a necessidade reforçar a luta contra o terrorismo. Porém, a designação “Direito Penal do inimigo” (*Feindstrafrecht*) foi utilizada por Günther Jakobs muito antes dos atentados de 11 de setembro de 2001. A gravidade dos atentados terroristas tornou mais verosímil a ideia de que é necessário revisitar o Direito Penal, criando respostas inovadoras para um quadro de ameaças acrescidas⁹.

A tendência para o desenvolvimento de um sub-ramo do Direito Penal, de “primeira velocidade”, que compreende institutos substantivos e proces-

⁹ A expressão “Direito Penal do terrorismo” é de Günther Jakobs, “Das selbstverständnis der Strafrechtswissenschaft vor den Herausforderung der Gegenwart”, *Die deutsche Strafrechtswissenschaft vor der Jahrtausende* (org. de Eser e Hassemer), 2000, pp. 47-57. Uma boa expressão alternativa é “Direito Penal a duas velocidades”, oferecida por Silva Sánchez, em *La expansión del derecho penal – Aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales*, 1999, p. 124.

suais mais expeditos, eficazes e gravosos, foi desencadeada na Europa, já na década de setenta do século passado, para responder ao terrorismo ideológico (Brigadas Vermelhas, *Baader-Meinhoff*, Forças Populares 25 de abril) ou nacionalista (ETA, IRA) e aos crimes de tráfico (primeiro, o tráfico de drogas e, numa fase posterior, o tráfico de pessoas).

A partir da década de oitenta, a luta contra a criminalidade organizada passou a incidir também na criminalidade económica e financeira por se ter adquirido consciência da importância do financiamento e do lucro no desenvolvimento das associações criminosas. Ao mesmo tempo, assistiu-se a casos de verdadeiro assalto ao poder por estas associações. Assim, fenómenos como o branqueamento e a corrupção passaram a ser integrados no “Direito Penal de primeira velocidade”.

Mais recentemente, atentados terroristas têm justificado a criação de novos institutos jurídicos. Todavia, há um núcleo essencial de direitos, liberdades e garantias que não pode ser afetado nesta luta contra o crime, sob pena de descaracterização do Estado de direito democrático. A presunção de inocência, o direito de ser representado por advogado, o direito de recurso, o *non bis in idem*, e a proibição de tortura, entre outros, inserem-se nesse núcleo intangível.

Todavia, a ideia de Direito Penal do inimigo é inaceitável por pressupor que o Estado tem legitimidade para punir aqueles que exclui do seu próprio âmbito. Como assinala Fernanda Palma, “qualquer Ordem Jurídica concreta, exatamente por pretender ser Direito, não pode conceber uma qualquer pessoa como seu inimigo, sob pena de deixar de ser, quanto a essa pessoa, Direito”¹⁰. Mas esta conclusão não obsta a que se criem mecanismos mais eficazes para combater o terrorismo.

Em termos gerais, os conceitos abrangentes de autoria e de atos executivos, a previsão de crimes de perigo abstrato, a punição da apologia do terrorismo e dos atos preparatórios, a responsabilidade das pessoas coletivas, a permissão de ações encobertas, a perda de bens cuja proveniência seja inexplicável, a proteção de testemunhas e a quebra dos sigilos bancário e fiscal constituem alguns dos institutos usados para combater o terrorismo e a criminalidade organizada.

Já não é admissível o recurso à tortura, a pretexto da necessidade de prevenir e investigar atentados terroristas. A proibição de tortura constitui uma proibição inderrogável, decorrente da essencial dignidade da pessoa humana. São preocupantes, e fragilizam a posição do estado de direito, os

¹⁰ Cfr. Fernanda Palma, *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*, 2005, pp. 227-8.

indícios de que suspeitos de terrorismo terão sido torturados. As conclusões do inquérito promovido pelo Congresso norte-americano sobre Guantánamo revelam práticas injustificáveis¹¹.

A superioridade ético-política do Estado de direito democrático é decisiva na luta contra o terrorismo. A ideia de Direito Penal do inimigo é inaceitável por pressupor que o Estado tem legitimidade para punir aqueles que exclui do seu próprio âmbito. Como assinala Fernanda Palma, “qualquer Ordem Jurídica concreta, exatamente por pretender ser Direito, não pode conceber uma qualquer pessoa como seu inimigo, sob pena de deixar de ser, quanto a essa pessoa, Direito”¹².

Seria um erro trágico concluir que não é possível lutar eficazmente contra o terrorismo. É certo que a prevenção do terrorismo no plano extra-policial é decisiva – nunca se devem esquecer as causas políticas do terrorismo.

¹¹ Ver, sobre o conceito de tortura, o n.º 3 do artigo 243.º do Código Penal, que refere o “ato que consista em infligir sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave ou no emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios, naturais ou artificiais, com intenção de perturbar a capacidade de determinação ou a livre manifestação de vontade da vítima”. O artigo 1.º da Convenção das Nações Unidas (ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 57/88, após aprovação, para o efeito, pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/88, de 1 de março) determina, em termos idênticos, que “para os fins da presente Convenção, o termo ‘tortura’ designa qualquer ato através do qual sejam infligidos uma dor ou sofrimento agudos, físicos ou mentais, intencionalmente infligidos a uma pessoa, nomeadamente para obter dela, ou de terceira pessoa, informações ou confissões, para a punir por um ato que ela ou terceira pessoa haja cometido ou seja suspeita de o ter cometido, para a intimidade ou pressionar terceira pessoa, ou por qualquer motivo fundado sobre uma qualquer forma de discriminação, quando tais dores ou sofrimentos sejam infligidos por um agente da função pública ou qualquer pessoa que atue a título oficial ou por sua instigação ou com o seu consentimento, expresso ou tácito”. O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 2/2002, de 18 de janeiro, após aprovação, para o efeito, pela Resolução da Assembleia da República n.º 3/2002, de 30 de dezembro de 2001) inclui também uma noção de tortura, na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º: “Por ‘tortura’ entende-se o ato por meio do qual uma dor ou sofrimento graves, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controlo do arguido; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionadas acidentalmente”. Este conceito de tortura é mais amplo do que o contido no artigo 243.º porque prescinde do elemento subjetivo especial da ilicitude (questão em aberto é a de saber se o termo intenção deve ser entendido como dolo ou corresponde a todas a modalidade de dolo). Para além disso, a noção de tortura do T.P.I. envolve uma delimitação negativa que se aproxima da formulada pelo n.º 4 do artigo 243.º do Código Penal.

¹² Cfr. Fernanda Palma, *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*, 2005, pp. 227-8.

Também é verdade que a repressão do terrorismo não deve implicar privações ou restrições generalizadas dos direitos individuais – o que constituiria uma vitória do terrorismo. Mas é possível, sem dúvida, melhorar o nível de eficácia da luta antiterrorista.

O reforço dos sistemas de informações e a valorização do elemento humano (com recurso, por exemplo, ao agente infiltrado), o aprofundamento da cooperação entre os sistemas de informações e de investigação criminal, o melhoramento da cooperação entre sistemas de informações, órgãos de polícia criminal e autoridades judiciais no plano internacional constituem, seguramente, os meios privilegiados para alcançar uma maior eficácia na luta antiterrorista.

Políticas isolacionistas, que advoguem a construção de muros (seja nos EUA seja na Hungria) só podem vulnerabilizar a luta dos Estados contra o terrorismo. Embora este fato político se não relacione com a luta antiterrorista, o entusiasmo com que o Daesh saudou o “*brexit*” ilustra bem esta ideia. Na verdade, a vitória só pode ser obtida com cooperação em todas as frentes: na União Europeia, na Aliança Atlântica e com todos os Estados apostados na luta contra o terrorismo.

2. A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO

Dra. Ana Campos

Instituto Português de Relações Internacionais/UNL

“No definition of terrorism can possibly cover all the varieties of terrorism that have appeared throughout history” (Laqueur, 2001, p. 7). O terrorismo não é uma tática recente e ao longo da História o termo foi usado para caracterizar os mais diversos atos criminosos de cariz político, social ou religioso. Simultaneamente, o conceito tem sofrido grandes alterações ao longo do tempo, sendo por isso complicado defini-lo. Não obstante Raymond Aron defende que o terrorismo pode ser definido como *“a acção violenta cujos efeitos psicológicos são desproporcionais aos resultados puramente físicos.”* (Aron, 2002, p. 242). Esta definição exalta uma das suas principais características: o terror psicológico. Independentemente da estratégia usada, esse é com efeito o objetivo final.

Na década de 1960 o terrorismo começou a ser visto como um problema internacional. Segundo Bruce Hoffman, *“the advent of what is considered modern, international terrorism occurred on July 22, 1968”* (Hoffman, 2006, p. 63), com o sequestro de um avião da companhia aérea israelita EL AL, com rota de Roma para Tel Aviv, por três terroristas palestinos. Este ato teve um carácter político, pois pretendia negociar os reféns em troca da libertação de prisioneiros palestinos, e teve como alvos cidadãos comuns. Hoffman considera que houve uma alteração no terrorismo desde essa altura, pois, *“for the first time, terrorists began to travel regularly from one country to another to carry out attacks (...) they also began to target innocent civilians from other countries simply in order to endow their acts with the power to attract attention and publicity that attacks against their declared or avowed enemies often lacked.”* (Idem, p. 64). Até ao final na década de 80, grupos radicais nacionalistas, como a ETA e o IRA, dominavam o terrorismo. Com a Revolução Iraniana, em 1979, começaram a surgir grupos terroristas de cariz religioso, nomeadamente o Hezbollah. *“Uma das principais inovações do período veio a revelar-se invulgarmente terrível: o bombista suicida (...) foi*

usado pela primeira vez pelo Hezbollah contra os americanos, no Líbano, em 1983, com um efeito decisivo.” (Hobsbawm, 2008, p. 119).

Com o final da Guerra Fria e o colapso da União Soviética muitos grupos nacionalistas enfraqueceram. Em 1990 registou-se mesmo uma diminuição do número de incidentes de terrorismo, como é possível verificar na Figura 1. Mas que foi apenas pontual, já que ao longo da década de 90 o radicalismo islâmico começou a crescer, dando origem a movimentos terroristas com base no fundamentalismo islâmico, fundados por combatentes da Guerra do Afeganistão que regressaram aos seus países de origem, como foi o caso de Bin Laden e da criação da Al-Qaeda, que a partir da década de 90 impulsionou o terrorismo internacional. *“O terrorismo já não é apenas um instrumento de grupos subversivos actuando isoladamente no seio do Estado e contra este, mas, sobretudo, um instrumento de Estados na prossecução de objectivos geopolíticos.”* (Lara, 2011, p. 436). O terrorismo é então uma tática ao serviço de uma estratégia geopolítica e, embora este seja internacional, está efetivamente ligado a conflitos locais e regionais.

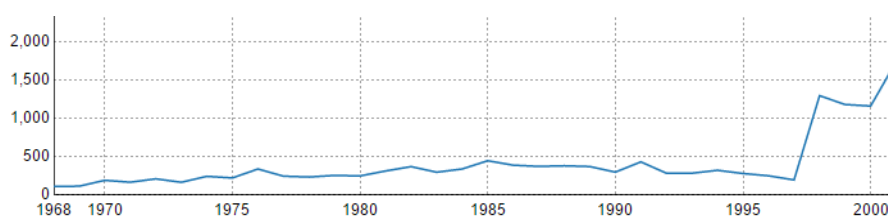


Figura 1 – Número de incidentes de terrorismo a nível mundial entre 1968-2001

Fonte: (*Our World in Data*. Disponível em: <http://ourworldindata.org/data/war-peace/terrorism/>. data de acesso 1 de novembro de 2015).

Em 2001, o terrorismo emerge como ameaça transnacional e o mundo despertou para a sua existência. Foi *“após o 11 de setembro de 2001, nos EUA, que a noção de terrorismo foi alterada qualitativamente e este assumiu posturas radicais, adquirindo também uma categoria transnacional”* (Garcia, 2014, p. 510). Como se pode observar na Tabela 1, *“while traditional terrorist organizations were characterized by vertical and hierarchical organizational structures, the new terrorist organizations consist of horizontal networks”* (Kurtulus, 2011, p. 477). O terrorismo convencional era localizado, enquanto *“terrorism today knows no international boundaries”* (Eid, 2014, p. 175). Este era movido pela ideologia política e caracterizado pelo uso da violência restrita, através de uma *“surgical selection of targets”* (Martin, 2006, p. 10), tendo

como principais alvos personalidades políticas importantes. Já o terrorismo transnacional é movido pelo fanatismo religioso, “*based on religious ideals to justify terrorist activities*” (Adkins, 2013, p. 2) e caracteriza-se pela violência extrema e “*indiscriminate attacks against «soft» targets*” (Martin, 2006, p. 212).

Uma das grandes diferenças registadas entre o terrorismo convencional e o terrorismo transnacional (Tabela1) decorre do facto deste último tirar partido do uso dos *media*. “*Um dos infelizes sinais da barbárie é o facto de os terroristas terem descoberto que, desde que esteja ao alcance dos ecrãs de todo o mundo, o assassinio em massa de homens e mulheres insignificantes tem maior valor noticioso do que os mais celebrados ou simbólicos alvos para as suas bombas.*” (Hobsbawm, 2008, p. 119).

Tabela 1 – Comparação entre o terrorismo convencional e o terrorismo transnacional

	Terrorismo Convencional	Terrorismo Transnacional
Estrutura	Hierárquica	Em rede
Operação	Orientação territorial	Orientação global
Motivação	Ideologia política	Fanatismo religioso
Táticas	Violência restrita	Violência extrema
Interpretação do Ocidente	Desejo de afirmação	Ameaça eminente
Media	Não usa	Usa

Fonte: (Elaboração própria).

Se, por um lado, a globalização nos aproximou e criou uma crescentemente interdependência a vários níveis, a sua influência também tornou o terrorismo mais difícil de combater e a sua propagação mais acelerada. Foi neste contexto de globalização que o terrorismo evoluiu, e que surgiram novas organizações terroristas, com estruturas celulares e mais desenvolvidas (como o ciberterrorismo, por exemplo). A facilidade e a rapidez na disseminação de informação e na comunicação contribuem para que exista uma maior ligação entre várias células terroristas e a internet é usada por estas para disseminar os seus ideais, fornecer instruções e recrutar. Os *media* também têm um papel fundamental na divulgação das ações e da propaganda. Desta forma, servem o principal objetivo terrorista, que é precisamente a

perpetuação do medo e do terror nas massas. Assim, os media acabam por ser uma importante arma do terrorismo.

2.1 A influência da globalização no *DAESH*

Como referido, o terrorismo transnacional tem sido fortemente influenciado pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Neste sentido, o Daesh não é exceção.

Em primeiro lugar, a globalização foi imprescindível para a internacionalização do grupo terrorista, que é conhecido a nível global e até mesmo considerado um “*cyber* califado”, a sua ideologia não tem fronteiras. De certa forma, isto inspira os seus seguidores, por todo o mundo, a praticarem atos terroristas em nome do grupo, ainda que não estejam diretamente vinculados ao mesmo. Outra área em que é possível verificar a influência da globalização é na proliferação de armamento. “*Nations have difficulties protecting borders from the transfer of people and contraband (weapons, drugs)*” (Alexander, 2011), pois havendo uma maior facilidade na circulação de armamento, o seu controlo torna-se uma tarefa mais complicada. O financiamento também não é exceção, já que a globalização proporcionou uma maior liberdade na circulação de capital e, conseqüentemente, uma maior liberdade no financiamento do terrorismo, tornando-se assim mais difícil de rastrear, uma vez que “*the anonymous nature of money/asset transfer, particularly due to technology (PayPal, Internet payments, gift cards), enables the fast movements of assets.*” (Alexander, 2011).

A globalização abrange diversos aspetos do grupo terrorista, porém, nesta análise estará em foco apenas a influência da globalização num quarto especto: o processo de recrutamento.

2.1.1 O processo de recrutamento

O *Daesh* tem vindo a aliciar e formar “terroristas domésticos” através da internet e das redes sociais. A globalização tem facilitado a comunicação entre os vários membros do grupo terrorista a nível mundial, simplificando e potenciando a organização de ataques coordenados à distância e aumentando a sua probabilidade de sucesso. No que toca ao recrutamento, este caracteriza-se por três elementos essenciais: a ideologia, que é seu núcleo, a propaganda, através da qual é difundida a mensagem radical, e as redes sociais, onde os terroristas entram em contacto direto com o público-alvo da propaganda.

2.1.2 Ideologia

O Daesh tem como base ideológica o fundamentalismo islâmico. O fundamentalismo islâmico é uma adaptação do Islão enquanto religião, que visa atingir objetivos políticos e económicos. “*É uma ideologia com notórias ambições universalistas.*” (Fernandes, 2006, p. 73). Este tem como base o sunismo e apenas reconhece os sunitas como os verdadeiros muçulmanos. Ao longo de toda a história do Islão houve sempre conflitos entre sunitas e xiitas devido às suas diferenças religiosas. “*Os sunitas, partidários da tradição profética Sunna (...) aceitaram o sogro do Profeta, Abu Bakr, como seu sucessor na condução dos destinos da Umma, ao contrário, dos xiitas que consideram que a liderança da comunidade, após a morte de Maomé, deveria caber a Ali, seu primo e genro.*” (Silva, 2010, p. 111). Após a queda do regime de Saddam Hussein, em 2006, o governo iraquiano passou de uma base sunita para uma base xiita, momento a partir do qual os sunitas começaram a sofrer represálias. É neste âmbito que o Daesh aproveita a vitimização da população sunita para a conquistar.

A ideologia é fundamental para conseguir tocar as massas e move-las em torno dos seus objetivos. “*This overarching ideology is used as the pretext to attract recruits who have both personal and political grievances, are vulnerable, and may be easily swayed by a ‘quest for significance.’*” (Pitt-walker, 2015). Esta ideologia radical é disseminada através dos diversos meios de propaganda, no sentido de mobilizar o maior número de combatentes possíveis para a causa. Na Figura 2 é possível visualizar a diversidade da origem dos milhares de combatentes que partiram, até 2015, para a Síria e para o Iraque para se juntar ao *Daesh* e combater a seu lado. Os países ocidentais não são exceção, sendo França, de onde partiram mil quinhentas e cinquenta pessoas, o país europeu com mais combatentes.

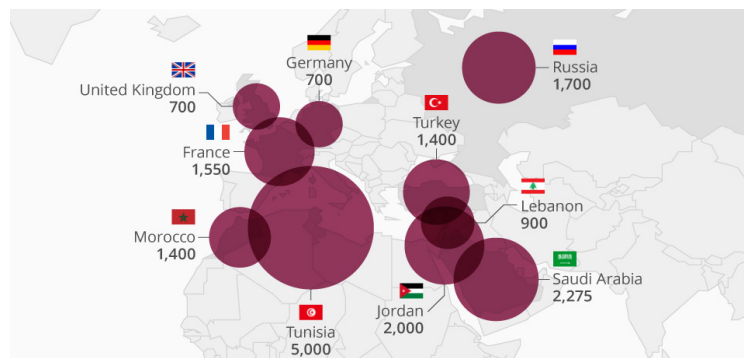


Figura 2 – Número de combatentes estrangeiros do EI na Síria e no Iraque em 2015

Fonte: (The Statistics Portal. Disponível em: <http://www.statista.com/chart/3866/where-syria-and-iraqs-foreign-fighters-comefrom/>. Data de acesso 3 de novembro de 2015).

2.1.3 Propaganda

A propaganda é fundamental para a disseminação dos ideais radicais e para conquistar novos combatentes e apoiantes. O uso da internet para divulgar mensagens terroristas não é uma novidade. No entanto, o *Daesh* tem uma grande capacidade de adaptação e a sua eficiência é realmente revolucionária, conseguindo divulgar uma maior quantidade de propaganda e com muito melhor qualidade do que até agora tinha sido feito.

A este nível, identifica-se dois diferentes tipos: a propaganda de intimidação e a propaganda de recrutamento. O departamento “Mu’assassat al-Furqan” é responsável pela produção e distribuição de conteúdos intimidantes de disseminação de ameaças e provocações. “*This media outfit is responsible for videos that depict beheading and anti-Western sentiments*” (Saltman, EM et al., 2014), onde os inimigos do *Daesh* são o público-alvo. Por outro lado, um outro departamento muito sofisticado, designado “Al Hayat Media” trata de toda a produção e distribuição “*of diverse communication materials to include videos, news articles, reports, and public or media statements all aimed at recruiting fighters and soliciting support, while also spreading the utopian caliphate ideals of the organisation.*” (Saltman, EM et al., 2014). Os vídeos realizados são profissionais e de alta definição, com legendas em, pelo menos, inglês, têm um forte potencial para o recrutamento e nada têm a ver com os vídeos amadores divulgados pela Al Qaeda. Tal como já acontecia com a Al Qaeda da Península Arábica (AQAP), com a edição da revista *Inspire* desde 2010, o Al Hayat também lançou, em julho de 2014, uma revista *online* designada “Dabiq”¹, que já vai na sua 14.ª edição. A revista é gratuita e publicada em diversas línguas, incluindo o inglês e o francês, tornando assim o seu acesso global. “*The magazines portray the Islamic State as they see themselves, boasting of their victories and painting a romantic image of the restoration of an Islamic golden age based on holy war. Whole sections are devoted to praising the execution of perceived heretics and the demolition of ancient monuments.*” (Friedland, 2014).

Grande parte das ferramentas de propaganda estão em inglês, dirigindo-se assim, principalmente, para um público-alvo ocidental. Esta propaganda descentralizada na internet é muito relevante para os objetivos da rede terrorista quer a nível de recrutamento quer na intimidação dos seus inimigos, pois demonstra a dimensão do seu poder e força, além disso, aumenta a

¹ Dabiq é uma cidade no norte da Síria, onde os jihadistas acreditam que irão defrontar os infiéis, numa batalha que ditará a vitória islâmica.

sua credibilidade, mostrando-se quase invencíveis nos vídeos partilhados e cativando milhares de jovens que desejam pertencer a algo maior.

A internet faz parte do quotidiano de uma percentagem muito significativa da população. A camada mais jovem, principalmente, “vive” *online*. Por esse motivo, o *Daesh* utiliza redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *Ask.fm*, entre outras, para chegar até esta e a tentar recrutar. O *Telegram Messenger*, um serviço de mensagens instantâneas encriptadas, tem sido um importante veículo de comunicação entre os membros, permitindo também conversas de grupos e a partilha de ficheiros. Em janeiro, “*the Telegram instant messaging service has blocked over 660 channels belonging to Daesh terrorist group members.*”²

No entanto, “*instead of being the cause of radicalisation, the Internet is a catalyst to the process, providing as it does easy access to streams to indoctrinate, educate and socialize.*” (Hussain, G et al., 2014).

Uma das técnicas mais usadas no *Twitter* pelas contas *jihadistas* é o recurso a *hashtags* muito populares, como eventos, jogos de futebol ou notícias, aumentando assim as visualizações e os acessos. Um relatório da Fundação Quilliam indica que existem quatro tipos de contas de *Twitter* associadas ao *Daesh*:

“*Official News Accounts: Centralised propaganda streams that are not linked to a particular individual, streaming coordinated IS news and propaganda;*

- *Unofficial News Accounts: Informal news feeds supporting IS aimed at informing wider audiences;*
- *Regional Accounts: Official information streams linked to a particular IS-run territory;*
- *Individuals: Individual supporters and fighters giving a running commentary of events in Syria and Iraq.*” (Saltman, EM et al., 2014).

Além disso, o grupo terrorista desenvolveu uma aplicação para *android* relacionada com o *Twitter*, designada “The Dawn of Glad Tidings”, criada em abril de 2014 e removida cerca de quatro meses depois. Porém, já milhares de *downloads* haviam sido feitos e, conseqüentemente, estava aberto o acesso a vários dados pessoais. A aplicação “*gives the group permission to send tweets through users’ accounts and also updates users with news and information.*” CBS News (2014). J.M. Berger, especialista em extremismo e no uso das redes sociais afirma que “*they have at least hundreds and probably more like thou-*

² (2016) – “Telegram Messenger Blocks Over 660 Daesh Channels.” *Sputnik News*. Disponível em: <http://sptnkne.ws/bu6r>. Data de acesso 20 de maio de 2016.

sands of fighters who are on social media, and then in addition to that they have many thousands of people who are casually or intensely interested in them as supporters online.” (Trowbridge, 2014).

Esse mesmo apoio *online* é precioso e tem vindo a crescer constantemente. A análise da Figura 3 permite verificar a evolução do número de contas de *Twitter* que apoiam o *Daesh*, sendo que entre 2013 e 2014 o número de contas quase triplicou, passando de quatro mil trezentas e setenta e oito contas para onze mil novecentas e duas contas.

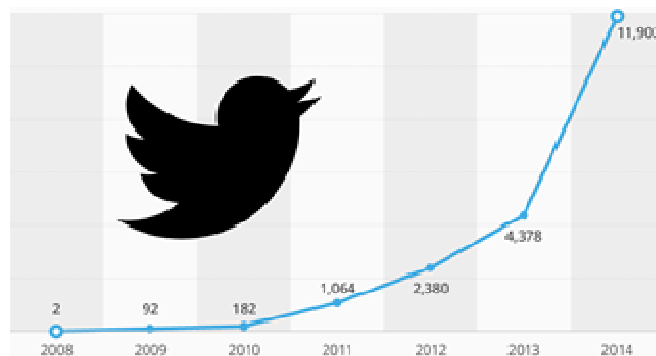


Figura 3 – Evolução do número de contas de *Twitter* de apoiantes do *Daesh*

Fonte: (The Statistics Portal. Disponível em: <http://www.statista.com/chart/3308/isis-expanding-its-reach-on-twitter/>. Data de acesso 3 de novembro de 2015).

De acordo com a informação constante na Figura 4 sobre a origem das contas de *Twitter* de apoio ao grupo terrorista, em 2015, em uma amostra de vinte mil é possível verificar a multiplicidade e diversidade dos seus apoiantes, incluindo dos Estados Unidos e o Reino Unido. O gráfico expõe, assim, a internacionalização do grupo e a sua globalidade.

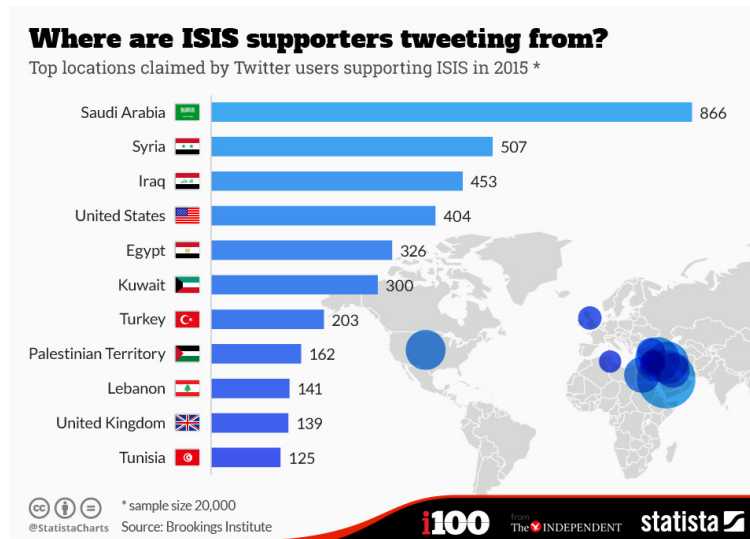


Figura 4 – Origem das contas de *Twitter* de apoio *Daesh* em 2015

Fonte: (*The Statistics Portal*. Disponível em: <http://www.statista.com/chart/3326/where-are-isis-supporters-tweeting-from/>. Data de acesso 3 de novembro de 2015).

No entanto, o *Twitter* tem bloqueado milhares de contas associadas ao *Daesh*, “125,000 Twitter accounts with alleged links to Isis have been suspended since mid-2015” (Broomfield, 2016). Para contrariar estas restrições, foi criado o “*Kilafahbook*”³, uma rede social do *Daesh*, de forma a permitir aos seus membros manter-se em contacto e partilhar todas as atualizações. O facto de a estrutura e todo o aspeto ser bastante semelhante ao *Facebook*, cativa mais pessoas que já estão familiarizadas com este, principalmente os jovens. “*It appeared to have been built on a platform called SocialKit, which anyone can download and use to make social networks of their own.*” (Griffin, 2015).

Ainda relativamente à propaganda, a “*Amaq News Agency*”, uma agência de notícias intimamente ligada ao *Daesh* e através da qual é declarada, muitas vezes, a autoria de atentados terroristas, mostra-se de extrema relevância pois “*the application’s primary purpose is for propaganda distribution. Using the app you are able to follow the most recent news and video clips.*” (Paganini, 2016). Foi lançada também uma aplicação gratuita, com algum conteúdo também em inglês, relacionada com a Agência a partir da qual é possível acompanhar todas as novidades em tempo real.

³ Significa califado em árabe.

Quanto ao desenvolvimento de aplicações, o *Daesh* lançou também a 10 de maio, um jogo para *android* gratuito educativo exclusivamente para crianças. A aplicação tem o nome de “Huroof”, que significa alfabeto em árabe. Esta tem como objetivo ensinar o alfabeto aos “filhos do califado” através de vocabulário relacionado com armamento e violência. Tal como a aplicação da “Amaq News Agency”, e ao contrário da “The Dawn of Glad Tidings”, “*the app cannot be downloaded through the Google Play store but only installed using APK files shared among the terrorist group’s supporters on Telegram and Twitter*” (Mascarenhas, 2016), evitando desta forma que seja banida.

2.2 Considerações finais

Embora o terrorismo tenha estado presente ao longo de toda a História, são evidentes as alterações e a evolução ocorrida, quer nos motivos que conduzem os grupos terroristas, quer nos métodos e táticas usadas pelos mesmos. Infelizmente, o terrorismo tornou-se mais letal, atingindo cada vez proporções maiores e, consequentemente, uma maior ameaça internacional. Nesta evolução ocorrida no terrorismo foi possível identificar o importante papel da globalização.

A globalização trouxe novos desafios à segurança nacional e internacional e criou uma sociedade que é facilmente explorada pelo terrorismo. Ao mesmo tempo que é um enorme potenciador do desenvolvimento do mundo a nível financeiro, tecnológico, científico, político e mesmo social, o fenómeno é também um catalisador de riscos para a segurança internacional. O processo de globalização desenvolveu a facilidade com que a informação é distribuída pelo mundo e, com o auxílio das novas tecnologias, aumentou a rapidez no contacto entre pessoas por todo mundo. Os *media* e as redes sociais tem sido os principais auxiliares nessa tarefa.

O *Daesh*, enquanto uma das principais ameaças terroristas internacionais, não é exceção e também ele soube utilizar algumas das características e recursos disponibilizados pelo processo de globalização em seu favor. A globalização tem servido diversos dos seus fins, nomeadamente a sua internacionalização, sendo o grupo terrorista cuja ação é atualmente mais global. A globalização tem também facilitado o financiamento do grupo terrorista e a proliferação de armamento. Todavia, tendo em conta os seus objetivos e os métodos, o recrutamento revela-se um fator indispensável à estabilidade e poder do grupo. É precisamente nesse campo que a globalização mais atua a favor do terrorismo.

Neste artigo foram identificados três elementos essenciais ao processo de recrutamento: a **ideologia**, a **propaganda** e as **redes sociais**. A globalização tem influência em cada um deles.

O fundamentalismo islâmico é a **ideologia** que está na base do grupo e é fundamental para conquistar apoiantes e cativar novos combatentes. A ideologia tem o poder de fazer com que milhares de pessoas acreditem que existe uma justificação para as suas ações, que tudo o que fazem é em nome de um bem maior, sentindo assim que são importantes e têm um impacto, um papel no mundo. A facilidade de comunicação e partilha de informação que a globalização proporcionou é imprescindível para que o *Daesh* difunda a sua ideologia e consiga atrair para a Síria e para o Iraque milhares de recrutas originários de todas as partes do mundo. Uma vez que o fundamentalismo islâmico repele os valores ocidentais, não deixa de ser irónico e curioso o facto de organizações terroristas com base no fundamentalismo islâmico, como o *Daesh*, usufruírem dos benefícios da globalização a seu favor, ainda que esta tenha sido impulsionada pelo ocidente.

A estratégia de **propaganda**, que é feita através de vídeos, revistas e ainda aplicações, revela-se preciosa para espalhar a mensagem terrorista e, mais importante, promover uma imagem de poder e força para todo o mundo. A propaganda acaba por ser a principal arma do grupo terrorista e, obviamente, primordial ao recrutamento. Neste campo, os *media* são um importante elemento para o *Daesh*. A verdade é que toda a publicidade é boa publicidade, independentemente do facto das ações do grupo terrorista serem reprovadas e criticadas, falar-se delas nos *media* internacionais, já é suficientemente vantajoso para os fins do grupo.

Já as **redes sociais**, além de serem também importantes para a divulgação de informações sobre o grupo, são principalmente imprescindíveis para entrar em contacto com as camadas mais jovem de todas as partes do mundo. As redes sociais são também uma fonte de informações pessoais que pode ser usada para tentar recrutar pessoas com determinadas características que sirvam os objetivos do grupo.

Embora o recrutamento tenha como grande fim angariar um maior número de recrutas para a guerra, no caso do recrutamento de jovens ocidentais, muitos deles sem nenhuma experiência de guerra, o que importa não são as suas capacidades físicas, mas principalmente o seu simbolismo, já que a sua inclusão e visibilidade tem um impacto psicológico, porque personifica uma ameaça ao Ocidente e é uma clara e potente intimidação.

Em suma, pode concluir-se que sem a globalização o *Daesh* não teria as oportunidades que tem em termos de difusão, propaganda e, é a sua máquina de propaganda eficaz a chave para o sucesso no campo do recrutamento. Este diferencia-se dos restantes grupos terroristas na sua capacidade tecnológica e de inovação neste campo. Sem a globalização, este não teria a amplitude e dimensão que atualmente tem e os seus objetivos, nesse sentido não seriam alcançados. No que toca ao recrutamento, este é um elemento indispensável à sobrevivência do grupo terrorista e, uma vez que o processo de recrutamento é propiciado e facilitado pela globalização, sem a mesma, conclui-se que o recrutamento do *Daesh* estaria muito aquém do que hoje é. A globalização proporciona-lhe uma maior facilidade e acessibilidade no que diz respeito ao recrutamento e outras áreas também relevantes para o aumento do poder do grupo terrorista e, conseqüentemente, um aumento da ameaça que este representa para a segurança regional e internacional.

Bibliografia

- (2016) – Telegram Messenger Blocks Over 660 Daesh Channels. *Sputnik News*. Disponível em: <http://sptnkne.ws/bu6r>. Data de acesso 20 de maio de 2016.
- Adkins, G, 2013. Red teaming the red team: Utilizing cyber espionage to combat terrorism. *Journal of Strategic Security*, Volume 6, Nº5, pp.1-9.
- Alexander, D, 2011. Terror Financing and Factors Facilitating Its Growth. *Security Magazine*. Disponível em: <http://www.securitymagazine.com/articles/82316-terror-financing-and-factors-facilitating-its-growth>. Data de acesso 5 de novembro de 2015.
- Aron, R, 2002. *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo. Editora Universidade de Brasília.
- Broomfield, M, 2016. Twitter shuts down 125,000 Isis-linked accounts. *Independent*. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/news/125000-isis-linked-accounts-suspended-by-twitter-a6857371.html>. Data de acesso 21 de maio de 2016.
- CBS News, 2014. ISIS Launches Twitter App For Android Phones. *CBS DC*. Disponível em: <http://washington.cbslocal.com/2014/06/17/isis-launches-twitter-app-for-android-phones/>. Data de acesso 15 de novembro de 2015.

- Eid, M, 2014. *Exchanging Terrorism Oxygen for Media Airwaves: The Age of Terroredia*. Pensilvânia. IGI Global.
- Fernandes, JPT, 2006. *Islamismo e Multiculturalismo – As ideologias após o Fim da História*. Coimbra. Almedina.
- Friedland, E, 2014. Islamic State Selling Message With Glossy English Magazine. *The Clarion Project*. Disponível em: <http://www.clarionproject.org/analysis/islamic-state-selling-message-glossy-english-magazine>. Data de acesso 4 de novembro de 2015.
- Garcia, FP, 2014. Terrorismo. In Mendes, NC; Coutinho, FP, coord., 2014. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 509-512.
- Griffin, A, 2015. Khelafabook: Isis supporters create own social network but site quickly buckles. *Independent*. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/news/khelafabook-isis-supporters-create-own-social-network-after-twitter-facebook-bans-10095947.html>. Data de acesso 21 de maio de 2016.
- Hobsbawm, E, 2008. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Lisboa. Editorial Presença.
- Hoffman, B, 2006. *Inside Terrorism*. Nova Iorque. Columbia University Press.
- Hussain, G et al., 2014. Jihad Trending: A Comprehensive Analysis of Online Extremism and How to Counter It. *Quilliam Foundation*. Disponível em: <https://www.quilliamfoundation.org/wp/wp-content/uploads/publications/free/jihad-trending-quilliam-report.pdf>. Data de acesso 2 de maio de 2016.
- Kurtulus, EN, 2011. The new terrorism and its critics. *Studies in Conflict and Terrorism*, Volume 34, Issue 6, pp.476-500.
- Laqueur, W, 2001. *A History of Terrorism*. Nova Jersey. Transaction Publisher.
- Lara, AS, 2011. *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- Martin, CA, 2006. *Understanding Terrorism: Challenges, Perspectives, and Issues*. Nova Iorque. Sage Publications.
- Mascarenhas, H, 2016. Isis releases new Android app filled with references to weapons and jihad to 'teach kids Arabic. *International Business Times*. Disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/isis-releases-new-android-app>

filled-references-weapons-jihad-teach-kids-arabic-1559846. Data de acesso 21 de maio de 2016.

Paganini, P, 2016. Amaq, the new ISIS Android App for secure communications. *Security Affairs*. Disponível em: <http://securityaffairs.co/wordpress/43578/intelligence/amaq-android-app.html>. Data de acesso 20 de maio de 2016.

Pitt-walker, S, 2015. ISIS: Salafism, Recruitment, Organization and Method. *International Policy Digest*. Disponível em: <http://www.internationalpolicydigest.org/2015/04/06/isis-salafism-recruitment-organization-and-method/>. Data de acesso 2 de novembro de 2015.

Saltman, EM et al., 2014. Islamic State: The Changing Face of Modern Jihadism. *Quilliam Foundation*. Disponível em: <http://www.quilliamfoundation.org/wp/wp-content/uploads/publications/free/islamic-state-the-changing-face-of-modern-jihadism.pdf>. Data de acesso 29 de abril de 2016.

Silva, TA, 2010. *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Trowbridge, A, 2014. Jihadists on the move in Iraq with weapons, hashtags. *CBS News*. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/isis-jihadists-on-move-in-iraq-using-weapons-and-twitter-hashtags/>. Data de acesso 15 de Novembro de 2015

II – A MANOBRA DO DAESH

1. ESTRATÉGIA GENÉTICA

Dra. Jessica Piçarro
FCSH – UNL

1.1 Estratégia genética

O presente artigo abordará a Estratégia Genética utilizada pelo Daesh, de maneira a criar meios humanos para a sua sustentação e perpetuação, apesar desta não se estreitar somente a estes, mas também aos meios técnicos e materiais, dar-se-á enfoque ao recrutamento humano. Pois, somente através da geração dos meios necessários o Daesh, enquanto organização, conseguirá materializar os seus objetivos políticos.

O recrutamento, se numa primeira fase, pode apresentar-se de base mercenária, isto é, recorrendo quase exclusivamente aos meios financeiros e sem nenhuma ligação ideológica, padece de sustentação futura. E, tendo em conta esta necessidade, o Daesh tem empregado estratégias para garantir a cooptação dos meios humanos fundamentais.

Deste modo, importa compreender Quais os meios humanos e a estratégia utilizados pelo Daesh para recrutar? Perante esta questão, diretamente relacionada à Estratégia Genética, considerou-se necessário abordar uma série de formatos de recrutamento utilizados, tendo-se explicado ainda quais os motivos que estão, geralmente, associados ao mesmo.

No que concerne ao conceito de Estratégia Genética, é de referir que “Tradicionalmente, a estratégia cingia-se à estratégia militar. (...) [Porém] o conceito de estratégia foi evoluindo.” (Couto, 1987, p.11). Surgiram novas dimensões que contemplam, entre outros, “os aspetos genéticos (relacionados com a geração e criação de novos meios).” (Couto, 1987, p.21).

Com base na concetualização do General Couto relativamente à estratégia genética, procedeu-se, posteriormente, à análise do recrutamento do Daesh face ao papel das mulheres e à constituição da Brigada Al-Khansa e das crianças e do sistema educativo implementado, devido a serem a fonte de nacionalismo e sustentação do Daesh direta. E das prisões e das mesquitas enquanto locais, nos quais os fatores religiosos, ideológicos e as lideranças

carismáticas são essenciais, de forma a deturpar a realidade, impulsionar à radicalização e, enquanto pontos de passagem para financiamento externo.

Posto isto, conclui-se que a atuação da estratégia genética tem como objetivo o longo prazo e, portanto, as decisões tomadas utilizam “recursos materiais, humanos e técnicos, (...) [que], são dificilmente reversíveis ou corrigíveis.” (Couto, 1987, p.22) Integra-se na estratégia indireta, no plano psicológico e a ideia é fazer perdurar e mobilizar as paixões da sociedade (Beaufre, 2004, pp.127 – 128) de maneira “(...) a substituir a força material em falta pela força de uma ideologia bem construída e pelo poder que emana.” (Beaufre, 2004, p.138).

1.2 Recrutamento

Quando referimos a máquina de recrutamento criada pelo Daesh, a nossa mente, reporta-nos imediatamente para a utilização da Internet e de redes sociais¹ enquanto difusoras da ideologia *jihadista* nas camadas mais jovens da população e, os meios de comunicação social. Porém, o processo de propaganda e recrutamento prossegue *offline*: nas prisões, nas mesquitas, nas universidades que “play an important role in the growth of the jihadi terrorist network, at the very least by introducing students to radical Islamist ideology and activities” (Forest, 2006, p.6) e no local do conflito, sem fazer distinção de género ou idade.

No que diz respeito à idade, são de facto as crianças que levantam mais questões do ponto de vista moral, pois, a sua participação cria danos a nível psicológico e, por vezes, físico para o resto da vida. A própria conceção de guerra está associada a uma conceção masculina relacional, sistemática, contínua de causas múltiplas² e de procura pelo poder (Cockburn, 2010, pp. 10–13) o que, de certa forma, acaba por contrapor a ideia pré-concebida sobre a participação das crianças e das mulheres.

As características ligadas ao recrutamento estão, frequentemente, associadas aos mesmos aspetos, ainda que os meios humanos sejam distintos. Entre eles constam fatores sociopsicológicos como sentimentos de alienação e humilhação; fatores sociais como a marginalização social e exclusão que conduzem à crise identitária que tanto se aborda atualmente na Europa; fatores religiosos/ideológicos, lideranças carismáticas e discursos inspiracionais (Ranstorp, 2016, pp.3–4).

¹ “Facebook, Twitter, Youtube, WhatsApp, Reedit, Snapchat, Ask fm and Kik.” (Intitute for Strategic Dialogue & RAN, 2015, p.3).

² Nomeadamente, económicas, étnico-culturais e religiosas.

O recrutamento infantil destaca-se das características mencionadas porque, de certa forma, se distingue. Geralmente está associado a relações familiares com os combatentes, abandono; “[...] the desire to escape difficulties at home or at school, often as a result of insecurity, boredom, and war-induced poverty.” (Benotman, N et al., 2016, p.14) ou ainda a “promise of food, the chance to fight for an ideology, acquire an income, seek social credit, obtain protection, and to find entertainment.” (Benotman and Malik, 2016, p.15). A acrescentar a todos estes motivos, o Daesh tem também incentivado os pais a enviarem os seus filhos para campos de treino.

Além da evidente e necessária geração de meios, o recrutamento infantil é também uma forma de propaganda: “It provides heightened media attention and allows terrorist groups to groom more loyal members.” (Bloom and Horgan, 2015) As crianças são ainda alvos menos propensos de resistir, mais fáceis de se tornarem leais e menos suspeitas de serem consideradas ameaças. Por outro lado, “by using children as soldiers and executioners, Islamic State attempted to convey the message to foreign audiences that airstrikes are not effective against the future generation of fighters [...].” (Benotman, N et al., 2016, p.19).

Esta forma de geração de meios utilizando o género feminino e as crianças é, na visão de Yuval-Davis e Anthias, propositada, pois, permite uma relação entre o género e o nacionalismo. As mulheres “As biological reproducers of members of ethnic collectivities; as reproducers of the boundaries of ethnic and national groups” (Al-Ali, 2008, p.4) e as crianças porque são o assegurar da ideologia “Having been introduced to ideology at a young age, children are more likely to consider it normal, and therefore defend its practices.” (Benotman, N et al., 2016, p.27).

1.3 As mulheres

1.3.1 O Daesh e a sua relação com o género

O papel da mulher no Daesh é praticamente nulo ou de submissão – consultar no Anexo 1 – visível no Manifesto criado pela Brigada Al-Khansa. Além da subordinação a que são sujeitas, algumas mulheres, especialmente as *yazidi* são vendidas e violadas em prol da sua purificação e conversão ao Islão. Sendo consideradas uma minoria herege³, os agressores garantem que estas não se reprodu-

³ Devido à religião: “Monoteístas, pré-cristãos, misturam elementos de várias tradições, especialmente do Zoroastrianismo [...].” (Euronews, 2014)

zem facultando-lhes meios contracetivos⁴ e submetendo-as a testes para despistar possíveis gestações, antes de serem (re) vendidas (Callimachi, 2016). É certo que estamos perante um crime de genocídio qualificado⁵.

Porém, o papel concreto desempenhado pela mulher é ser dona de casa e, portanto a educação da mesma circunscreve-se praticamente a tarefas domésticas e à religião. A sua atuação está associada a uma “linha de montagem que serve para garantir noivas aos combatentes, ou às vezes serem sequestradas e levadas para casamentos forçados” (Sullivan, 2015).

Na propaganda do Daesh, a vida das mulheres está “[...] repleta de amor, crianças e alegrias domésticas [...]” (Sullivan, 2015), este “presents itself as a place of pure Islam, undiluted by pressures where women can practice their faith unrestricted and without discrimination.” (Ranstorp et al., 2015, p.3). Muitas mulheres estrangeiras⁶, sentem-se frustradas porque partem com o intuito de lutar e, posteriormente, não veem os seus objetivos concretizados: “As estrangeiras solteiras são obrigadas a ficar numa pensão, onde recebem comida e uma ‘mesada’” (Sullivan, 2015). Aos combatentes solteiros é autorizada a entrada na pensão para conhecer as mulheres e o pedido para que levanten os véus. Se gostarem do que veem, podem ficar noivos (Sullivan, 2015).

Apesar da preferência do Daesh para que a mulher tenha uma vida recatada, esta pode ingressar em atividades distintas, pontualmente - consultar texto no Anexo 2 - para servir a sociedade: através da *jihad*, caso os homens não sejam suficientes ou for emitida uma fatwa⁷; para estudar a religião, serem médicas ou professoras; ainda que, sempre mantendo a segregação e a descrição: “It is always preferable for a woman to remain hidden and veiled, to maintain society from behind this veil.” (Winter, 2015, p.22)

1.3.2 Brigada Al-Khansa

A Al-Khansa, distingue-se ligeiramente da atuação que o Daesh concretiza como benéfica para as mulheres e resume-se a uma milícia constituída por mulheres, sediada em Raqqa, “[...] que aplica as regras do Daesh,

⁴ Nomeadamente a pílula.

⁵ Consultar o Artigo 2.º da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-genocidio.html> [disponível a 16 de maio de 2016]

⁶ Segundo estimativas serão pelo menos 550, as mulheres europeias que se deslocaram para o *Daesh*. (Ranstorp et al., 2015, p.2)

⁷ “A *fatwa* is an Islamic legal pronouncement, issued by an expert in religious law (mufti), pertaining to a specific issue, usually at the request of an individual or judge to resolve an issue where Islamic jurisprudence (*fiqh*) is unclear.” (Kabbani, 2016)

controlando sobretudo a forma de atuar e vestir das mulheres. Outras ajudam a revistá-las em *checkpoints*.”(Sullivan, 2015).

Esta Brigada⁸, que auferir em média entre 70 a 100\$ por mês (Eleftheriou-Smith, 2015) e que a Figura 1 pretende ilustrar em termos de imagem, surgiu com o intuito de controlar os combatentes anti-Daesh que entravam em Raqqa vestidos de mulheres e, portanto, não podiam ser revistados (Gilsinan, 2014); pode atuar ainda à paisana e garante a segregação de géneros nos locais públicos (Sullivan, 2015).



Figura 1 – A Brigada Al-Khansa

Fonte: (ISIS ‘female Gestapo’ leading campaign of terror against own sex – and 60 are British <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/isis-female-gestapo-leading-campaign-6046944>).

O Daesh instituiu um código de vestuário muito restrito para as mulheres, em prol “respect for their bodies has returned and has been taken from the eyes of onlookers, with their corrupted hearts”. (Winter, 2015, p.28) Pautando-se por obrigar à utilização de vestidos longos, luvas escuras e três véus para que a cara seja invisível. As implicações provenientes do desrespeito das regras traduzem-se em situações nas quais as incumpridoras podem ser denunciadas e punidas, consoante agressões, chicoteamentos e escravidão sexual entre as sanções.

O facto de se utilizarem mulheres em ataques ou em ações terroristas é, segundo Lauren e Caron, não só uma forma de mostrar uma aparente

⁸ Aconselha-se o visionamento do seguinte vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=bEd8LojF9gk> [disponível em 14 de dezembro de 2015]

igualdade, mas também benéfico para o Daesh: as mulheres dão menos nas vistas em locais públicos, assemelham-se mais facilmente a ocidentais (2007, p.124), sendo que não são também associadas à violência (2007).

1.4 Os filhos do califado

O recrutamento infantil iniciou-se em junho de 2014 (Abu-Nasr, 2015), após alguns combatentes terem sido apreendidos em Mosul, passando as crianças a serem denominadas como ‘Cubs of the National Defense’ e a serem utilizadas “(...) as soldiers, human shields, messengers, spies, and guards (...)” (Benotman, N et al., 2016, p.27) Rami Abdulrahman⁹ entende “They use children because it is easy to brainwash them. They can build these children into what they want (...)” (Westall, 2015) E acrescenta o recrutamento pode estar a ocorrer devido às dificuldades no alistamento de adultos face a um maior controlo das fronteiras.

O número de crianças-soldado envolvidas permanece bastante incerto, apesar de o Syrian Observatory For Human Rights (SOHR) apontar desde 2015 como sendo mais de 1100 com idades inferiores a 18 anos, as crianças sírias e não sírias recrutadas e 19 os casos de bombistas suicidas infantis (Benotman, N et al., 2016, p.44). Sabe-se também que algumas destas crianças auferem um salário de cerca de 135\$ pela sua participação e atuação (Human Rights Watch, 2014).

Se podemos considerar que os filhos do Califado são uma forma de propaganda, a autora Mia Bloom refuta esta ideia: “To ISIS, children are not just valuable propaganda; they are full-fledged militants who can kill” (2015). Não descurando o facto de as crianças deterem um valor distinto dos adultos, pois como disse Hisham Jaber “It is very hard to kill a kid, but the kid has come to kill you’.” (Gallagher, 2014) e das crianças serem vantajosas economicamente “Children are considerably cheaper in comparison to adults, because they consume less food and do not need as much pay (...)” (Benotman, N et al., 2016, p.27), ainda que, em combate se denotem as diferenças evidentes entre uma criança e um adulto.

Este tipo de recrutamento é, sem dúvida, uma forma de assegurar a continuação do Daesh através de uma segunda geração incentivada pelos próprios líderes como sendo o futuro (Figura 2).

⁹ Líder do Observatório Sírio de Direitos Humanos.



Figura 2 – Filhos do Califado

Fonte: (Deir e-Zor activist: Children easy prey for Islamic State <http://syriadi-rect.org/images/ISKidsFighters.jpg> [consultado em 26 de maio de 2016]).

David Rapaport afirma que a maioria dos grupos terroristas não sobrevive além dos primeiros tempos (2006), deste modo, o recrutamento infantil é uma forma de disseminar a mensagem e assegurar a continuidade do mesmo com os melhores soldados:

“The current generation of fighters sees these children as better and more lethal fighters than themselves, because rather than being converted into radical ideologies, they have been indoctrinated into these extreme values from birth, or a very young age. Further, because they have been taught religious concepts from their early days, they are seen as a more ‘pure’, and have a greater chance to achieve martyrdom than the current generation”. (Benotman, N et al., 2016, p.28)

1.5 A educação

O Daesh encerrou muitas escolas e, aquando da sua reabertura, alterou o plano curricular, eliminando disciplinas e tornando as escolas segregadas a partir do ensino básico (Benotman, N et al., 2016, p.30).

No novo programa, as crianças são divididas em níveis de aprendizagem consoante a idade. No ensino primário, é-lhes lecionado a parte religiosa, na qual se apresenta a ideologia jihadista e a língua árabe (Figura 3).



Figura 3 – Meninas na escola do Daesh

Fonte: (<https://www.quilliamfoundation.org/wp/wp-content/uploads/publications/free/women-of-the-islamic-state3.pdf>).

Num segundo nível são treinadas fisicamente¹⁰ e, conforme a idade, são-lhes apresentadas armas e o seu manuseamento. A terceira e última fase do processo é novamente de carácter mais ideológico. As crianças são levadas para as praças públicas, onde assistem e participam nas execuções; ou para mesquitas, onde são incentivadas a construir um sentido de superioridade individual e a tornarem-se grandes líderes (Abbas, 2014). Porém, nem todos desenvolverão o papel de militares e são-lhes realizados testes até poderem alcançar tal designação (Bloom, 2015).

Para as meninas, o ensino é algo distinto. Inicialmente, é-lhes instruída a *fiqh*¹¹, o Alcorão¹², a ciência e temas como casamento, o divórcio e as lides domésticas comuns¹³ (Winter, 2015, p.24). Durante a hora de almoço, o foco de ensino circunscreve-se à Sharia e a competências ligadas à família e à história do Islão (Winter, 2015, p.24).

Apesar do ensino primário ser um pilar da vida quotidiana, o Daesh não tem recolhido os resultados esperados e as inscrições mesmo dos filhos dos

¹⁰ Sobre esta etapa, aconselha-se o visionamento dos seguintes vídeos: http://www.liveleak.com/view?i=fdd_1416853415 e <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/isis-using-child-soldiers-slick-5919987> [disponível a 12 de maio de 2016]

¹¹ Jurisdição islâmica.

¹² Escrita e leitura de árabe.

¹³ Nomeadamente cozinhar e coser.

combatentes diminuíram vertiginosamente¹⁴ (Sullivan, 2015). Por outro lado e face ao crescimento de combatentes e famílias estrangeiras, o Daesh demonstrou a pretensão de abrir duas escolas¹⁵ em Raqqa, nas quais, o programa, além do enunciado anteriormente, contenha também inglês (Aljazeera, 2015), como se pode ver na Figura 4.

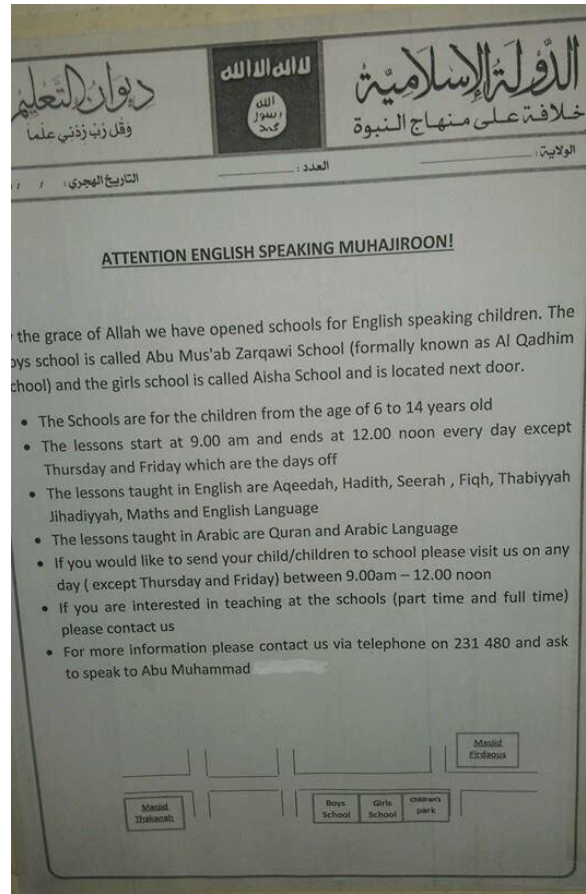


Figura 4 – Anúncio de aulas lecionadas em inglês

Fonte: (https://twitter.com/Raqqa_SL).

¹⁴ Um relatório de março da *Save the Children* concluiu que as inscrições de alunos diminuíram para 50%, quando eram de praticamente 100% antes do início da guerra civil, em 2011. (Sullivan, 2015)

¹⁵ Uma para rapazes e outra para raparigas.

O programa lecionado tem como intuito uma “lavagem cerebral”, na qual é dito aos meninos que são os filhos do Califado e que, portanto, devem difundir a mensagem do Alcorão e alargar o território do Daesh (SOHR, 2015). Esta forma de atuar é especialmente relevante, pois, as crianças acabam por ser moldadas à violência “Thus, as they become adults, they do not consider peacekeeping alternatives and tend to formulate violent solutions to problems.” (Benotman et al., 2016, p.50).

1.6 As prisões

O ambiente pesado das prisões rodeado “religious seeking, defiance, and the need for protection” (ICSR, 2010, p.25), comporta uma série de riscos, no que concerne, à radicalização e à violência extremista, sendo estas descritas como “hotbeds of terroris” (ICSR, 2010, p.7) e “places of vulnerability” (ICSR, 2010, p.1).

É através de sentimentos como o isolamento da rede familiar do prisioneiro e da procura por proteção religiosa e física (2010, p.59) que, se inicia o processo radicalização, podendo este pressupor, posteriormente, a consolidação de grupos extremistas que beneficiam não só do tempo disponível para recrutar novos elementos, como para mobilizar apoio financeiro e arquitetar operações (2010, p.1). De forma a auxiliar a radicalização consta ainda a utilização de livros extremistas, vídeos e *sites*.

Nos casos de radicalização, figuram nomes como Mehdi Nemmouche, cidadão francês de origem argelina que, segundo consta, nos cinco anos que esteve preso (2007-2012) tornou-se extremista, tendo em 2013, se dirigido para a Síria, o que fez crescer o seu sentimento de radicalização. Tendo-o demonstrado aquando do seu regresso à Europa, na qual, alegadamente, matou quatro pessoas no museu Judaico em Bruxelas (BBC, 2014).

É de extrema importância que a prisão seja um local com ambiente estável e de boas relações entre prisioneiros e funcionários. São estas que permitem compreender desvios comportamentais o que, por exemplo, numa prisão sobrelotada é inexequível, assim como, criar um sentimento de identidade que “will reduce the occurrence of defiant, hopeless and vulnerable prison populations” (ICSR, 2010, p.35). A este fator é de acrescentar que em prisões saturadas, a criação de grupos radicais entre os prisioneiros e a sua hierarquização é muito mais plausível (RAN P&P, 2015, p.6), pois as movimentações são mais descontroladas.

O ideal seria que a todos os funcionários fosse lecionado um programa de formação básica, de modo a que estes detivessem capacidades para

“(...) recognise signs of radicalisation” (RAN P&P, 2015, p.4), ainda que seja de extrema complexidade e requeira “(...) some background knowledge of the religious and cultural backgrounds of the people they are working with.” (RAN P&P, 2015, p.4). De facto, só com um suporte formativo sólido, informações completas sobre os prisioneiros e reavaliações periódicas, será possível compreender as diferenças entre uma cultura religiosa dita normal e uma de posições extremistas.

Todavia, outros desafios são impostos aos serviços prisionais, nomeadamente, o de como distribuir os reclusos. E nesta matéria, existem três tipos de opiniões de como os gerir, através da concentração; dispersão e/ou isolamento (ICSR, 2010, p.17) Contudo, a maioria dos Estados opta atualmente por “(...) mix of dispersal and (partial) concentration” (ICSR, 2010, p.21) “(...) which distributes terrorists among a small number of high security prisons.” (ICSR, 2010, p.59) o que possibilita um regresso à vida em liberdade menos penoso.

Nas prisões do Ocidente, tem-se vindo a assistir a um fenómeno relativamente recente, a formação “Muslim prison gangs (...) based on religious (sometimes also ethnic) affiliation [that] provide members with a strong sense of identity and in-group loyalty.” (ICSR, 2010, p.7); que através de uma liderança forte promovem ações de radicalização e fazem proliferar “a intimidação e a violência contra todos aqueles que não professam a religião islâmica” (Gonçalves, 2012, p.5). Face a estes acontecimentos, os Governos começaram a aperceber-se do papel que os Imãs – que até aqui eram até ostracizados – podiam revelar-se “as a ‘counter-radicalization’ tool”.(2010, p.33) Sendo atualmente olhados como “(...) counsellors, social workers, experts in radicalisation and extremism.” (ICSR, 2010, pp. 33–34).

A par da consolidação dos Muslims gangues prison, há ainda duas novas formas de recrutamento: “o sistema de conscrição e o sistema de autor-recrutamento.” (Gonçalves, 2012, p.10) O primeiro caracteriza-se como a procura por parte de um indivíduo ou grupo membros recrutadores aliados à jihad e o segundo ocorre quando “um indivíduo singular ou em grupo decide abarcar a jihad por sua própria iniciativa, criando uma célula terrorista.” (Gonçalves, 2012, p.10).

No seio das prisões, foram criados programas que, numa primeira fase, procuram criar uma relação entre “(...) religious re-education and vocational training; credible interlocutors who can relate to prisoners’ personal and psychological needs (...)” (ICSR, 2010, p.47) E numa segunda, o contacto entre “(...) the police and intelligence services (...) and the prison and probation service (...)” (RAN P&P, 2015, p.3), familiares e líderes religiosos (2015, p.9).

No que diz respeito ao recrutamento, é de salientar que a prisão “(...) is not the main incubator for radicalisation” (RAN P&P, 2015, p.1) , pelo contrário, tem-se apresentado “(...) on many occasions been incubators for peaceful change and transformation.” (ICSR, 2010, p.8).

1.7 As mesquitas

As mesquitas serviam não só como local de oração como de recrutamento, e, muitas vezes de pontos de financiamento para movimentos terroristas. De facto, até ao 11 de setembro a política encetada pelos políticos europeus e pela população em geral era bastante tolerante (Michael Taarnby, 2005, p.7) o que permitia aos clérigos e radicais recrutar “(...) fairly openly (...)” (2005, p.8) sendo a seleção feita consoante a motivação religiosa apresentada que, posteriormente, era trabalhada através da mensagem difundida de ódio ao Ocidente e transformada em violência com fins políticos e sociais (Forest, 2006, pp.5–6).

Atualmente, estas são consideradas “(...) ‘incubadoras da radicalização, isto é, locais de difusão e propaganda do Islamismo.” (Gonçalves, 2011, p.110) ou um “ponto de passagem” (2011, p.111). Desanimados com a exclusão social a que estão frequentemente sujeitos, deixam de se identificar com as mensagens proferidas nas mesquitas e procuram uma interpretação mais restrita do Islão, abandonando-as e formando, posteriormente, grupos que se reúnem em ‘prayer rooms’ (Holton, 2016) que operam em lojas e casas privadas (Gonçalves, 2011, p.111).

Hoje, os governos europeus demonstram uma maior preocupação face às mesquitas, encetando políticas de vigilância devido à revelação das células por exemplo, de Hamburgo ou de Madrid que operavam através destas para recrutar. Em Madrid, esta célula era organizada por um ex-prisioneiro de Guantánamo Lahcen Ikassrein (Pérez, 2014) o que demonstra ressentimento e grande capacidade de mobilização. Face a este tipo de circunstâncias, ponderou-se o encerramento de algumas mesquitas, porém “Se uma mesquita for encerrada ou alvo de vigilância muito apertada e não discreta, os membros poderão deslocar-se para outros locais (...)” (Gonçalves, 2011, p.111) que se poderão tornar ainda mais restritos e radicais. Logo, esta não é, de facto a solução, mas sim o desenvolvimento de políticas integradas para a população muçulmana.

1.8 Considerações finais

Conforme a pergunta de partida apresentada Quais os meios humanos e a estratégia utilizados pelo Daesh para recrutar? Podem-se concluir uma série de ilações, sendo a primeira que o Daesh, através da Internet e dos distintos meios humanos angariados, implementou uma forte máquina de recrutamento e propaganda capaz de fazer difundir e permanecer a sua ideologia. Utilizando fraquezas como a alienação ou a marginalização social nos ditos emigrantes de segunda e terceira geração, aliada à sua capacidade de liderança carismática e discursos inspiracionais torna-se um símbolo identitário.

Porém, como já pudemos observar, o recrutamento não se circunscreve aos adultos. Aproveitando-se das dificuldades que as crianças enfrentam, como a pobreza e a insegurança e divulgando uma mensagem que ao se juntarem ao exército do Daesh deixam de estar sujeitas a estas circunstâncias; inculcem nas crianças um sentimento de arregimentação e de poder enquanto grandes representantes do futuro de toda a ideologia. As mulheres, por outro lado, apresentam-se determinantes enquanto responsáveis diretas pela reprodução da população.

O recrutamento nas prisões e nas mesquitas ainda que, ultimamente, tenha vindo a perder intensidade e relevância devido ao maior cuidado dos sistemas prisionais, continua a deter uma função importante na construção e disseminação de células em países estrangeiros e na geração de financiamento para atos terroristas. Prova disso são os casos mencionados de Mehdi Nemmouche, associado à radicalização numa prisão francesa, e de Lahcen Ikassrein ligado ao recrutamento numa mesquita em Madrid.

Tendo em conta, o sucesso que a Estratégia Genética do Daesh tem manifestado, importa repensar como será o futuro dos seus meios humanos. Nomeadamente dos combatentes estrangeiros que regressem aos países de origem como irão os seus países agir face aos mesmos; às mulheres e meninas que apresentam traumas pós-conflito devido a casamentos (precoces), gestações, abortos e carência de cuidados pré e pós-natais. E às crianças, no geral, de como será a sua reintegração na sociedade depois de expostas à violência extrema que as torna, de certa forma, apáticas face a todo o tipo de sentimentos e ao outro, sempre considerando que a Convenção dos Direitos das Crianças, em 1989, estabeleceu como expressamente proibido a punição ou acusação por crimes de guerra (UNICEF, 2007, p. 9).

De facto, o processo de reintegração é uma prioridade e deve iniciar-se aquando da libertação do menor. Este processo deve envolver a recuperação

tanto de danos físicos como psicológicos e de alguma forma procurar “reprogramar” as crianças - num ato consentido e voluntário, através do acesso a uma educação de qualidade, bens de primeira necessidade, segurança e saúde.

Com base no já mencionado, considera-se que a educação pode consolidar-se como uma importante arma contra o êxito do recrutamento do Daesh, pois, através de uma forte aposta no ensino e na formação das camadas mais jovens a possibilidade de radicalização diminuirá drasticamente. A par disto, a construção de políticas de integração que englobem toda a população e o estabelecimento de uma contra narrativa face à mensagem difundida pelo Daesh poderá vir, de facto, a tornar-se a resposta à radicalização.

Bibliografia

- Abbas, M., 2014. The ‘Caliphate Cubs’ of IS - Al-Monitor: the Pulse of the Middle East. [online] Al-Monitor. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/06/iraq-isis-children-recruits-army-qaeda-execution.html>> [Acedido em 16Nov2015].
- Abu-Nasr, D., 2015. At Least 52 Children Die for Islamic State in Six Months: SOHR. [Blomberg] Syrian Observatory For Human Rights. Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/2015/07/at-least-52-children-die-for-islamic-state-in-six-months-sohr/>> [Acedido em 11Out2015].
- Al-Ali, N., 2008. Iraqi Women and Gender Relations: Redefining Difference. pp.405–418.
- Aljazeera, 2015. English-Language Schools in the Islamic State Areas in Raqqa. [online] Syrian Economic Forum. Disponível em: <<http://www.syrianef.org/En/2015/02/english-language-schools-in-the-islamic-state-areas-in-raqqa/>> [Acedido em 17Nov2015].
- BBC, 2014. Brussels Jewish Museum killings: Suspect ‘admitted attack’. [online] BBC News. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-27654505>> [Acedido em 12Mai2016].
- Beaufre, A., 2004. Introdução à Estratégia. 1st ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Benotman, N et al., 2016. The Children of Islamic State. [online] Londres, p.100. Disponível em: <<http://www.quilliamfoundation.org/wp/wp-content/uploads/publications/free/the-children-of-islamic-state.pdf>> [Acedido em 27Abr2016].

- Bloom, M., 2015. Cubs of the Caliphate - The Children of ISIS. Foreign Affairs. [online] Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-07-21/cubs-caliphate>> [Acedido em 12Out2015].
- Bloom, M. and Horgan, J., 2015. The Rise of the Child Terrorist - The Young Faces at the Frontlines. Foreign Affairs. [online] Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2015-02-09/rise-child-terrorist>> [Acedido em 12Out2015].
- Callimachi, R., 2016. To Maintain Supply of Sex Slaves, ISIS Pushes Birth Control. The New York Times. [online] 12 Mar. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/03/13/world/middleeast/to-maintain-supply-of-sex-slaves-isis-pushes-birth-control.html>> [Acedido em 24Apr2016].
- Cockburn, C., 2010. Gender Relations as Causal in Militarization and War. International Feminist Journal of Politics, 12(2), pp.139–157.
- Couto, G.A.C., 1987. Capítulo I, II e III - Teoria Geral da Estratégia. In: Elementos de Estratégia. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Eleftheriou-Smith, L.-M., 2015. Escaped Isis wives described life in the punishing all-female al-Khansa Brigade. [online] The Independent. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/escaped-isis-wives-describe-life-in-the-all-female-al-khansa-brigade-who-punish-women-with-40-lashes-10190317.html>> [Acedido em 22Nov2015].
- Euronews, 2014. Porque são perseguidos os yazidis? [online] Euronews. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2014/08/18/porque-sao-perseguidos-os-yazidis/>> [Acedido em 27Apr2016].
- Forest, J.J.F., 2006. Exploring the Recruitment of Terrorists: An Introduction. [online] Disponível em: <http://www.jamesforest.com/wp-content/uploads/2013/11/Forest_Volume-I_Chapter-1.pdf> [Acedido em 9Mai2016].
- Gallagher, A., 2014. The Islamic State's child soldiers - Al-Monitor: the Pulse of the Middle East. [online] Al-Monitor. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/04/lebanon-islamic-state-child-soldiers-syria-iraq-hrw-afp.html>> [Acedido em 16Nov2015].
- Gilsinan, K., 2014. The ISIS Crackdown on Women, by Women. The Atlantic. [online] 25 Jul. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/07/the-women-of-isis/375047/>> [Acedido em 12Mai2016].

- Gonçalves, F., 2011. O Islamismo Radical e o Combate às suas Ameaças: Da Dawa à Jihad. 1a ed. Loures: Diário de Bordo Lda.
- Gonçalves, F., 2012. A ameaça jihadista nos Estabelecimentos Prisionais: Desafios e Dilemas. IDN - Revista Nação e Defesa, (132), pp.192–211.
- Holton, C.W., 2016. Mosque jihad recruitment | The Counter Jihad Report. Counter jihad report. Disponível em: <<https://counterjihadreport.com/tag/mosque-jihad-recruitment/>> [Acedido em 9Mai2016].
- Human Rights Watch, 2014. Maybe We Live and Maybe We Die. [online] Human Rights Watch. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2014/06/22/maybe-we-live-and-maybe-we-die/recruitment-and-use-children-armed-groups-syria>> [Acedido em 17Nov2015].
- ICSR, 2010. Prisons and Terrorism Radicalisation and De-radicalisation in 15 Countries. Disponível em: <<http://icsr.info/wp-content/uploads/2012/10/1277699166PrisonsandTerrorismRadicalisationandDeradicalisationin15Countries.pdf>> [Acedido em 8Mai2016].
- Institute for Strategic Dialogue & RAN, 2015. Counter Narratives and Alternative Narratives. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_cn_oct2015_en.pdf> [Acedido em 5Mai2016].
- Kabbani, S.M.H., 2016. What is a Fatwa? [online] The Islamic Supreme Council of America. Disponível em: <<http://www.islamicsupremecouncil.org/understanding-islam/legal-rulings/44-what-is-a-fatwa.html>> [Acedido em 24Abr2016].
- Kais Dukes, 2009. Verse (4:34) - English Translation. [online] Qur'ân. Disponível em: <<http://corpus.quran.com/translation.jsp?chapter=4&verse=34>> [Acedido em 22Nov2015].
- Michael Taarnby, 2005. Recruitment of Islamist Terrorists in Europe. Trends and Perspectives.
- Pérez, F.J., 2014. Madrid mosque was used to recruit combatants for Syria and Iraq. [online] EL PAÍS. Disponível em: <http://elpais.com/elpais/2014/12/12/inenglish/1418382880_458479.html> [Acedido em 9Mai2016].
- RAN P&P, 2015. Dealing with radicalisation in a prison and probation context. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/>>

- networks/radicalisation_awareness_network/ran-news/docs/ran_p_and_p_practitioners_working_paper_en.pdf> [Acedido em 8Mai2016].
- Ranstorp, M., 2016. The Root Causes of Violent Extremism. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_gender_dec2015_en.pdf> [Acedido em 7Mai2016].
- Ranstorp, M., Galesloot, J., Gielen, A.-J., Simcock, K., Schlaffer, E., Weilnböck, H., Baer, S. and Pearson, E., 2015. The Role of Gender in Violent Extremism.
- Rapoport, D.C., 2006. The Four Waves of Terrorism. Disponível em: <<http://international.ucla.edu/media/files/Rapoport-Four-Waves-of-Modern-Terrorism.pdf>> [Acedido em 12Out2015].
- Sjoberg, L. and Gentry, C.E., 2007. Mothers, Monsters and Whores. 1st ed. Londres: Zed Books.
- SOHR, 2015. The continuation of exploiting the Syrian children suffering, recruiting and involving them in the military actions in Syria. [Syriahr] Syrian Observatory For Human Rights. Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/2015/09/exploiting-the-syrian-children-suffering-recruiting-and-involving-them-in-the-operation-battles-continue-in-syria/>> [Acedido em 11Out2015].
- Sullivan, K., 2015. A vida no Estado Islâmico. [online] PÚBLICO. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-vida-no-estado-islamico-1711251>> [Acedido em 17Nov2015].
- Westall, S., 2015. Islamic State recruits 400 children since January: Syria monitor. Reuters. [online] 25 Mar. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2015/03/25/us-mideast-crisis-syria-children-idUSKBN0MK0U520150325>> [Acedido em 15Nov2015].
- Winter, C., 2015. Women of the Islamic State - A manifesto on women by the Al-Khanssaa Brigade. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Q4O1JYxsrE4J:https://www.quilliamfoundation.org/wp/wp-content/uploads/publications/free/women-of-the-islamic-state3.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>> [Acedido em 18Nov2015].

2. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

Major Rui Pais dos Santos (Mestre)
CIDIUM/IUM e IPRI/UNL

2.1 Introdução

O *Daesh* é uma realidade conhecida, mas pouco compreendida dos nossos dias. Esta constatação é patente nas palavras do major-general Michael K. Nagata¹ ao referir que “*Não conseguimos derrotar a ideia [por trás do movimento]*”, pois “*Nem sequer conseguimos perceber a ideia*” (Graeme, 2015). Certamente que seria mais fácil de compreender este movimento se o conseguíssemos associar a um modelo já conhecido e estudado.

Ao longo deste artigo procuraremos demonstrar que é possível analisar a estratégia operacional do *Daesh* ao abrigo do modelo de guerra subversiva que serviu de base à doutrina militar portuguesa no período da guerra de África. Esta doutrina foi desenvolvida, tendo por base os conflitos da Indochina e da Argélia, no Instituto de Altos Estudos Militares, do qual o Instituto Universitário Militar é o legítimo herdeiro.

O *Daesh* apresentou a metodologia que adotou para estabelecer o Califado, no número inaugural da revista *Dabiq*. O artigo “*From Hijrah To Khilafah*” (AlHayat Media Center, 2015) explica como, tendo por base cinco fases, o *Daesh* conseguiu criar uma estrutura, desenvolver capacidades, controlar território, culminado com o estabelecimento do Califado.

Os cinco passos expostos no “*From Hijrah To Khilafah*” indiciam um conjunto de semelhanças com as cinco fases (do modelo) da guerra subversiva. Segundo o qual a subversão desenrola-se por “fases sucessivas, progressivamente, desde a simples agitação até à violência, desde a mais absoluta clandestinidade até à luta aberta, quase com o caráter de operações convencionais” (EME, 1965, p. I.10). Do ponto de vista organizacional, o movimento subversivo

¹ Desempenhou diversas missões ligadas as Operações Especiais, das quais destacamos: Vice-Diretor para as Operações Especiais no Estado-Maior Conjunto, comandante do *Special Operations Command Central* e Diretor da *Combined Joint Interagency Task Force – Syria*.

evolui desde uma organização insípida, formada por pouco mais do que a liderança, até uma organização capaz de se declarar como um Estado, assegurando muitas das funções normalmente associadas a este, incluindo o controlo do território e o acionamento de forças armadas (EME, 1965, pp. I.11 a 13).

Neste artigo, seguindo o raciocínio dedutivo, analisámos o *Daesh* à luz do modelo de guerra subversiva. Por o nosso tema nos remeter para a estratégia, efetuámos o enquadramento conceptual nesta seguindo o proposto por Cabral Couto (1988), por ainda hoje ser um autor de referência no pensamento estratégico português. O modelo de guerra subversiva, que serve como o nosso modelo de análise, foi edificado com recurso à publicação o Exército na Guerra Subversiva (EME, 1965). Os dados referentes ao *Daesh* provêm da *Dabiq*, sendo complementados com dados provenientes de *think-tanks* e observatórios, como o *Institute for the Study of War* e a *Rand Corporation*. Do ponto de vista metodológico, iniciámos este artigo com a clarificação do modelo de guerra subversiva, destacando as características identificadoras de cada uma das fases. Posteriormente, analisámos o faseamento apresentado no “*From Hijrah To Khilafah*” (AlHayat Media Center, 2015), tentando identificar a congruência entre o modelo de análise e a metodologia que o *Daesh* alega ter utilizado.

Reservámos a primeira parte desta comunicação ao enquadramento do tema na estratégia e à clarificação do modelo de análise. A segunda dedicámos à análise do “*From Hijrah To Khilafah*” e das atividades do *Daesh* à luz do nosso modelo de análise. Terminámos esta comunicação com a apresentação de considerações finais, as quais espelham a adequação do modelo da guerra subversiva, como ferramenta válida, para analisar o *Daesh*.

2.2 Considerações teóricas

2.2.1 Estratégia Operacional

Estratégia é a “ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1989, p. 209). Esta é por definição una, mas pode ser dividida em estratégias subordinadas fruto, da especificidade dos setores de atividade a que dizem respeito. A primeira divisão da estratégia que importa referir é a efetuada quanto às formas de coação, na qual a estratégia se divide em total, gerais e particulares. À estratégia total cabe a conceção, o desenvolvimento e a utilização dos recursos da unidade política com vista à consecução dos objetivos políticos. É neste nível que se concretiza a unificação do sistema estratégico. As estratégias gerais correspondem a cada uma das formas de coação (militar, económica,

psicológica, etc.), cabendo-lhes distribuir e concertar as tarefas que deverão ser levadas a efeito nos diversos ramos de atividade do domínio considerado e assegurar a sua execução. As estratégias particulares correspondem à subdivisão das gerais “de acordo com a natureza dos meios que empregam ou dos sectores a que se dirigem” (Couto, 1988, pp. 227 a 230).

A estratégia operacional é a vertente da estratégia que “trata da conceção e execução da manobra estratégica”. As restantes vertentes são a estratégia genética e a estratégia estrutural. A primeira “tem por objeto a invenção, construção ou obtenção de novos meios, a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, e que sirvam o conceito estratégico”. A estratégia estrutural tem por objetivo a análise das estruturas existentes, visando identificar “que estruturas devem ser eliminadas, corrigidas, desenvolvidas ou criadas, de forma a reduzirem-se vulnerabilidades e a reforçarem-se potencialidades” (Couto, 1988, pp. 231 a 233). Esta divisão da Estratégia apenas se aplica ao nível das estratégias gerais e particulares.

Partindo deste quadro teórico, ao apelarmos para o conceito de estratégia operacional, estamos a evocar uma forma de fazer as coisas, tendo por base os meios disponíveis e a organização existente. Simultaneamente, estamos a restringir o âmbito, pois apenas nos podemos referir ao nível das Estratégias Gerais e das Particulares. Assim sendo, este trabalho foca-se na forma como o *Daesh* conduziu estrategicamente as suas ações militares na consecução do objetivo político de estabelecer o Califado.

2.3 Guerra subversiva

2.3.1 Generalidades

A guerra subversiva é uma tipologia de guerra interna, que se caracteriza por ser desenvolvida no interior de um território, contra o poder vigente, por uma fração da população, eventualmente apoiada e reforçada do exterior, a fim de paralisar a ação ou retirar o poder às autoridades de facto ou de *jure*, podendo ter por objetivo a criação de uma nova entidade política.

Segundo Cabral Couto (1988, p. 148), a guerra é a “*violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares*”. Cabral Couto nota que as guerras podem ser classificadas sobre diversos critérios, relevando para este trabalho a sua divisão em internacionais ou internas (1988, p. 151). As internas visam a conquista do poder pela força e podem adotar as seguintes

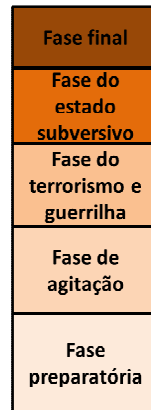
tipologias: as revoluções, os golpes de Estado, as revoltas militares e as guerras subversivas (Couto, 1988, p. 156).

Na doutrina militar portuguesa a guerra subversiva é a “a luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação”. Este conceito encerra em si um conjunto de dimensões que merecem individualização. Nomeadamente, o papel central da população enquanto ator e agente da conflitualidade. A possibilidade da ação ser reforçada e/ou apoiada do exterior (por Estados ou outros atores). A referência a duas tipologias de autoridades alarga o âmbito deste conceito, permitindo que o mesmo se adeque quando a contenda visa afetar a ação das autoridades legítimas ou as resultantes de uma imposição externa (como no caso de uma invasão, ou de uma intervenção multinacional). A última dimensão indica-nos a finalidade da guerra subversiva que é a mudança da situação política existente (EME, 1965, pp. I.1 e 2), nomeadamente com a modificação do regime político vigente, a substituição das autoridades, ou a criação de “uma nova sociedade política” (Couto, 1989, p. 215).

2.3.2 Faseamento

A guerra subversiva desenrola-se por cinco “fases sucessivas, progressivamente, desde a simples agitação até à violência, desde a mais absoluta clandestinidade até à luta aberta, quase com o caráter de operações convencionais”. O faseamento da guerra subversiva serve, principalmente, para permitir o seu estudo, pois no terreno a transição de fases é normalmente indecifrável, pois processa-se sem interrupções, num verdadeiro *continuum* de acontecimentos (EME, 1965, p. I.10). Acresce que, no fenómeno subversivo podem coexistir diferentes fases, em áreas diferenciadas do território.

As cinco fases da guerra subversiva são: fase preparatória, fase de agitação, fase do terrorismo e guerrilha, fase do Estado subversivo e fase final (Figura 1).

**Figura 1 – Fases da guerra subversiva**

Fonte: (Adaptado de EME, 1965).

A fase preparatória decorre em segredo, visto o movimento, ainda embrionário, não poder correr o risco de ser descoberto, pois isso ditaria a sua aniquilação. O movimento subversivo terá uma organização rudimentar, pouco mais do que uma direção (que servirá de base para a edificação de uma organização político-administrativa) e órgãos de recolha de informação e de infiltração (ligação). As atividades do movimento caracterizam-se por um esforço de pesquisa de informações para identificar as ideias a explorar e na identificação e caracterização do público-alvo para as mesmas. São ainda desenvolvidas atividades dissimuladas e limitadas de propaganda (EME, 1965, pp. I.11 e 12).

Na segunda fase o movimento mantém-se na clandestinidade, mas abandona o segredo, visto que as suas ações passam a ter um caráter mais abrangente e de maior amplitude. A organização edificada na fase anterior é ampliada, sendo estabelecidas células operacionais. Esta organização, mais robusta, permite ao movimento desenvolver intensas ações de propaganda e cinéticas (agitação², sabotagem, terrorismo³, etc.) que visam aumentar a agitação da população e a criação de um clima de medo entre a população. A conjugação das ações

² Atividades que visam levar a população a desafiar a autoridade com a finalidade de desprestigiar e desacreditar essa mesma autoridade. Perante a agitação social a autoridade ou não reage (dando uma ideia de inépcia) ou reage (o que inevitavelmente provocará baixas), ambas as situações permitem ao movimento subversivo capitalizar no campo psicológico (Couto, 1988).

³ Uso extralegal de violência para incutir medo com o intuito de coagir ou intimidar governos ou sociedades, na persecução de objetivos políticos, religiosos ou ideológicos (DoD, 2014).

anteriores irá dificultar a ação governativa das autoridades e obrigar à fixação de parte das forças de segurança (EME, 1965, p. I.12; Couto, 1989, pp. 241 a 243).

A fase do terrorismo e guerrilha, tal como o seu nome indicia, materializa-se pelo incremento das ações violentas. A organização do movimento encontra-se desenvolvida na sua plenitude. A organização político-administrativa cobre todo o território e as células operacionais detêm a capacidade de conjugar ações de propaganda, agitação e terrorismo com ações de guerrilha⁴. As ações cinéticas caracterizam-se pela violência, intermitência, curta duração e distribuição em superfície. Os objetivos desta fase são fixar e erodir as forças armadas e de segurança da autoridade e controlar a população. Com o incremento das ações cinéticas o movimento subversivo pode conseguir controlar zonas de território, criando desta forma os alicerces para a fase seguinte (EME, 1965, p. I.13; Couto, 1989, pp. 243 a 253).

Na quarta fase – do Estado subversivo – o movimento apresenta-se como sendo uma alternativa viável ao poder instituído, detendo o controlo efetivo de porções do território. A organização político-administrativa tem uma complexidade e abrangência que lhe permite substituir a autoridade, suprimindo as funções inerentes a esta (exemplo: satisfação de necessidades básicas, aplicação da lei, cobrança de impostos) nas zonas controladas na fase anterior. A posse do terreno permite e leva à complexificação do movimento. As atividades que anteriormente tinham de ser conduzidas em segredo podem sê-lo abertamente nos territórios sob controlo. Associado ao terreno está a população, esta conjugação permite ao movimento engrossar e treinar as suas unidades de guerrilha para que possa edificar “*forças pseudo-regulares*”⁵. Naturalmente, todos os resultados positivos são capitalizados através de uma intensa propaganda (EME, 1965, p. I.13; Couto, 1989, pp. 243 a 253).

A quinta fase parte de uma situação em que a organização político-administrativa é percecionada como sendo (no mínimo) tão válida como a autoridade substituída e o movimento subversivo conseguiu edificar as bases de umas verdadeiras forças armadas. Estas continuarão a ser ampliadas (até aos limites do pessoal e equipamento disponível) e treinadas até serem capazes de defrontar convencionalmente as Forças Armadas da autoridade vigente. O objetivo final desta fase é a capitulação da autoridade vigente, levando a

⁴ Ações desenvolvidas por forças muito ligeiras, dispersas e clandestinas contra as Forças Armadas ou de Segurança (EME, 1965).

⁵ Forças que pelo seu volume, equipamento e treino conseguem conduzir operações militares convencionais.

que o movimento subversivo se torne na «nova» autoridade de facto (EME, 1965, p. I.13; Couto, 1989, pp. 253 e 254).

2.4 Estratégia operacional do DAESH no “*from hijrah to khilafah*”

2.4.1 Generalidades

No artigo “*From Hijrah To Khilafah*” estão patentes as dimensões previamente identificadas como caracterizadoras da guerra subversiva, nomeadamente, a centralidade da população, o apoio ou reforço do exterior, a luta contra a autoridade vigente e o objetivo de modificar a situação política vigente.

A frase inicial do artigo – “o objetivo de estabelecer o Califado tem ocupado os corações dos *mujahedins* desde o reavivar da *jihad* neste século” (AlHayat Media Center, 2015, p. 34) – indicia claramente a intenção de criar “uma nova sociedade política”. Posteriormente, o artigo releva o papel central da população afirmando que “o Califado não poderia ser estabelecido sem a congregação [*jama’ah*]” (AlHayat Media Center, 2015, p. 35). Ou seja, que o caminho para a edificação do Califado teria de ser um caminho coletivo e não apenas um conjunto de esforços individuais. A ideia de combate contra a autoridade vigente é patente ao longo de todo o artigo. A referência ao apoio externo pode ser encontrada, por exemplo, na afirmação de que “agora existem muitas mais terras com condições para apoiar a *jihad*, tal como o Iémen, Mali, Somália, Chechénia e Nigéria, bem como partes da Tunísia, Argélia, Indonésia e Filipinas” (AlHayat Media Center, 2015, p. 36).

2.4.2 Faseamento

A estratégia para a implementação do Califado seguiu cinco fases (Figura 2): *Hijrah* (peregrinação), *Jama’ah* (congregação), Destabilização dos regimes *Taghut* (idolatrias), *Tamkin* (consolidação) e Califado (AlHayat Media Center, 2015, p. 38), que podem ser associadas às cinco fases do modelo de subversão do Exército na Guerra Subversiva (EME, 1965).

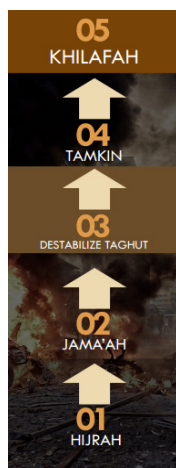


Figura 2 – Faseamento da estratégia para a implementação do Califado

Fonte: (AlHayat Media Center, 2015).

A fase da *Hijrah* teve de decorrer num lugar onde “o movimento pudesse operar sem a ameaça de uma poderosa polícia estatal” (AlHayat Media Center, 2015, p. 36). Nesta frase encontramos um paralelismo com a necessidade de segredo, identificada na fase preparatória do modelo de subversão. Só com o segredo, ou dito de outra forma, sem o movimento ser detetado (e, conseqüentemente combatido) pelas forças de segurança, foi possível este edificar e desenvolver a sua estrutura. Associado a esta fase está a ideia de migração (mesmo que não física), que tem subjacente a difusão de uma mensagem que funcionaria como o ativador para essa mesma migração.

A *Jama'ah* conduzida numa “terra onde a autoridade central era fraca” serviu para “recrutar membros e treiná-los”. Está visível nesta afirmação a marca da segunda fase do modelo de subversão, no que se refere à amplificação da organização subversiva com a criação de células operacionais. O *Daesh* alega que nesta fase recorreu a “longas campanhas de ataques *nikayah* [flagelação] levadas a cabo por células clandestinas” (AlHayat Media Center, 2015, p. 38), que levam a que as “forças de segurança tenham de se reagrupar nas áreas edificadas”. Aqui encontramos um paralelismo com o modelo de subversão no que se refere à realização de ações cinéticas visando a fixação das forças de segurança. “A *Jama'ah* tirou vantagem da situação incrementado o caos”, para isso os ataques *nikayah* “tendo como alvo os

apostatas de qualquer natureza”⁶ “focaram-se em causar a morte, ferimentos e danos no inimigo” (AlHayat Media Center, 2015, p. 36). Consideramos que estas passagens nos permitem identificar a intenção de agitar e intimidar a população, visando colocar entraves à ação governativa.

A Destabilização dos regimes *Taghut* (idolatrás) foi conseguida pela massificação dos ataques *nikayah* “até um ponto que levou ao completo colapso dos regimes *Taghut* em determinadas áreas”, dando ao movimento a possibilidade de “preencher o vazio” (AlHayat Media Center, 2015, p. 38). Neste ponto verificamos um paralelismo com o objetivo da fase três do modelo da subversão que é a conseguir controlar zonas de território, criando desta forma os alicerces para a fase seguinte. O *modus operandi* passou pela utilização “das mais eficientes armas para criar o caos no arsenal dos *muja-hedins* – veículos bomba, engenhos explosivos improvisados e *istishhiyyin* [bombistas suicidas] ” e pela realização “diária de dezenas de ataques *nikayah*, em dezenas de locais diferentes, atacando e matando, por vezes, centenas de apostatas das forças de segurança e *Rafidh*” (AlHayat Media Center, 2015, p. 37). Estas expressões refletem a violência, intermitência e distribuição em superfície das ações, mas também indiciam que foram desenvolvidas por forças muito ligeiras, dispersas e clandestinas, ou seja, que são congruentes com o modelo de guerra subversiva do Exército.

A fase de *Tamkin* (consolidação) consistiu no “preenchimento do vazio lidando com os assuntos do Estado, até ao ponto em que se conseguiria tornar num Estado de pleno direito”. Esta fase teve como marca o anúncio do estabelecimento do Estado Islâmico do Iraque. O que reflete o objetivo da fase quatro do modelo da subversão: o movimento apresentar-se como uma alternativa viável ao poder instituído, suprimindo as funções inerentes a este e detendo o controlo efetivo de porções do território. Esta territorialização do movimento permitiu que o mesmo engrossasse as suas fileiras com combatentes das áreas sob sua jurisdição, como de outros que para lá migraram. As forças do movimento engrossaram, permitindo a este derrotar as forças governamentais e controlar “Ninawa⁷, al-Anbar⁸, Saluddin⁹, al-Khayr¹⁰, al-Barakah¹¹” (AlHayat Media Center, 2015, pp. 38 e 39).

⁶ “Então atacámos as forças apostatas iraquianas (exército, policia e informações) e os *Rafidah* (mercados, templos e milícias xiitas) ” (AlHayat Media Center, 2015, p. 37).

⁷ Província iraquiana com capital em Mossul.

⁸ Província iraquiana com capital em Ramadi.

⁹ Província iraquiana com capital em Tikrit.

¹⁰ Região na Síria, onde se localiza a cidade de Deir ez-Zor.

¹¹ Província Síria.

O anúncio do Califado, marca indelével da quinta fase, “abriu o caminho para a completa unificação de todos os povos e terras muçulmanas sobre a autoridade única do Califa” (AlHayat Media Center, 2015, pp. 38 e 39). A edificação do Califado não é o passo final, mas sim um passo essencial para o estabelecimento de uma nova ordem política. Na qual o Califado, de acordo com um mapa difundido pelo *Daesh*, irá englobar a Península Ibérica, a Turquia e uma parte significativa de África, entre outros territórios. O que deixa implícita a capitulação das autoridades que atualmente governam esses territórios, tal como preconizado pelo modelo de subversão por nos seguido.

O artigo que nos tem guiado pouco acrescenta sobre o desenrolar desta fase, assim teremos de reformular a nossa perspetiva de análise. Esperamos nesta fase encontrar uma organização político-administrativa (no mínimo) tão válida como a autoridade substituída. Neste contexto, conforme pode ser paralelamente visualizado sob a forma gráfica na Figura 3, o *Terrorism Research and Analysis Consortium* (TRAC) apresenta-nos o *Daesh* como sendo uma organização territorial (com 12 governadores no Iraque e mais 12 na Síria) e departamental (da qual salientamos os conselhos de finanças, de liderança, militar, de assistência aos combatentes, de segurança [interna] e de informações), que lhe permite cobrir multidisciplinarmente o território sob seu controlo.

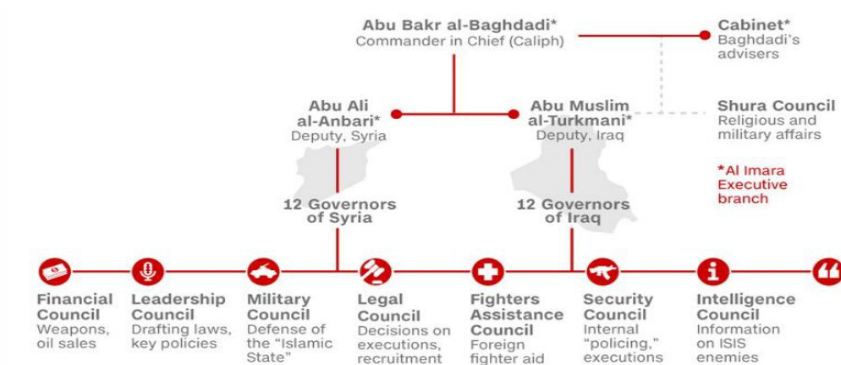


Figura 3 – Organização político-administrativa superior do Daesh

Fonte: (TRAC, 2016).

Nos territórios do Califado, o “Estado Islâmico é menos corrupto e oferece serviços públicos mais eficazes, como a construção de estradas e recolha de lixo, do que os anteriores governos sírio e iraquiano” (Sullivan, 2015), instaurou um sistema financeiro complexo (Fromer-Wexler, 2014) que

engloba a cunhagem de moeda, aplica a lei por si definida, entre outras funções. Ou seja, substituiu as autoridades anteriormente vigentes, tornando-se o *Daesh* a autoridade de facto.

Desde o início dos ataques aéreos terão sido mortos cerca de 20.000 combatentes (de um universo, em agosto de 2014, de 20.000 a 32.000). Sendo o aparelho militar do *Daesh*, em fevereiro de 2016, constituído por 25.000 combatentes. Estes números indiciam que o *Daesh* possui a capacidade para absorver a atrição resultante de uma campanha militar prolongada. Particularmente, no que toca à substituição da liderança do aparelho militar, o *Daesh* é reportado como tendo uma estrutura altamente organizada, que lhe permite manter a integridade da cadeia de comando (Robinson, 2016, pp. 20- 24).

O aparelho militar do *Daesh* é formado por combatentes proficientes, tendo o grupo introduzido nos campos de batalha novas técnicas e armas (como o uso de veículos blindados como carro-bomba) a par da utilização de meios militares convencionais¹². Assim, o *Daesh* consegue conduzir operações em todo o espectro do conflito, tendo a adaptabilidade necessária para variar entre ações de guerrilha e de combate convencional, de acordo com a situação operacional. Consequindo, igualmente, coordenar operações militares complexas, que incluem a execução de fintas¹³ ou demonstrações¹⁴, demonstrando estar aptos a combater com ações simultâneas¹⁵ e sincronizadas¹⁶ (Robinson, 2016, pp. 20-24). Em suma, demonstrando que possui as bases para a edificação de umas verdadeiras forças armadas.

¹² Exemplo: carros de combate (T-72, T-62 e T-55), viaturas blindadas de transporte de pessoal e de combate de infantaria (BMP-1 e BMP-2); sistemas antiaéreos (Míssil Stinger, Míssil Grinch 4, ZSU 23-4) e peças de artilharia de campanha (M198).

¹³ Visa “iludir o inimigo sobre o momento e o local da operação decisiva, ou mesmo sobre a forma de manobra a adotar. As forças que conduzem uma finta procuram manter o contacto com o inimigo mas evitam o empenhamento decisivo” (EME, 2012).

¹⁴ É uma “exibição de forças numa área onde não se procura a decisão, conduzida com o objetivo de iludir o inimigo sobre o momento e o local da operação decisiva. Ao contrário da finta, as forças que conduzem uma demonstração evitam o combate próximo com o inimigo” (EME, 2012).

¹⁵ “Significa conduzir diversas tarefas ao mesmo tempo. Requer a condução de operações em profundidade e integrá-las ao mesmo tempo para que assim se multiplique os seus efeitos” (EME, 2012).

¹⁶ “Executar múltiplas tarefas em diferentes locais ao mesmo tempo, para garantir a sinergia de efeitos” (EME, 2012).

2.5 Conclusões

Vimos que é possível analisar a estratégia operacional do Daesh, em particular a sua estratégia militar operacional, com recurso ao modelo de guerra subversiva que serviu de base à doutrina militar portuguesa no período da guerra de África.

As cinco fases do modelo de guerra subversiva foram replicadas pelo *Daesh*. Nomeadamente, a fase preparatória ou *Hijrah* visando a edificação de uma organização que pudesse conduzir e combater a guerra subversiva. A fase de agitação ou *Jama'ah* na qual se conjugaram ações de propaganda e cinéticas para aumentar a agitação e o medo da população, dificultando a ação das autoridades e fixando parte das forças de segurança. A fase do terrorismo e guerrilha, designada pelo *Daesh* como Destabilização dos regimes *Taghut*, materializou-se pelo incremento dos ataques *nikayah*, que se tornaram verdadeiras ações de guerrilha, conjugadas com ataques com veículos bomba, engenhos explosivos improvisados e *istishhiyyin*. Esta intensificação da violência fixou e desgastou as forças de segurança, permitindo ao *Daesh* o controlo limitado de território. Na quarta fase, do Estado subversivo, ou *Tamkin* (consolidação), marcada pelo estabelecimento do Estado Islâmico do Iraque, o *Daesh* apresentou-se como uma organização capaz de ser uma alternativa ao governo iraquiano. Defrontando e vencendo as suas forças armadas em combates que permitiram ao *Daesh* controlar território no Iraque e, posteriormente, na Síria. A fase final ou do Califado, materializa o colapso (local) do Iraque e da Síria, permitindo ao *Daesh* identificar-se como a autoridade de facto e permitindo-lhe alegar ser a autoridade de jure. As capacidades militares do *Daesh* ampliaram-se tornando-se umas proto forças armadas. Tal foi visível nos combates por Palmira que obrigaram ao empenhamento prolongado das forças armadas sírias apoiadas pela aviação russa.

Como referimos anteriormente a fase final só termina com a capitulação da autoridade, algo que ainda não ocorreu no Iraque e na Síria... Mas, o *Daesh* já deixou claro que o seu objetivo territorial ainda não foi plenamente alcançado, pois muitos dos territórios por si proclamados, incluindo o al-Andaluz, ainda não foram conquistados...

Não esqueçamos a derradeira frase do “*From Hijrah to Khilafah*” “Que Alá proteja o estado do Califado e que o continue a guiar, até que as suas legiões combatam os exércitos dos cruzados que se irão juntar junto a Dabiq¹⁷” (AlHayat Media Center, 2015, p. 40).

¹⁷ Cidade na Síria

Bibliografia

- AlHayat Media Center, 2015. From Hijrah to Khilafah. Dabiq, Volume 1, pp. 34 - 41.
- Couto, A. C., 1988. Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso, Volume I. Lisboa: IAEM.
- Couto, A. C., 1989. Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso, Volume II. Lisboa: IAEM.
- EME, 1965. O Exército na Guerra Subversiva. Lisboa: EME.
- EME, 2012. PDE-3-00 Operações. Lisboa: EME.
- Fromer-Wexler, M. L., 2014. Terrorist Financing and the Islamic State, s.l.: The Washington Institute for Near East Policy.
- Graeme, W., 2015. O que é o Estado Islâmico?. Publico, 29 março.
- Robinson, L., 2016. Assessment of the Politico-Military Campaign to Counter ISIL. California: RAND Corporation.
- Sullivan, K., 2015. A vida no Estado Islâmico. Publico, 18 outubro.

3. A COMUNICAÇÃO EXTERNA “EXTREME *BRANDING*”: A CONSTRUÇÃO DA MARCA ESTADO ISLÂMICO

Dr. Ricardo Miranda

MyBrand

3.1 Introdução: o *branding* do terror

Uma marca não é apenas um símbolo visual. É uma personalidade coletiva, construída por uma organização, de forma paciente e metódica, que pretende influenciar aquilo que as pessoas pensam sobre ela e sobre o mundo.

Sabemos que as marcas foram criadas para diferenciar produtos. “Compro este ou este?... Ok, este”. E empresas. “Escolho esta ou esta?...”. E políticos. “Voto neste ou neste?...”. E países. “Passo férias neste ou neste?...”.

Tradicionalmente, havia marcas de produto, de empresas, de pessoas, de geografias.

Agora surgiu uma nova espécie: as marcas terroristas. “Tenho medo destes ou destes?... Ok, destes.”

Era inevitável. Se os grupos terroristas já usam a última palavra em smartphones, redes sociais, apps digitais, mais tarde ou mais cedo iriam ligar esta “tech stuff” através do *branding*. Uma guerra é sempre uma batalha de percepções e o *branding* está na linha da frente para convencer “hearts and minds”.

O Estado Islâmico (EI) construiu uma organização terrorista que quer transformar-se num Estado. Conquista território, estabelece órgãos de administração local, recruta novos “cidadãos”, cativando os mais jovens com a radicalização da sua mensagem e a sua cultura de vitórias.

O que é desconcertante nesta estratégia, é que se pegarmos no modelo de *branding* e o aplicarmos ao seu modelo de expansão, percebemos que está tudo certo.

Ao trazer os códigos da comunicação de marca para a sua organização, o Daesh mudou por completo o paradigma do que é ser uma organização terrorista. Ao contrário dos antigos IRA, ETA, Sendero Luminoso ou mesmo uma Al Qaeda, o Daesh posicionou-se como um Estado – o Estado Islâmico. Para o fundamentar, passou a exercer o domínio sobre um território e passou a

controlar um exército, uma população ao seu serviço, serviços administrativos, serviços fiscais, uma política de educação, entre outras.

Mas não é necessariamente por isto que o Daesh assumiu uma rutura com o modelo das organizações terroristas – o conceito de “disruption” de que falava o publicitário Jean-Marie Dru e que tão emblemático foi para a comunidade criativa e do marketing. A rutura Daeshiana está sobretudo na mudança radical de valores.

O Daesh cortou com a linha de secretismo, que norteava as organizações terroristas antigas. Assumiu-se como a primeira organização terrorista moderna em que a transparência é um valor e um processo. Trocou o segredo pela abertura. Trocou o discurso encriptado pela limpidez. Ao assumir a transparência como central à sua identidade, permitiu que milhares de seguidores professassem abertamente a sua ideologia e recrutassem novos soldados através das redes sociais e de todas aplicações tecnológicas que as empresas comerciais do século XXI disponibilizaram para incrementar a ligação business-to-consumer, business-to-business, a criação de comunidades e, na base, a evolução da própria sociedade de consumo.

Tweeter, Youtube, Facebook, Instagram, Whatsapp, Messenger, Snapchat, todas estas plataformas são usadas de forma, mais ou menos aberta, pelo Estado Islâmico.

Esta abertura de discurso fez com que o mundo inteiro – centralizados nos *media*, mas não só, uma vez que vivemos num mundo cada vez mais peer-to-peer, como os exemplos da Uber ou da Airbnb indicam – pudesse ver o Daesh como um “Estado” unificado, com uma filosofia coerente e compreensível para todas as pessoas – independentemente de ser percebida como repulsiva para a maioria. Uma filosofia sem “ses” e “mas”. Sem os constrangimentos “politicamente corretos” dos políticos modernos.

Para as novas gerações de jovens perdidos em sociedades sem perspectivas de emprego, sem coesão social e sem futuro, a filosofia “incorreta” do Daesh, nos antípodas do discurso político integrador mas vazio de sentido, parecia verdadeira e sem “bullshit”. A sua “verdade”, a sua coerência, a sua capacidade de levar as suas convicções até às últimas consequências (a morte sempre presente em execuções públicas), a sua mensagem integradora para todos os que acreditassem nela, a sua oferta de emprego para jovens, sobretudo, masculinos, que queriam fazer o seu teste de passagem da adolescência à idade adulta, matando alguém (uma “aventura” que era muito apetecível para os jovens adultos até ao século XX) tornou-se um “íman” difícil de contrariar.

Tal como muitas seitas antigas, como a Igreja Cristã dos primeiros três séculos, os Anabaptistas do século XVI no Norte da Europa, ou mais recentemente, a seita de Jim Jones na Guiana (1978) ou David Koresh em Waco (1993), a radicalização da sua mensagem, o seu espírito de abertura a todos os que se quisessem converter e a sua capacidade para não fazer concessões, conseguiram para o Daesh, a notoriedade mundial que outras organizações terroristas não conseguiram.

3.2 Filho da Al Qaeda

Em rigor, a Al Qaeda não é uma organização terrorista, dizia-me há uns anos uma amiga, especialista na área, que trabalha para a União Europeia. É um selo de qualidade. Um ISO. Uma bandeira azul que, em vez de ser atribuída a praias, certifica atos terroristas. O seu MO é simples. Um grupo radical prepara um atentado épico. Submete a ideia à AL Qaeda. Se esta a considerar merecedora, faz o endosso da ação e encontra financiadores. Os atos serão “powered by AL Qaeda”. Mas tudo isto é envolto em segredo. A Al Qaeda propaga-se nas trevas. Com senhores de barba a fazer ameaças. Filmados em grutas afegãs. Dela sabe-se pouco.

O Estado Islâmico (EI) é radicalmente diferente. Não é uma organização, nem dá certificações. A diferença começa no nome. Afirma ser um Estado de Direito. Ambiciona ser um país. Um país que coloca o Islão no centro, mas um país. Isto muda tudo.

Não é apenas *branding*, nem é under the radar. É *place branding* – o famoso *marketing* de regiões do *I love NY*, *España* marca ou *Cool Britannia*. É geografia, é pensamento, é pessoas, é metodologia, é coisas, é dia-a-dia.

3.3 Estado islâmico *versus* Al Qaeda

Se a Al Qaeda vive às escuras, o Estado Islâmico vive às claras. As suas marcas começam a diferenciar-se na direção de fotografia. A Al Qaeda é vídeo manhoso. O Estado Islâmico é Go Pro HD. A Al Qaeda é vídeos oficiais divulgados na Al Jazeera e demais canais de notícias. O Estado Islâmico é filmes feitos em smartphones pelos seus cidadãos, espalhados pelas redes sociais. A Al Qaeda é mensagens encriptadas. O Estado Islâmico é Twitter. A Al Qaeda é comunicados dos líderes. O Estado Islâmico é testemunhos dos membros. A Al Qaeda é pontos de contacto cirúrgicos. O Estado Islâmico é todas as plataformas.

Esqueçamos agora a Al Qaeda e concentremo-nos na marca do seu colega *mainstream*.

3.4 Filhos da guerra

Começemos pela verdade da marca. Qual é o seu ADN? O que a diferencia das marcas de tantas outras organizações islâmicas que também apelam à *jihad* – guerra aos infiéis – e que a faz atrair tantos muçulmanos de toda a parte?

O Estado Islâmico ficou conhecido por ser um dos grupos sunitas opositores ao regime ditatorial do Bashar al-Assad na Síria. Participaram na guerra civil. Rapidamente estenderam a sua ação ao Iraque.

Começaram a chamar a atenção do mundo por executarem soldados inimigos em massa – e filmarem. Por atacarem outras religiões, como Yazidis e cristãos – e filmarem. Por massacrarem o exército iraquiano, treinado por americanos, conquistarem um terço do país num ápice – e filmarem. Por ameaçarem cortar a cabeça a 2 jornalistas capturados – e filmarem. Por lhes cortarem a cabeça e filmarem e disseminarem viralmente.

Concentremo-nos aqui. Nos virais das decapitações.

3.5 “Nada a ver com nada”

Esta peça de comunicação é traumatizante (pode ser vista no LiveLeak, não aconselho), mas é também um momento-chave na comunicação da marca Estado Islâmico. Todos nós, profissionais de comunicação e marcas, adoramos falar em *disruption*. Este vídeo é *disruption* puro. Uma rutura que muda o paradigma de comunicação e o substitui por outro.

Decapitar jornalistas inocentes, filmar, divulgar e mostrar orgulho, é absolutamente aberrante para os nossos olhos ocidentais. É cruel. É imperdoável. É a materialização do terror. A opinião pública nunca o perdoará. Os jornalistas do mundo inteiro não vão esquecer.

É um ponto sem regresso. Uma travessia do Rubicão. Acaba com qualquer hipótese de acordo oficial com as nações civilizadas. É a rejeição do canal da diplomacia oficial.

A História mostra-nos que todos os novos estados acabam por ter de negociar com outros estados, mais tarde ou mais cedo. Nenhum estado conquistou o mundo inteiro alguma vez, para evitar que isso fosse necessário. Nem Alexandre, nem Dario, nem Júlio César, nem Gengis Cão, nem Napoleão. Com esta peça, o Estado Islâmico mostra que não quer negociar nunca. A sua marca tomará conta do mundo e imporá as suas regras. A diferença está aqui.

É infelizmente comum estados expansionistas massacrarem populações, com famílias inteiras à mistura, sem a menor compaixão. Os romanos

fizeram-no. Os portugueses fizeram-no. Os espanhóis, os ingleses, os zulus, os americanos, os japoneses, os israelitas, os árabes, praticamente todos os povos o fizeram. Mas todas essas chacinas eram consideradas um efeito colateral da guerra. Quando eram assumidas, os seus perpetradores perdiam. Os nazis dizimaram os judeus por questões morais e perderam a guerra da legitimidade... e a guerra física. Ainda hoje os alemães pagam o preço. Os americanos dizimaram as nações índias no século XIX. Continuam com essa ferida na consciência, tentando compensá-los com cedências legais e financeiras. O mesmo se passa com os Hutus no Ruanda.

Ao assumirem a morte ritual dos jornalistas – não combatentes, pessoas que não recorriam à violência – o Estado Islâmico declara-se acima da ética ocidental, pelo que não deixa espaço para negociação. Trata-se de uma marca que não estabelecerá parcerias com nenhuma outra que não siga os seus valores à risca.

É como ver o episódio-piloto da série *Utopia* que nos mostra dois *gangsters* a executar todos os clientes de uma loja de *comics*, um a um, com serenidade e violência extrema. Esse é o momento em que percebemos a dimensão do terror. A desumanização é dada pela falta de misericórdia. O Estado Islâmico não quer ser humano, quer ser fiel. A humanidade é secundária.

3.6 Moral magnética

O problema da moral é que parece que não tem importância nenhuma numa guerra, mas tem. Mesmo os mais cínicos sabem isso. A moral diz-nos o que está certo e o que está errado nos nossos atos pessoais. Aplica-se a todos os seres humanos. Aplica-se às marcas, aos estados e às guerras.

Todos os estados precisam de legitimidade moral. Sem o suporte ético, atos são apenas atos. Valem todos o mesmo. O suporte ético é o que aguenta o espírito nas derrotas. Confere superioridade moral. O pacato cidadão sentado no sofá a ver *reality shows* tem dificuldade em perceber isto, porque o bom senso lhe diz que quem tem força, faz o que quiser. A lei da força justifica o vale-tudo. Só que não vale. Não é isso que a História nos diz. Nenhum estado ou organização combatente funciona assim. A força física precisa da força psicológica.

Os romanos só entravam naquilo a que chamavam de “guerra justa”. Lutavam para conquistar território e despojos, mas combatiam pelo “senado e povo de Roma” (SPQR). Acreditavam na sua forma de civilização superior, que trazia os valores da paz e da... democracia (leu bem). Os vikings pilhavam

para merecer um lugar entre os deuses. Os portugueses e espanhóis arrasavam aldeias indígenas para disseminar a fé cristã. Os americanos lutam pela democracia. Pode chamar-se hipocrisia a isto tudo, mas a hipocrisia não faz ninguém colocar a vida em jogo. Só causas justas têm esse poder. Pelo que são relevantes. O magnetismo das marcas está naquilo que faz mexer os seus membros.

O vídeo viral da decapitação põe em confronto duas éticas diferentes. A do extremismo islâmico e a do resto do mundo. A deles e a nossa.

O jihadista que executa James Fowley diz no vídeo que pertence ao Estado Islâmico, reconhecido enquanto Estado pelos muçulmanos. A sua legitimidade vem do povo de Deus que cumpre a vontade de Alá. A sua causa justa é a vontade de Alá.

3.7 Pureza islâmica

O magnetismo do EI vem da pureza dos seus princípios e da pureza da sua aplicação. É isso que faz dele uma marca tão forte. Todas as marcas o querem, poucas o fazem. O que cativa os muçulmanos no Estado Islâmico, é esta originalidade que, invariavelmente, atrai as pessoas.

Não é diferente da estrutura criada por múltiplos manifestos diferentes. O Dogma 95, de Lars Von Triers, defendia o resgate do cinema e proibia filmagens em estúdio, uso de luz artificial, gravação separada do som. Para ser verdadeiro, tudo no filme devia ser natural, sem efeitos artificiais. Todos os movimentos procuram esta pureza. O EI também quer resgatar o Islão e proíbe tudo o que o compromete. Nada de *photoshop* visual ou intelectual. Para os seus jihadistas tudo o que não for cem por cento islâmico é contra os muçulmanos. Deve ser expurgado. Este pensamento não negocia, nem assume compromissos. É puro. É extremista. É magnético.

A verdade desta marca está aqui. Na criação de uma marca islâmica pura e extremista.

3.8 Coerência absoluta

Depois de décadas de grupos muçulmanos a falar na supremacia do Islão, surge agora um grupo que põe esse pensamento em prática. Coloca as ativações da marca (conquista de cidades, destruição de igrejas, execuções públicas) a apoiar o *brand voice*. As suas ações confirmam a promessa da marca. Em termos de metodologia, a coerência e integração de tudo o que fazem é perfeita. Esta é a sua assustadora pureza. Da *big idea* à materialização dos pontos de contacto, tudo bate certo.

O vídeo da decapitação é a chave visual desse extremismo da marca. É o *Double life* da *Playstation*. O Gorila da *Cadbury*. O *Evolution* da Dove. A peça de que toda a gente se irá lembrar.

“A arte do excesso”, é como Yassine al-Haj Saleh resume o Estado Islâmico, em artigo do jornal Al-Quds Al-Arabi, publicado no Courrier International de agosto. “Tantas foram as manipulações feitas a um Islão amorfo (...) que este se tornou motivo de constrangimento público. Foi isto que facilitou o trabalho a Abu Bakr al-Baghdadi”. Este senhor é o líder do EI.

3.9 A importância de ser califa

Abu Bakr al-Baghdadi é o spokesperson por excelência da marca. Ele estabelece algo fundamental para a criação do Estado Islâmico: o próprio estado. (Este estado não é reconhecido pelas outras nações do planeta.) Ao autoproclamar-se califa dá o passo do *branding* para o *place branding*. Um califa é um chefe de estado muçulmano (título usado pelo sogro de Maomé, quando lhe sucedeu, em 632 a.C.). Com o califado, o EI deixa de ser mais um movimento. Torna-se uma geografia. Em expansão, diz a sua assinatura de marca, “وتتمدد باقية” (“remanescendo e expandindo”). Já dominam 35% da Síria e parte do Iraque Sunita. Agora têm campos petrolíferos, uma grande barragem, armas modernas capturadas ao inimigo e montes de dinheiro para financiar as suas operações de expansão.

Estabelecido o califado, tem de ser defendido. Contra os infiéis e os árabes seculares, os “hipócritas” que não apoiam o EI. As pessoas têm de saber o que fazer e o que não fazer. Para isso, o EI instiga-as a seguirem a Sharia, as leis islâmicas, que são interpretadas de forma literal e extremada.

3.10 Experiência de marca autêntica

Uma reportagem do canal Vice News, “The Islamic State” (*youtube*) conduz-nos pelo dia-a-dia de uma patrulha da Hisba, espécie de Emel dos costumes, a quem cabe controlar a aplicação das leis nas ruas de Rakka, cidade Síria. Abordam um músico que afixou um poster de uma *boys band* local, “esse cartaz é muito ocidental, tira”; ou um vendedor de rua, “a tua mulher está demasiado exposta na forma de vestir”. A aparente dureza destes comentários é suavizada pela abordagem que é francamente simpática, como a de um irmão mais velho. Vemos que quem ouve não está com medo – e percebe-se que não sabe que está a ser filmado. O tom dos fiscais da Hisba é “ó amigo, então...”. O Hisba também verifica se os preços cobrados pelos comerciantes são justos. “Queremos construir um Estado Islâmico que cubra todos os aspetos da

vida”, diz um dos seus patrulhadores. Substitua a palavra “Estado” por “marca” e percebe-se porque é que esta sobressai face à concorrência.

Ao longo de 40 minutos, esta reportagem mostra-nos como os cidadãos do Estado Islâmico vivem o seu islamismo. A experiência de marca é uma das chaves para se perceber o seu magnetismo.

“Sinceramente... a família é o menos importante”, diz Abu Mossa, assessor de comunicação do EI em Rakka, que, se for preciso, também pega na espingarda e entra nos confrontos. “Existe uma causa maior. Se todos ficássemos em casa com a família, quem defenderia os muçulmanos?...”. Diz um combatente: “não queremos uma vida feliz, com viagens... ... essas coisas afastam-nos de Deus. Quanto mais difícil for a situação, mais próximos estamos de Deus.”

Um belga ensina ao filho, que deve ter uns 8 anos, “matamos os infiéis, porque os infiéis matam muçulmanos (...) vamos fazer os filhos deles órfãos porque eles fizeram os nossos filhos órfãos”. O EI atrai muçulmanos de toda a parte. Há quem fale em 12 portugueses. Os que eram “marginalizados na Europa”, sentem agora orgulho em fazer parte deste Estado, ouve-se.

Uma criança diz que vai aprender a usar Kalashnikovs contra os infiéis (“russos, América”), embora o assessor de comunicação afirme que só aceitam combatentes com mais de 16 anos. Nas cidades ocupadas, há apelos incessantes às famílias para apoiarem o EI.

Toda a gente tem câmaras (e armas). É o primeiro país onde o uso das novas plataformas está na sua génese.

A experiência de marca é de enorme “*empowerment*” para os seus membros. A interação entre eles lembra a das comunas hippies nos anos 1960. Os sentimentos estão à flor da pele e ninguém se inibe de os mostrar. Não se sente histerismo, falsidade ou ódio. Apenas autenticidade. Amor. Empatia. É isso que nos baralha.

Vários membros fecham a mão e apontam o dedo indicador para cima, um key visual interno de pertença, como se dissessem que são um estado único (o dedo faz de “1”) e que esse estado vem de Alá (apontam para cima), o que bate certo com o conceito de “soberania divina” defendido pelo califa.

3.11 Identidade gráfica solta

A identidade está na bandeira. Usam a bandeira preta da Jihad, tal como outras organizações árabes extremistas. Mas o Estado Islâmico acrescenta-lhe uma lua branca, em baixo. Distinguem-se por este círculo. No fundo preto está escrito “Alá é o único Deus”, em letras abertas a branco. Na lua

branca, lê-se “Maomé é o seu profeta” , em letras a negro. A formulação desta frase é *standard* no Islão.

Para além do preto e branco, os seus membros usam as cores do deserto, beges, castanhos e tons cremes. Mas nada de fardas. Só os reconhecemos em zonas de guerra, quando usam os seus *keffiyeh* pretos com que tapam a cabeça. É uma marca que parte das pessoas, pelo que não há nada que se assemelhe ao rigor geométrico do universo gráfico nazi. Ou aos fatos clonados à Mao Tsé-Tung. O universo gráfico pouco trabalhado dá-lhe uma surpreendente autenticidade. Cada pessoa contribui com o que tem. Nada parece ter sido preordenado.

O *look and feel* da marca só é compreensível à luz da fidelidade extrema que induz nos seus membros. Imagens de cabeças espetadas em postes ou crucificações públicas, comuns na antiguidade, são difíceis de digerir e contrastam em absoluto com as cenas de suave intimidade entre os membros, captadas pelo *Vice News*.

3.12 Voz explícita

A crueza do universo gráfico contrasta com o cuidado no *brand voice*. Ou não fosse o seu manual de normas verbais, o Corão. O ADN desta marca está nas palavras. Os seus membros alinham todos pelo mesmo discurso. Mas não ouvimos palavras robóticas. Cada um o interpreta à sua maneira. As frases saem parecidas, mas o entusiasmo é inegável.

Um das frases de base é “O Islão é a solução”. Nada é tão simples quanto isto. Se o Islão é a solução, tudo o que não for Islão é um problema. As consequências desta premissa são óbvias.

Yassine al-Haj Saleh refere que “a ‘glória’ é a palavra central do comunicado em que o EI anunciava a instauração do califado”. A força desta marca decorre também das suas glórias recentes. A sucessão de vitórias contra os *peshmerga* (exército curdo) e contra os soldados iraquianos criou uma auréola de invencibilidade. Como dizem os ingleses, “everybody loves a winner”. Num Médio-Oriente com a autoestima em baixo, esta sucessão de vitórias, a lembrar o *blitzkrieg* alemão da 2ª Guerra Mundial, é recebida de abraços e ouvidos abertos.

3.13 Marca islâmica extremista

O Estado Islâmico é o Islão levado ao extremo. Este é o seu fundamentalismo particular. Essa é a sua originalidade – a sua ambição.

A pureza traz-lhe legitimidade, coerência, impacto e magnetismo. A sua disseminação viral através das novas tecnologias traz-lhe expansão geográfica e mental.

Trata-se de uma marca que leva tudo à letra. Não quer deixar espaço para subtexto. As ações fazem o que as palavras ditam.

Num sentido formal, é uma marca muito bem construída.

3.14 Calcanhar de Aquiles

A sua força é também a sua fraqueza. O poder desta marca provém da sua capacidade de divulgação em todas as plataformas, que lhe permite expandir-se rapidamente.

A sua fraqueza está em ficar conhecida. É estudável. Expõe-se mais, por contraponto à Al Qaeda que é um muro de silêncio. O Estado Islâmico oferece muita informação aos adversários que, depois da estupefação inicial, passam a saber com o que é que contam. Torna-se mais fácil planejar estratégias de reação. O Estado Islâmico acredita que a sua causa é justa, mas o resto do mundo também pensa o mesmo (o vídeo viral dos jornalistas dissipa qualquer dúvida). E o resto do mundo é maior.

III – INSTRUMENTOS DE RESPOSTA

1. AVALIAÇÃO PROSPETIVA DO AMBIENTE ESTRATÉGICO. O DAESH E O FUTURO GEOPOLÍTICO DO MÉDIO ORIENTE

Dra. Rita Vieira
Dr. Braima Fati
Doutor José Félix Ribeiro
FCSH-UNL

1.1 Introdução

A ideia central de Buzan e Weaver (1998)¹ na abordagem ao conceito de Complexo Regional de Segurança (CRS), é a de que parte substancial dos processos de securitização e dessecuritização no Sistema Internacional (SI) se manifesta em clusters regionais. Por sua vez, estes clusters são simultaneamente duradouros e distintos dos processos de (des)securitização a nível global.

No contexto estrutural da anarquia no SI, a estrutura dos Complexos Regionais de Segurança é definida por dois tipos de relações: relações de poder por um lado, e padrões de amizade e inimizade entre as unidades que o compõe, por outro.

A forma mais comum de um CRS é que exista um padrão de rivalidade, de balança de poder e de alianças entre os Estados da região, ao qual se podem adicionar os efeitos de penetração por potências/ Estados exteriores. Como tal, ao procurar olhar para o futuro dos CRS, faz todo o sentido recorrer à construção de cenários diferenciados de evolução plausível. Nesses cenários podem-se admitir diferentes interações com Complexos Regionais de Segurança Vizinhos e diferentes dinâmicas de penetração de potências exteriores no CR em estudo. No exercício de cenarização que realizámos definimos o Complexo Regional de Segurança como constituído pelo Golfo Pérsico e Levante (Figura 1).

¹ Buzan, Barry and Weaver, Ole “Regions and Power-The Structure of International Security” Cambridge Studies on International Security.



Figura 1 – Mapa do Complexo Regional de Segurança considerado – Golfo Pérsico/ Levante
Fonte: (http://resistir.info/chossudovsky/imagens/centcom_map_mid_east.jpg).

A Figura 2 pretende ilustrar as rivalidades e competições entre Estados no CRS e também os alinhamentos com potências exteriores, nomeadamente com os EUA e com a Rússia.

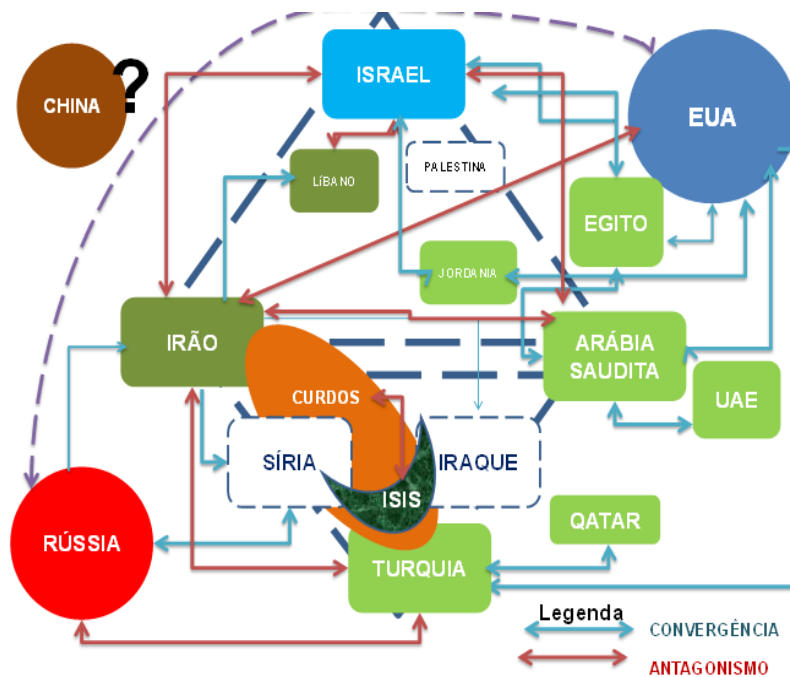


Figura 2 – Padrão de conflitualidade e convergências no CRS Golfo Pérsico/ Levante
Fonte: (Elaboração própria).

De referir, em primeiro lugar a importância da Coligação Xiita, traduzida no alinhamento do Irão com os governos do Iraque e da Síria bem como do Líbano (no qual o Hezbollah funciona como uma ameaça direta a Israel sob controlo iraniano) bem como da Coligação Sunita que reúne os Estados árabes alinhados com a Arábia Saudita e em oposição à Irmandade Muçulmana (Bahrein, Emiratos Árabes Unidos e Egito, à qual se veio acrescentar, após a partição do país, o Sudão árabe). Em segundo lugar e, paralelamente, a parceria entre a Turquia e o Qatar – favoráveis à Irmandade Muçulmana como organização pan-árabe; e por fim, os atores não-estatais.

Nestes, incluem-se como atores relevantes os Curdos, não só pela sua presença em quatro Estados da região – Irão, Síria, Turquia e Iraque –, mas também pelas suas aspirações de autonomia/ independência, e o Daesh.

No que concerne ao Daesh, ele surge como um ator emergente no CRS, resultante de uma síntese de um setor jihadista salafita e de um setor islamizado de ex-oficiais do regime de Saddam Hussein, frontalmente opostos ao Irão e interessados em fazer do Iraque (ou parte dele) o núcleo de uma nova entidade política no mundo árabe – que para os primeiros seria a reconstituição do Califado.

Considerou-se que a dinâmica futura do Golfo Pérsico/ Levante vai depender muito do modo como evoluírem a Síria e o Iraque, em que:

- Se acumulam tensões internas típicas da região: xiitas *versus* sunitas e persas e curdos *versus* árabes;
- Se faz sentir a intensa competição entre Estados que aspiram a organizar a macro região conforme os seus interesses – Irão, Arábia Saudita e Israel (e a um nível secundário, a Turquia);
- Se concentra a base territorial do *Daesh*.

1.2 Cenarização

1.2.1 Elementos pré-determinados

Após definidas as fronteiras do CRS Golfo Pérsico/ Levante e identificados os principais traços dos atores intervenientes, por forma a construir cenários plausíveis, realizou-se um trabalho de pesquisa no que concerne aos elementos que consideramos que integrarão qualquer dos Cenários a considerar – Elementos Pré-Determinados – ao nível da geoeconomia, geopolítica e estratégia da região.

Assim, no âmbito da **geoeconomia**, identificaram-se os seguintes:

- O processo de substituição dos combustíveis fósseis no sistema energético mundial, vislumbra-se como muito lento podendo até chocar com a limitação das tecnologias atualmente disponíveis e com os custos que a sua generalização implicaria – pelo que no horizonte 2030 os combustíveis fósseis irão continuar a ser as principais fontes de energia primária a nível do conjunto da economia mundial
- A OPEP irá ver reduzida a sua capacidade de intervir decisivamente na fixação do preço do petróleo, nomeadamente se se continuara a desenvolver a oferta de *shale oil* nos EUA;
- O Golfo Pérsico/ Levante permanecerá como a principal fonte de abastecimento externo da Ásia Pacífico e da Ásia do Sul, em contraste com perda de importância para os EUA e para a Europa.
- A China e a Índia, na sua competição pela supremacia na(s) Ásia(s), vão ter que se posicionar nesta macro região e por outro, cada vez mais os Estados do Golfo vão procurar estreitar relações comerciais com as Ásia(s);
- Os países produtores de petróleo e gás natural desta macro região, que não diversificarem as suas economias nem apostarem em populações jovens e qualificadas, vão ser “despromovidos” no sistema internacional

No que respeita à **geopolítica e estratégia** foram apontados:

- A multiplicação dos movimentos islamitas/ *jihadistas* nesses países, acompanhando a quebra de prosperidade na região;
- O surgimento de fluxos de migração de grande dimensão, nomeadamente para a Europa;
- A crescente dificuldade dos regimes absolutistas, com legitimidade predominantemente religiosa, em assegurar estabilidade devido a crises internas, em parte alimentadas por correntes islamitas radicais;
- A diminuição, até 2030, do papel da renda energética no financiamento de despesas de defesa e de edificação de complexos militares industriais;
- A possibilidade, após o processo de destruição de Estados e de mudança de regimes na macrorregião, do Irão ser a única potência (relevante na região), oposta a Israel;
- Adicionalmente, considerou-se que no horizonte temporal referido, se vai assistir à sucessão do Rei Salman na Arábia Saudita e do Ayatollah Khamenei no Irão, podendo estes acontecimentos funcionarem como fatores de instabilidade política nos respetivos Estados.

1.3 Construção e geração dos cenários – incertezas cruciais

Tendo em conta o padrão de relações entre Estados, optou-se por organizar a Cenarização em torno de três Incertezas Cruciais (Figura 3) relativas ao:

- Padrão de relacionamento futuro entre EUA – Rússia – China;
- Relações futuras entre Irão, Arábia Saudita (e respetivos aliados) e Israel;
- Preferências da comunidade internacional face à manutenção das fronteiras atuais dos Estados e à permanência de regimes.



Figura 3 – Incertezas Cruciais e respetivas configurações de resolução

Fonte: (Elaboração própria).

O cruzamento entre as Configurações contrastadas de resolução das várias Incertezas Cruciais deu origem a oito Cenários possíveis. Entre estes, o Cenário 3 e o Cenário 6, pelos traços de coerência e contraste que apresentavam, foram os escolhidos para serem desenvolvidos, conforme pode ser graficamente visualizado na Figura 4.



Figura 4 – Linhas de força dos Cenários gerados

Fonte: (Elaboração própria).

1.4 Desenvolvimento dos cenários

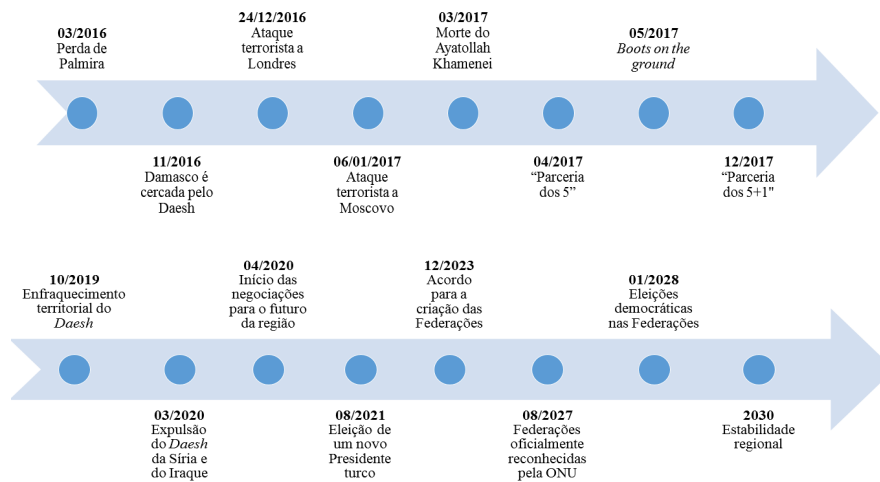
Não se desenvolveu, propositadamente, um Cenário em que o *Daesh* se consolidasse como base para a constituição do Califado, como uma nova entidade política no Golfo Pérsico/ Levante. Ao invés, optou-se por desenvolver dois cenários em que, por dinâmicas regionais distintas, o *Daesh* seria derrotado nas suas ambições territoriais tanto na Síria como no Iraque. A intenção ao optar por esta abordagem, foi a de tornar claro o quão complexa será a tarefa de conjugar estratégias de atores que tornem possível tal resultado.

1.4.1 CENÁRIO 3 – Médio Oriente: aproximando rivais

1.4.1.1 Linhas de força

- Aproximação EUA-Rússia
- Irão: prioridade à divisão do campo sunita e expansão para a Ásia Central e Índico
- Síria e Iraque: Descentralização de Estados & Mudança de Regimes

1.4.1.2 Linha do tempo



1.4.1.3 Narrativa

Depois da perda territorial de Palmira, em março de 2016, as metas territoriais do *Daesh* foram redefinidas pelo seu autodesignado Califa. Este apresentou como novos objetivos a expansão para sul, apostando no avanço em direção à Jordânia, passando por Damasco – que foi cercada em novembro de 2016. Ainda que, no plano interno o projeto tenha sofrido alterações, a nível externo a sua linha de atuação manteve-se. Na Europa e na Turquia persistiam os ataques terroristas com vista à propagação do medo e da insegurança, o que conduziu, em última instância, a um crescimento da extrema-direita e da discriminação étnica e religiosa na Europa. Por sua vez, tais atuações contribuíram para que elementos do *Daesh* utilizassem o crescente fosso entre “europeus” e comunidades muçulmanas para ampliar a sua capacidade de recrutamento, particularmente nas segundas e terceiras gerações.

Neste sentido, a 24 de dezembro, véspera do natal católico, ocorreu um atentado em Londres, perpetrado por uma célula *jihadista*, supostamente adormecida; a 6 de janeiro, véspera de natal ortodoxa, ocorreu em Moscovo um ataque levado a cabo pelos movimentos rebeldes chechenos ligados ao *Daesh*. Os ataques, que estavam perfeitamente articulados e correlacionados, causaram um elevado número de mortes.

Pelo forte impacto que causaram na esfera internacional, estes atentados revelaram-se o elemento catalisador que tornou possível um entendimento duradouro entre a Rússia e os Estados Unidos, para enfrentarem, de

forma coordenada a nível militar e diplomático, a ameaça que o *Daesh* representava para ambos. Com efeito a Rússia receava novos ataques terroristas e atuações dos rebeldes chechenos alinhados com o *Daesh* no Cáucaso, enquanto os EUA tinham interesse em estabilizar a região e revigorar as relações com os países do Golfo Pérsico.

Embora tivessem objetivos diferentes, a Rússia e os EUA concordaram em iniciar negociações, com o envolvimento do Reino Unido e da França, para uma ação conjunta no terreno.

Após este entendimento, a Jordânia, alarmada com a aproximação efetuada pelo *Daesh* à sua fronteira, demonstrou interesse em juntar-se a esta parceria. Nasceu assim, em abril de 2017, a “Parceria dos 5”. Israel, por sua vez, encarando a expansão do grupo *jiadista* como um potencial risco, mostrou-se disponível para apoiar pontualmente a Parceria, embora não a integrasse.

As ofensivas no terreno começaram no início de maio. Apesar da força e do avanço tecnológico dos exércitos que compunham a Parceria, os ataques mostraram-se insuficientes para diminuir a área de atuação do *Daesh* – evidenciando a necessidade de envolver um outro ator regional. Assim, os movimentos curdos do Iraque, com a sua experiência e conhecimento do terreno, foram convidados a juntar-se à coligação, com o intuito de apoiar o exército iraquiano. Formou-se assim, em dezembro do mesmo ano, a “Parceria dos 5+1”, tendo ficado definidas duas áreas de atuação: a Rússia centraria a sua atuação na Síria e os EUA no Iraque. Os EUA, no acordo a que haviam chegado antes da intervenção, aceitaram que a Rússia passasse a dispor de uma presença militar permanente no Mediterrâneo, nas instalações em Latakia e Tartus.

Simultaneamente, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Qatar e a Turquia, procurando demarcar-se das correntes *jiadistas* defensoras da restauração do Califado, – que em nada favoreciam a estabilização regional nesta nova fase – encetaram uma política conjunta de controlo do financiamento desses mesmos movimentos, reforçando a urgência de mudança dos regimes da Síria e do Iraque.

Paralelamente, o Irão atravessava uma crise interna, na sequência do falecimento, em março de 2017, do Ayatollah Ali Khamenei. Este acontecimento conduziu a um período político bastante agitado, pois uma facção dos Guardas Revolucionários – que vinha perdendo influência nos últimos anos – tentou instaurar um regime militar. Contudo, a tentativa fracassou, graças ao

entendimento entre forças políticas do regime mais favoráveis à abertura ao exterior, e setores das Forças Armadas.

Neste contexto, o Irão alterou parcialmente a sua postura em termos de política externa: não só manteve as suas relações estratégicas e económicas com a Rússia, com destaque para a compra de armamento (centrada na modernização das forças convencionais), como deu continuidade à política de abertura aos EUA, iniciada anos antes com o Acordo sobre o Programa Nuclear. Relativamente a esta questão, o Irão manteve o seu compromisso de não dispor de armas nucleares, garantindo, no entanto, as competências e as infraestruturas, caso fosse necessário dotar-se delas no futuro.

Uma vez garantida a segurança das comunidades xiita no Iraque e alauita na Síria, o Irão deixou de se centrar na oposição frontal a Israel, para se focar no reforço da sua influência na Ásia Central e na projeção para o Índico, numa parceria económica e estratégica com a Índia.

Em outubro de 2019, começaram a surgir os primeiros sinais do enfraquecimento do *Daesh* na região, em prol dos ataques levados a cabo pela “Parceria dos 5+1” que detinha equipamentos muito sofisticados e tropas bem preparadas. Consequentemente, em março de 2020, a coligação expulsou o *Daesh* da maioria dos territórios em que este se apoiava. No mês seguinte, iniciou-se uma Conferência Internacional sobre o futuro da Síria e do Iraque que envolveu a antiga Parceria e todos os atores regionais (incluindo o Irão). Esta tinha como prioridade respeitar as fronteiras atuais existentes e reduzir as conflitualidades sectárias.

Durante as negociações chegou-se à conclusão que a solução para estabilizar a região passaria pela formação de duas federações. A Federação Síria, composta por quatro Estados federados com diferentes maiorias – entre elas a alauita, a sunita, a curda e a drusa – e a Federação Iraquiana, constituída por três Estados, um de maioria xiita, outro de maioria sunita e um último de maioria curda.

Em 2021, face ao rumo que as negociações estavam a tomar, e meses antes das eleições presidenciais turcas, o Presidente Erdorgan ameaçou abandonar a Conferência. No entanto, em agosto, perdeu as eleições na sequência de uma cisão do AKP. O novo presidente, mais moderado, aceitou continuar a debater a questão, impondo como condição para continuidade da Turquia nas negociações que a sua integridade territorial não fosse colocada em causa pela minoria curda. Em favor do êxito futuro das negociações, os Estados participantes concordaram que tal exigência fosse reconhecida, devendo a

Turquia levar cabo reformas políticas que garantissem um amplo conjunto de direitos à população curda.

Em dezembro de 2023, a Conferência Internacional chegou, finalmente, a um acordo para a criação das Federações – posteriormente reconhecido pelas Nações Unidas. Relativamente ao sistema de governação, ficou acordado que o poder seria descentralizado, de forma a representar a população que compõe cada Federação. Para além deste aspeto, ficou ainda definido *a priori* a rotatividade na presidência das Federações a cada cinco anos. Isto é, existiria alternância entre o Presidente da Federação, o Primeiro-Ministro e o Presidente do Parlamento, sendo sempre cada um deles representante dos Estados federados integrantes, sem haver repetições em mandatos consecutivos e nos cargos atribuídos. Em ambos os casos, existiam normas, a nível federal, que garantissem os direitos das minorias. Perante este cenário, o Presidente sírio, Assad, sem alternativa, afastou-se.

Depois um longo processo de preparação dos Estados, em agosto de 2027, a Federação Síria e a Federação Iraquiana foram oficialmente reconhecidas, e em janeiro de 2028, ocorreram as primeiras eleições livres e imparciais naquelas duas federações.

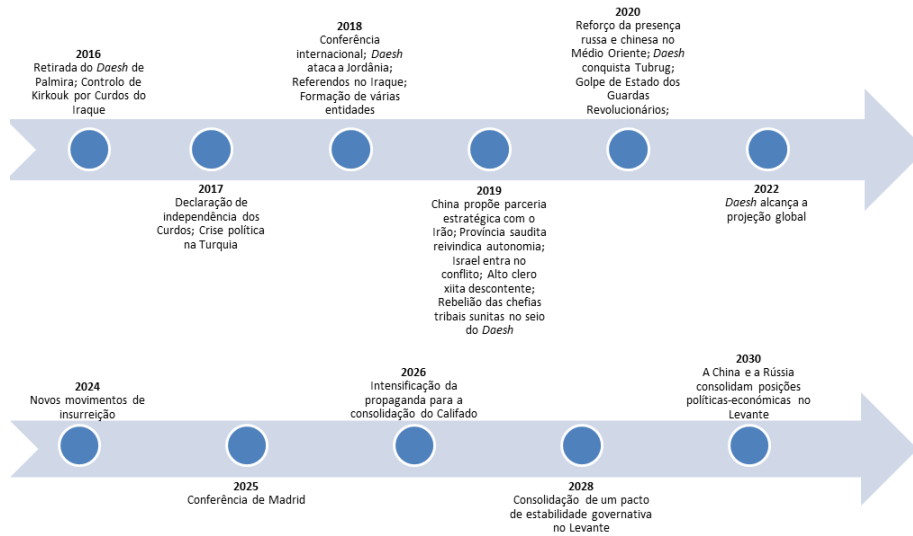
Passados dois anos das eleições democráticas, as Federações encontravam-se já em pleno funcionamento, contribuindo para a promoção afinçada da estabilidade regional. Neste modelo, as várias minorias sentiram-se representadas e reconhecidas num Estado de Direito, o que contribuiu decisivamente para o isolamento e marginalização dos movimentos *jiihadistas salafitas*, que outrora tanto tinham contribuído para múltiplos conflitos internos nos dois Estados.

1.4.2 CENÁRIO 6 – Médio Oriente: redesenhando um mapa

1.4.2.1 Linhas de força

- Divergência EUA-Rússia e aproximação Rússia-China
- Irão: concentração na rivalidade estratégica com Israel
- Síria e Iraque: Recomposição de Estados & Mudança de Fronteiras

1.4.2.2 Linha do Tempo



1.4.2.3 Narrativa

Embora o *Daesh* tenha tido que abandonar, em 2016, zonas que havia conquistado em 2015 – caso da cidade de Palmira –, conseguiu, nesse mesmo ano, conquistar a cidade de Deir Ez Zour, o que lhe permitiu acesso direto à zona oeste do Iraque, em Anbar. Ao mesmo tempo que “descia” para junto da fronteira com a Jordânia e se aproximava dos Montes Golan, resistia às forças aliadas em Mossul, tendo sido obrigado a ceder territórios às unidades dos peshmergas curdos do Iraque, que consolidaram o seu controlo sobre Kirkouk.

Os acontecimentos do verão de 2016 revelaram, não só a fragilidade das forças militares iraquianas mobilizadas pelo governo de maioria xiita, como a indisponibilidade dos EUA e da Rússia para intervir militarmente, e em coordenação, por forma a expulsar o *Daesh* da sua base central no Iraque.

Apesar da oposição do governo da Turquia a braços com uma crise política interna, resultante de uma cisão no partido islamita AKP – originada por uma facção que contestava o Presidente Erdogan –, em 2017 os curdos do Iraque, em referendo, decidem declarar a independência.

Face ao resultado do referendo no Curdistão Iraquiano, e tendo em conta a continuidade do *Daesh*, não só como ator paraestatal no território da Síria e do Iraque, mas também como centro de comando de atos terroristas em vários países europeus (e a partir da sua nova implantação na Líbia) em

primeiro lugar, e dado a impossibilidade, em segundo lugar, de se alcançar um acordo entre os diversos movimentos em que se tinha fragmentado o “corpo político” na Síria e no Iraque – devido a tensões setárias e étnico-nacionais –, os EUA e a França (esta em representação da União Europeia), convocaram para o início de 2018 uma Conferência Internacional.

Esta Conferência, destinada a avançar com uma nova proposta de pacificação e redução dos conflitos étnico sectários na região, contou com a participação do Irão, da Arábia Saudita, da Jordânia, do Egito e da Turquia (que fez avanços cruciais nas negociações de adesão à União Europeia). Na conferência, não só ficou acordado que qualquer tentativa de reconstituição da configuração estatal anteriormente existente na região (resultante de acordos celebrados pela França e Reino Unido no final da 1ª Guerra Mundial) seria inválida, como foi aceite uma proposta vinda do interior do Iraque e da Síria, no sentido da realização de referendos que permitissem a expressão das vontades populares, sobre uma eventual reorganização desses Estados (Figura 5).

Consequentemente, o *Daesh* respondeu a esta mudança radical na abordagem do futuro político da região com um ataque frontal à Jordânia – considerada pela direção militar do grupo, como o elo mais fraco da coligação anti-*Daesh* e, simultaneamente, aquele que, através da casa real Hachemita detinha maior legitimidade histórica para patrocinar um entendimento entre sunitas e xiitas, nas antípodas da postura sectária do *Daesh*.

As colunas militares dos *jihadistas* avançaram rapidamente pelo território da Jordânia e chegaram aos arredores da capital Amã. Surpreendentemente, Israel decidiu entrar em ação ao lado da Jordânia – parceria que recebeu de imediato apoio dos EUA para forçar a retirada das unidades do *Daesh* do seu território.

Ainda em 2018, foi possível realizar referendos em grande parte do território do Iraque, excetuando na região curda. Através destes, duas outras comunidades territoriais manifestaram-se interessadas em constituírem entidades políticas autónomas: uma maioritariamente sunita e outra maioritariamente xiita. A comunidade internacional reconheceu o direito destas entidades, no futuro, poderem vir a constituir Estados, desde que aceitassem nas suas constituições fundadoras um conjunto de normas para reduzir as tensões setárias e assegurar direitos e liberdades. Como tal, surgiram, no que anteriormente fora o Iraque, três entidades. Uma entidade curda, já constituída após o referendo de 2017, e baseada no território da então existente Região Autónoma do Curdistão, mas alargada a Kirkuk (incluindo assim Erbil, Dohuk, Sulaymayyah, Kirkuk e Halabja);

uma entidade sunita, que ocupava o norte e centro do Iraque árabe, correspondente às províncias de Ninawa, Salah ad Din, Dyala, Al Anbar; e uma entidade árabe xiita no sul do território, fazendo o interface com o Golfo Pérsico (Figura 5).

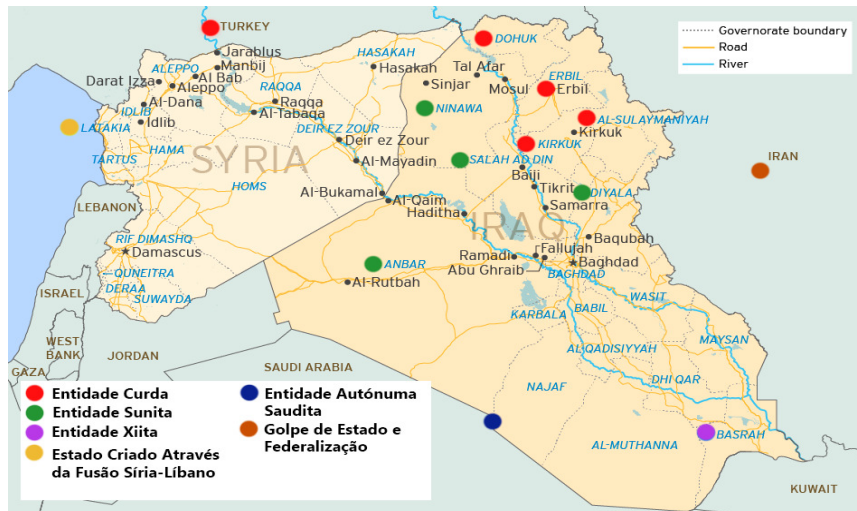


Figura 5 - Entidades criadas, no que outrora fora o território da Síria e do Iraque

Fonte: (https://ichef-1.bbci.co.uk/news/ws/624/amz/worldservice/live/assets/images/2014/10/16/141016143900_iraq_syria_oil_624v2_portuguese_v2.gif).

A todas as entidades foi dada a possibilidade de, ao fim de 5 anos, optarem, ou pela fusão com alguma das outras entidades constituídas no Iraque, ou pela celebração de um tratado de confederação com um Estado da macro-região, mantendo o respeito pelas normas que haviam sido definidas nas suas Constituições.

Neste sentido, a entidade curda iraquiana optou – com o apoio dos EUA – por constituir uma confederação com a Turquia, ao passo que a entidade árabe sunita optou por uma confederação com a Jordânia, sob a direção da casa real Hachemita; por último, a entidade árabe xiita do sul do Iraque optou por uma confederação com o Irão.

Para surpresa dos observadores ocidentais, o alto clero xiita residente no que fora o Iraque, criticou esta última opção e defendeu que, a haver qualquer ligação com outro Estado da região, deveria ser o de uma entidade árabe não definida por critérios sectários. O confronto no interior da maioria xiita prolongou-se durante o ano seguinte, sem que tenha avançado a constituição de uma confederação com o Irão.

Entretanto, o *Daesh* viu-se confrontado com uma rebelião das chefias tribais sunitas – com laços tradicionais com os ex-oficiais do regime de Saddam –, que se manifestaram contra o Califado e a favor de uma entidade jordano-iraquiana de matriz não sectária, desde que integrasse Bagdad. Tal veio a acontecer e foi posteriormente reconhecido por vários Estados.

No que concerne à Síria, a solução foi diferente (Figura 5). Tomou-se por base três entidades que haviam existido na fase inicial da colonização francesa – o Estado de Aleppo, o Estado de Damasco e a Latakia (para os alauitas) – e alteraram-se as fronteiras administrativas.

A partição do Iraque levou de imediato à reivindicação por parte da província do leste da Arábia Saudita – onde estava concentrada a minoria xiita – da constituição de uma entidade autónoma. Esta reivindicação ocorreu num período de grave crise política no seio da família real saudita, provocada pela sucessão do rei Salman e num contexto de dificuldades financeiras do reino em manter o *welfare state* interno e o apoio aos movimentos salafitas na região. Em última instância, esta crise levou a uma nova aliança de Príncipes, que defenderam a transformação do regime numa monarquia constitucional, que contou com o apoio dos EUA.

O Irão, por sua vez, foi palco de um golpe de Estado dos Guardas Revolucionários, recusando o reforço da componente árabe do país, e a posterior federalização do Estado, ao mesmo tempo que rompia com as pressões da comunidade internacional para a consolidação da matriz democrática do regime. Este foi o momento esperado pela China para propor uma parceria estratégica ao Irão, fazendo assim uma entrada pela “porta grande” na cena geopolítica do Golfo Pérsico/ Levante, e integrando o Irão no seu projeto euroasiático – no qual também contava com o envolvimento da Rússia. Desta forma, ao mesmo tempo que Rússia e China reforçavam a sua presença naval no Mediterrâneo Oriental, o Irão manteve a sua relação com o Hezbollah, agora subordinada aos interesses dos seus dois parceiros.

O *Daesh*, após a perda dos territórios que chegara a controlar na Síria e no Iraque, instalou a sua base principal no território Líbio (Figura 6), onde, em 2019 e 2020 consolidou as suas posições na Cirenaica, no leste da Líbia (nomeadamente em Benghazi e Tobruk), mantendo-se outros grupos e milícias no controlo de Tripolitânia, a oeste da Líbia.

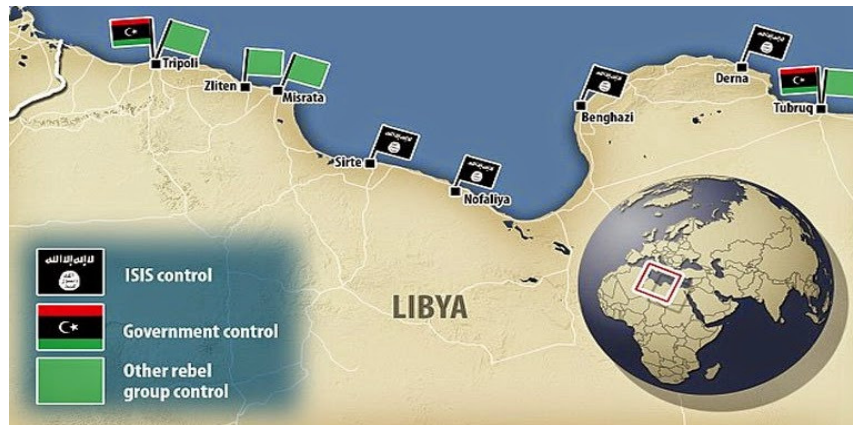


Figura 6 – Controle repartido do território da Líbia, 2016

Fonte: (<http://www.defesaareanaval.com.br/eua-e-aliados-lutam-contra-expansao-do-ei-na-africa/>).

Face à turbulência que se verificava no território, realizou-se, em março de 2015, na cidade de Madrid, uma Conferência Internacional sobre o futuro da Líbia. Nesta, resolveu-se convocar um referendo sobre o futuro político do país.

Em 2015, já com um novo mapa político da região definido, reuniu-se novamente a Conferência Internacional para discutir questões que impediam a estabilidade no Levante.

Com efeito, em 2015 tinha-se reforçado a influência da China e da Rússia nos assuntos políticos e económicos do Médio Oriente. Relativamente aos EUA, embora mantivessem uma posição relevante junto de aliados tradicionais – a casa real Hachemita, a casa real saudita, a Turquia e Israel – a competição, num contexto de perda de poder económico por parte dos Estados árabes do Golfo persistia.

Bibliografia

- Al Arabiya English, 2016. [online] Disponível em: <https://english.alarabiya.net/> [Consultado em 30mar2016].
- Al-monitor.com, 2016. *Al-Monitor: the Pulse of the Middle East*. [online] Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/home.html> [Consultado em 12abr2016].

- Asia Times, 2016. *Asia Times*. [online] Disponível em: <http://atimes.com/> [Consultado em 11abr2016].
- bp.com, 2016. *BP Energy Statistics 2015*. [online] Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html> [Consultado em 30mar2016].
- Buzan, B. and Weaver, O, 2003. *Regions and Power - The Structure of International Security*. Cambridge University Press.
- Debka file, 2016. *DEBKAfile, Political Analysis, Espionage, Terrorism, Security*. [online] Disponível em: <http://www.debka.com/> [Consultado em 30mar2016].
- Félix Ribeiro, J, 2004. *O Iraque e a nebulosa islamita*. Lisboa: DPP.
- Félix Ribeiro, J, 2007. *Sistémica e Prospectiva*. Lisboa: DPP.
- Félix Ribeiro, J, 2015. *EUA versus China - confronto ou coexistência?*. Lisboa: Guerra e Paz 2016.
- Félix Ribeiro, J. and Mendes Leal, C, 2016. *As Ásias, a Europa e os Atlânticos Sob o Signo da Energia: Horizonte 2030*. Lisboa: IDN 2015.
- Félix Ribeiro, J. and Soeiro de Carvalho, P, 1999. *Prospetiva e Cenários - Uma Breve Introdução Metodológica*. Lisboa: DPP.
- Godet, M, 1997. *Manuel de Prospective Stratégique 1 – Une indiscipline intellectuelle*. Paris: Dunod.
- Godet, M, 1997. *Manuel de Prospective Stratégique 2 – L’art et la Méthode*. Paris: Dunod.
- Institute for the Study of War, 2016. [online] Disponível em: <http://Institute for the Study of War> [Consultado em 5abr2016].
- Marshall, T, 2015. *Prisoners of Geography*. Londn: Elliott & Thompson Ltd, pp.119 - 153.
- National Intelligence Council, 2012. *GLOBAL TRENDS 2030: ALTERNATIVE WORLDS*. [ebook] Disponível em: <https://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf> [Consultado em 3abr2016].
- OilPrice.com, 2016. *Geopolitical news / Geopolitical issues*. [online] Disponível em: <http://oilprice.com/Geopolitics/> [Consultado em 30mar2016].

- Reuter, C, 2015. The Terror Strategist: Secret Files Reveal the Structure of Islamic State. *Spiegel Online*. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/islamic-state-files-show-structure-of-islamist-terror-group-a-1029274.html> [Consultado em 5abr2016].
- Shell.com, 2016. *Shell Scenarios*. [online] Disponível em: <http://www.shell.com/energy-and-innovation/the-energy-future/scenarios.html#vanity-aHR0cDovL3d3dy5zaGVsbC5jb20vc2NlbnFyaW9z> [Consultado em 30mar2016].

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES. A BASE PARA A RESPOSTA.

Doutora Helena Rêgo

SIRP – PCM

“Entender o mundo é sempre muito mais do que apenas registar as nossas percepções imediatas. Entender implica iniludivelmente uma ação discursiva, um raciocínio. Temos de “ler” o que sentimos e o que temos a impressão de ver e, depois, perguntar o que é que indicam tais percepções e como haveremos de as ter na devida conta sem, ao mesmo tempo, sermos por elas sobrepujados ou arrebatados”.

Amartya Sen (Sen, 2010)

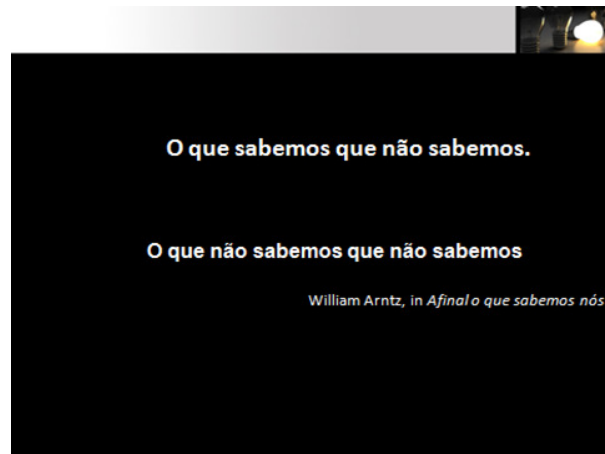


Figura 1 – Powerpoint apresentado pela autora

No âmbito do curso de pós-graduação e da conferência final “globalização, diplomacia e segurança” foi-me feito o desafio para abordar o tema do *Daesh*, na perspetiva da resposta da *intelligence* a esta ameaça, integrada no último painel que abordava a avaliação prospetiva do ambiente estratégico, a ação diplomática e a intervenção do instrumento militar, no contexto das respostas à ameaça em apreço.

Acedi ao convite da Professora Teresa Rodrigues, a qual tem sido uma verdadeira ponte entre a Universidade e os Serviços através da sua coordenação

de uma outra pós graduação, também nesta universidade, a de “gestão de informações e segurança”, na qual os serviços de informações participam. E foi neste espírito de cultura de informações que fiz uma apresentação *power point*, dificilmente traduzida para um texto, com enfoque metodológico na ciência da complexidade e seguindo a linha de trabalho da minha tese de doutoramento, a Inteligência dos Estados (Rêgo, 2013).

Sendo um tema sobre o qual mantenho reflexão académica, não posso deixar de dar o meu contributo perante ameaça tão hedionda e acerca da qual vivemos numa permanente sensação de inevitabilidade. Não obstante os esforços de cooperação internacional e intersectorial – *intelligence* transnacional – sentimo-nos impotentes de cada vez que alguém imbuído da ideologia jihadista mata inocentes e causa o pânico generalizado. Sentimo-lo na europa a cada dia, compreendendo que as políticas prosseguidas ainda não são suficientes porque não basta aumentar os contingentes militares e policiais. O que a todos é exigido é um enorme esforço de articulação de ações e para o qual é necessário um mapeamento partilhado da ameaça, que traduza o mais corretamente possível a realidade, bem como o mapa de respostas nacionais e internacionais. Só tendo consciência de que cada ação tem consequências no todo poderemos encontrar as respostas mais adequadas, evitando o modelo monolítico da tomada de decisão. Mesmo tendo dificuldade de prevenir é importante saber antecipar para poder estar preparado para as respostas.

Nesta sequência, e assente em algumas técnicas analíticas, recorri essencialmente à técnica da **visualização** como forma rápida de transmitir ideias e quantidades assinaláveis de dados, através de diversos mapas, assente no propósito de discorrer sobre a importância de compreender a realidade na qual temos que atuar, sem cair nas armadilhas cognitivas. Neste caso, compreender o mapa maior onde se insere a ameaça terrorista e analisá-la de forma integrada.

Na nossa vida do dia-a-dia, usamos conceitos para nos auxiliar (teoria do conhecimento). Como refere Gasset (1989) “os conceitos são o plano estratégico que elaboramos para responder ao ataque das coisas da vida”, as coisas como elas se nos apresentam.

Organizamo-nos em conceitos, grelhas, matrizes, no fundo mapas da realidade, se bem que tenhamos consciência de que o mapa é uma versão simplificada dessa realidade. Passa-se tanta coisa no mundo, e ao mesmo tempo, que é difícil discernir e interligar a realidade. Porque de acordo com o mesmo autor “é impossível conhecer a plenitude do real, não temos outro remédio que construir arbitrariamente uma realidade, supor que as coisas são de uma

determinada maneira”. É, então, com essa grelha de conceitos que nós vamos olhar a realidade efetiva. “Todo o uso do intelecto consiste nisto”. Se isso é importante no plano individual para vivermos a nossa vida, mais vital se torna para a sociedade organizada em Estado. Sem um mapa que torne a realidade inteligível, o Estado não consegue sobreviver e sucumbe.

O Estado inteligente precisa de pessoas inteligentes, que saibam analisar e compreender a realidade para agir adequadamente sobre ela. E antes de agir reunir os dados necessários, o que implica pesquisar nos próprios teatros operacionais e partilhar informações com outros serviços.

Os analistas constroem a sua versão da realidade a partir da informação recolhida pelos sentidos, mediada por um processo mental complexo que determina a informação escolhida, a forma como é organizada e o significado que lhe é atribuído. Aquilo que é percecionado por cada um é influenciado pela sua experiência passada, educação, valores culturais, normas institucionais e a formação específica recebida.

É necessária não apenas a inteligência segmentada de uma multiplicidade de disciplinas em que cada cientista só sabe de uma pequena parte, mas a inteligência de quem consiga interligar conhecimentos, à moda dos sábios antigos, e que permita um salto quantitativo no conhecimento e na compreensão do todo.

Um problema global não pode ter uma resolução apenas nacional, nem uma “mono” resolução institucional. É necessária uma abordagem inclusiva que coloque o problema na relação com os demais, para lhe dar o peso adequado¹, e a resposta necessariamente transdisciplinar e transnacional. Quando os desafios que se colocam são desafios à humanidade é necessário ter uma consciência securitária global. Acontece que a visão de segurança está normalmente relacionada com a visão nacional do problema. Apesar das políticas europeias de contra terrorismo e a enorme evolução ocorrida nos últimos anos, no plano da partilha de informação, a verdade é que a forma de combate que se preconiza implica ação individual dos Estados. Com efeito, atacar as causas do terrorismo através de mais democracia, mais literacia, igualdade e crescimento económico implica uma ação de cada Estado.

A compreensão da ameaça do Daesh implica informação abrangente sobre planos e capacidades desse e de outros grupos terroristas jihadistas satélites, bem como a compreensão da dinâmica regional.

¹ No *Global terrorism Index*, 2015, podemos ver que há cerca de 437.000 pessoas assassinadas por ano para cerca de 32.685 pessoas vítimas de terrorismo. Ou seja há 13 vezes mais pessoas assassinadas em crimes comuns do que vítimas de terrorismo.

Ilustrando o que dissemos fizemos o exercício do «up side down map» (Figura 2) em que os espaços geográficos não estão arrumados da forma habitual, estão de cabeça para baixo, o que nos dificulta a nossa própria localização e, ainda, o exercício do mapa do cinismo (Figura 3) em que a desgraça de um atentado é maior ou menor não de acordo com o número de mortos, mas de acordo com a geografia – *Who cares?* Se fôr em África-, demonstra como a nossa visão específica do mundo vai condicionar o que vemos, a importância e a gravidade que lhe conferimos e como decidimos atuar.



Figura 2 – Upside down World Map
Fonte: (Disponível em: Mapworld.com.au).

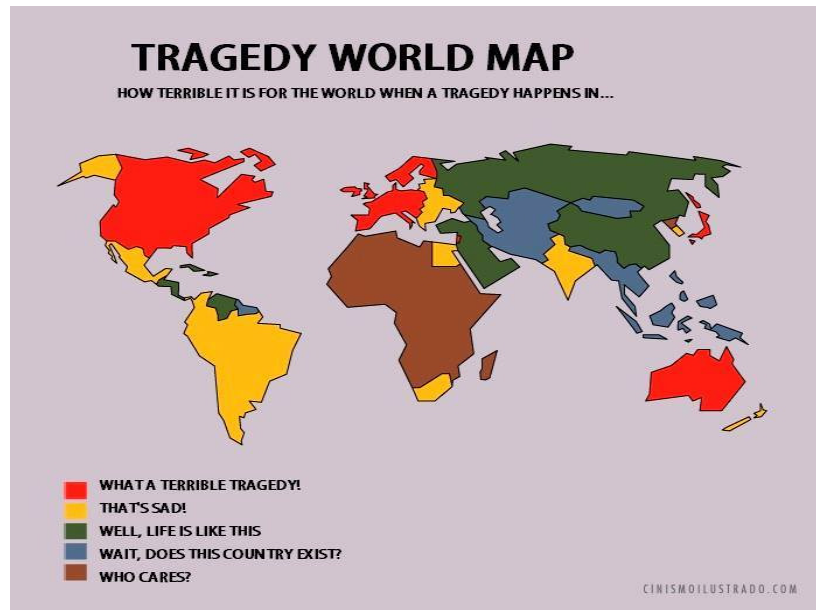


Figura 3 – *Tragedy World Map*

Fonte: (Cinismo ilustrado. Disponível em: all-that-is-interesting.com).

A simples visualização de mapas comparativos (Figura 4) entre o número de mortos causados pelo ISIL e pelo Boko Haram, em que este último vence em mortos alcançados, e o aumento do número de mortos em atentados ao longo dos anos demonstram como nos enganamos nas nossas primeiras ideias e que a visualização (Heuer, RJ et al., 2015) deve ser considerada uma técnica fundamental nas nossas análises para evitar vieses cognitivos.

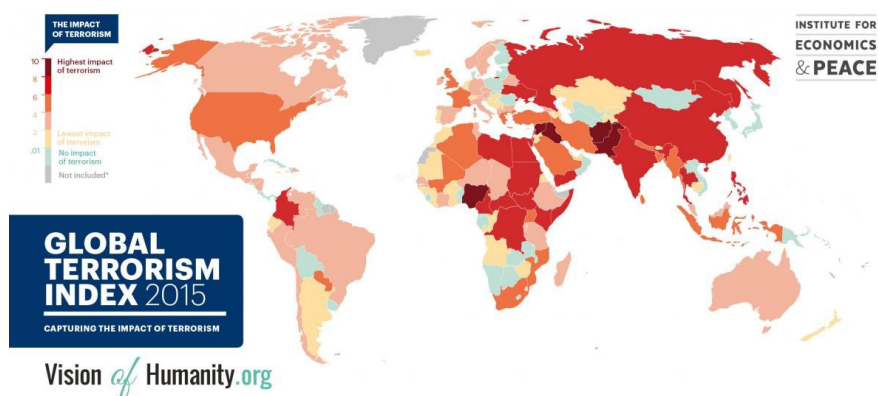


Figura 4 – Global Terrorism Index 2015

Fonte: (Institute for Economics & Peace Disponível em: Vision of humanity .org).

E chegamos “ao que não sabemos que não sabemos” de Arntz (2008), com que nos confrontamos todos os dias, recordando que temos que ser muito humildes nas nossas análises. Fazemo-las apenas com o que sabemos.

A tomada de consciência deste facto leva-nos à necessidade de pensar sobre o nosso próprio pensamento – *thinking about thinking* – questionando-nos a cada momento sobre se estaremos realmente a ver as coisas como elas são ou se as estamos a deturpar porque o nosso cérebro tende a repetir os mesmos caminhos, pregando-nos partidas, ou se não estaremos a repetir as mesmas asserções sem pensar sobre elas, numa *echolalia* do terrorismo. A expressão refere-se à repetição de palavras, numa espécie de eco do que outra pessoa diz e deu o mote a uma exposição de quadros de uma artista belga, em Lisboa, há poucos dias. Num exercício de associação de ideias ligámos a arte e as humanidades, algo que defendemos há alguns anos para melhorar e facilitar a comunicação. Referimo-nos também às cabeças falantes ou *talking heads* que, à maneira das que estão na exposição do museu de Tallin, falam cada uma sem ouvir as demais.²

² https://www.google.pt/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fstaticflickr.com%2F3%2F2300%2F2309909949_2986259021_b.jpg&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.flickr.com%2Fphotos%2Fa_mibe%2F2309909949&docid=MYTZg7Gmx_OfUM&tbnid=zVv1hAxx_gnLsM%3A&w=1024&h=681&itg=1&bih=559&biw=1006&ved=0ahUKEwiw06iBq7TNAhXG6RQKHdXABysQMwgeKAEwAQ&iact=mr&uact=8

De seguida, o filme sobre a ameaça viral do terrorismo do *Daesh* e a razão dele se ter espalhado para a Europa, em virtude das perdas territoriais do ISIL em 2014, foi o ponto de partida para a breve caracterização do *Daesh* e do seu terrorismo.³

Uma liderança organizada de forma a ser forte e resiliente à decapitação, dado ser assente no estilo de poder partilhado de al Baghdadi e na força e estrutura da *shura*, assim como na capacidade militar dos dois adjuntos, sendo que a *shura* escolherá o próximo Califa e o grupo será leal a essa pessoa.

A ciber sofisticação assente no recrutamento de especialistas e no investimento em equipamento traduz a abordagem inovadora em relação às tecnologias de informação. A ciberespecialização manifesta-se nos *social media* (*Dawn*) e as plataformas de planeamento interno (*Fire Chat*) facilitam o recrutamento, o comando e o controlo dentro do grupo. O Marketing e o *branding* do seu modelo de sucesso, as imagens de poder e de Estado e as mensagens de jihadismo global que difunde são a chave para a sua legitimidade. “De *start up* a califado”, foi a expressão encontrada por alguns autores para descreverem a empresa do autodenominado Estado Islâmico, fazendo sobressair a máquina de propaganda. E com um papel crescente das mulheres porque se querem ser um Estado têm que ter mulheres.

Depois da breve caracterização do ISIL discorreremos sobre o modelo de análise da ciência da complexidade aplicado ao mesmo como caminho para encontrar melhores respostas para o seu combate e neutralização.

Apesar de não existir ainda uma teoria acabada da complexidade, há já alguns estudos a que Neil Johnson se refere no seu livro “*Simply Complexity Theory*”. A ciência da complexidade pode ser vista como o “estudo do fenómeno que emerge de uma coleção de objetos que interagem” (Johnson, 2009). Engarrafamentos, mercados financeiros, células humanas, guerrilheiros, furacões, ondas de calor, são exemplos de fenómenos de aglomeração. Todos podem ser vistos como comportamentos coletivos que competem por algum recurso limitado, que pode ser espaço, território, alimento, energia. E o que emerge dessa competição acontece independentemente de existir uma entidade controladora central ou coordenadora, uma “mão invisível”. Pelo contrário, a coleção de objetos está apta a auto-organizar-se de tal forma que o fenómeno parece surgir como que por magia. Todos conhecemos o efeito da *mob mentality*, intencional ou não.

³ The Young Turks, 2016. *Why ISIS attacked Brussels*. [Registo Vídeo] Disponível em: Youtube

Também nos animais, insectos e peixes encontramos exemplos de auto-organização. De facto a biologia está recheada destes fenómenos coletivos, desde a resposta do sistema imunitário aos vírus à comunicação intercelular. Na medicina é fundamental perceber porque é que o sistema imunitário acaba por atacar tecido saudável. O biólogo Kauffman (1995) defende que a teoria da complexidade pode explicar a evolução dos sistemas económicos, a geopolítica e a inevitável emergência de uma civilização global.

Diziam estes autores (Niou, E et al., 1989) que, apesar das causas da instabilidade internacional e dos conflitos serem objeto de intensa atividade escolar, os eventos do nosso século (referindo-se ao séc. XX) parecem demonstrar que fizemos um reduzido progresso na identificação das suas causas; que uma vez identificadas não adequámos a nossa investigação à descoberta de correctores ou que essas causas se multiplicaram de tal forma que excederam a nossa capacidade de multiplicação e análise.

Estes autores assentam no pressuposto de que nos assuntos humanos, todos os eventos, excluindo os da natureza, derivam de ações de pessoas perseguindo os seus objetivos, num mundo de recursos limitados, criatividade e ações de outros (Gasset, 1989). Nesse sentido, se queremos prever ações temos que saber que objetivos os outros prosseguem. Mas o paradigma que apresenta – o da escolha racional – vai para além do conceito de utilidade e introduz maior complexidade. Se uma pessoa quer agir inteligentemente tem que prever como os outros se vão comportar. Se pretende influenciá-los, precisa de estimar ou prever como reagirão às políticas alternativas que possa adotar. Mesmo que a sua ação não afete a dos outros precisa de saber como irão agir para exercer influência favorável às suas próprias ações.

Enunciamos as características principais de um problema complexo: elevado número de parâmetros; redes de causalidade; respostas não lineares; dependência de fatores contingentes não controláveis; fraca previsibilidade; consequências não intencionais; comportamentos contraintuitivos; elevada interdependência; dificuldade em identificar todos os aspetos relevantes e a impossibilidade de isolar completamente o problema do resto do universo⁴.

O terrorismo islamista, tal como a maior parte dos problemas que hoje enfrentamos, é complexo e o antídoto natural é a **adaptabilidade**.

O essencial para cada problema complexo é desenvolver uma perspectiva multi escala, em rede, que defina:

- Quais são os elementos do problema em cada nível e suas interações?

⁴ *A CAS Framework for Addressing Complex Problems*, 2005. Defense Science and Technology Organisation (DSTO), Department of Defense, Australia, 6039-03

- Quais são as prioridades emergentes?
- Como interagem os diferentes níveis?⁵
- Como é que os efeitos se propagam?
- Como se manifestam os desencontros?
- Como são as relações entre os diferentes aspetos?
- Onde estão os sintomas, os pontos de influência, os aspetos visíveis?
- Com o enfoque nas ligações e interações e partindo da sua descrição é necessário encontrar respostas.

O ISIL já ultrapassou o estágio de rede complexa adaptativa e já é uma rede evolutiva com capacidade de influenciar o ecossistema do Médio Oriente, traduzindo um fenómeno de “emergência” que se verifica nos sistemas complexos⁶:

- Inexistência de controlo centralizado. Liderança descartável perante a necessidade de fazer face a ataques bem-sucedidos das Forças aliadas, sem causar o colapso da rede;
- Poder decisório distribuído para incrementar a fluidez da rede e a robustez perante ataques;
- Estratégia de comunicação a par de operações tangíveis e intangíveis;
- Objetivo de ganhar vantagem moral na sua narrativa;
- Utilização de conceitos que projetam a sua força na região, como “exército global” e “ceaseless war”;
- Orquestração do conflito em teatros adjacentes, a partir do crescente número de afiliados;
- Comportamento imprevisível.

O estudo do ISIL como um sistema complexo (não linear) facilita a adequação da estratégia de **resposta** a adotar, a qual terá que ser **dinâmica e flexível**, dirigida quer a capacidades tangíveis quer intangíveis.⁷

- Levar o ISIL à necessidade de se reorganizar e defender;
- Manter surpresa contínua e assimétrica para o desorganizar, evitando assim a evolução das suas capacidades evolutivas enquanto sistema;
- Contê-lo numa certa área, desgastando-o com operações contínuas, integrando as dimensões físicas e intangíveis, para permitir às forças de segurança transmitir confiança à população local, de que controlam a zona;

⁵ Como é que o comportamento de um nível tem impacto nos adjacentes

⁶ socialscience.net/docs/SMA_SOCCENT_White.Paper_Final_Dec2014.pdf

⁷ Ver estratégia da anaconda empregue pelos EUA, Aaron Bazin, 15 Set 2014. *Defeating ISIS and their complex Way of war*. small war journal.

- Destruir a convergência do ISIL com as redes jihadistas regionais, através de múltiplas dimensões;
- Desenvolver análise multidisciplinar;
- Usar todos os instrumentos do poder nacional (diplomacia; inteligência; militar; económico; financeiro; forças de segurança; educação);
- Intervenções imediatas conjugadas com as mediatas.

Depois de sugerida a resposta para a ameaça colocada pelo alegado Estado islâmico, foram recordadas algumas análises do passado que permitem ver as ameaças em perspetiva e que devem existir em cada momento para enquadrar os esforços nacionais e internacionais. Em 2008, numa previsão assertiva, o *Global Trends 2025*⁸ apontava algumas tendências, consideradas de longo prazo, relativamente à ameaça do terrorismo islamista. Nele refere-se que é pouco provável que o terrorismo desapareça em 2025, mas o seu apelo poderá ser menor se o crescimento económico continuar no Médio Oriente e se o desemprego juvenil for reduzido. Oportunidades para ataques terroristas em massa usando armas químicas, biológicas, ou, menos provavelmente, nucleares surgirão com a **evolução tecnológica** e a expansão de programas nucleares.

Os grupos terroristas em 2025 serão uma combinação de descendentes de grupos estabelecidos, de quem herdaram estruturas organizacionais e processos de controlo e comando e procedimentos de treino para ataques sofisticados novos emergentes auto radicalizados. Relativamente a estes grupos terroristas ativos em 2025 o perigo maior é o acesso a novas **tecnologias** que lhes permitam ataques em massa.

O radicalismo no futuro pode ser alimentado pelas comunicações globais e os *mass media*. **A crescente interdependência juntará os indivíduos em torno de causas comuns de insatisfeitos.** Em algumas situações estas redes podem agir como pressão para os governos através de meios não violentos contra a injustiça, a pobreza, os impactos das mudanças climáticas e outros assuntos sociais. Outros grupos, no entanto, podem usar as redes e as comunicações globais para recrutar e treinar novos membros, espalhar ideologias radicais, gerir finanças, manipular a opinião pública e coordenar ataques.

Como refere Snowden (2002 cit. por Williams, 2005) compreender a complexidade não garante análises eficazes nem a ausência de surpresas,

⁸ *Global Trends 2025: A Transformed World, 2008. National Intelligence Council*. Washington, DC: Office of the Director of National Intelligence). Disponível em www.dni.gov/nic/PDF_2025/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf.

mas melhora as perspectivas de as tornar mais úteis e passíveis de desencadear alertas. É o melhor que se pode desejar na “era das surpresas”, para usar a expressão de Elliot Cohen (2002 cit. por Williams, 2005).

Sobre a resposta da *intelligence*, diremos que as informações estão orientadas para assessorar e reduzir a incerteza em processos de decisão que seguem ritmos temporais marcados pelos acontecimentos. Como refere Robert Clark (2004, p.27) o imaginário popular, quando se fala de *intelligence* é a parte da recolha de informações através de operações popularizadas em filmes de ação. O analista de informações, que está nos bastidores e não é herói destes filmes é aquele que tem que por a máquina a funcionar para resolver os problemas iniciais que desencadeiam o processo de produção das informações. Apesar da recolha ou pesquisa de informações ser a parte de que mais se fala, as falhas atribuídas à *intelligence* assentam normalmente em análises desadequadas ou inexistentes Clark (2004). Daí as nossas percepções serem tão importantes, como procurámos demonstrar. As informações destinam-se a reduzir as incertezas num conflito, tido este como qualquer competição com duas ou mais partes, resultante de interesses divergentes. O conflito pode ir desde a competição amigável até ao conflito armado. Reduzir incerteza exige que os serviços de informações obtenham informação do adversário, dados que depois de analisados possam ser usados na decisão estratégica ou no planeamento operacional. No caso de ameaças transnacionais, o processo de produção de informações (antigo ciclo das informações) tem que ser internacionalmente partilhado com os atores percecionados como essenciais em cada ameaça.

Porque as informações estão intrinsecamente ligadas ao conflito de interesses, elas servem de suporte para o planeamento militar, as negociações diplomáticas e comerciais e a ação policial.

As informações estão sempre focadas num alvo, um problema sobre o qual os destinatários precisam de obter respostas. O que distingue estas informações, que em parte podem ser obtidas em fontes abertas, é que elas se destinam a suportar operações, ou seja destinam-se a desencadear uma ação.

Neste contexto merece referência uma monografia inicialmente publicada em 1984 “*Cognitive science and Intelligence Analyses*” (Sinclair, 2010) e que ilustra o trabalho subjacente a qualquer análise de informações. Na altura, era uma disciplina nova e não reconhecida nem conhecida dentro ou fora do mundo da *inteligência*. Como refere o seu autor, a única exceção era a de Richard J. Heuer, cujos artigos publicados em *Studies of Intelligence*, a partir

de 1978, começaram a despertar-lhe interesse⁹. Atualmente, este campo de estudo cresceu enormemente, tendo aparecido muita documentação sobre as atividades cognitivas do nosso cérebro e as imagens eletrónicas das mesmas. No livro *“Blink: The Power of Thinking without Thinking”*, Malcolm Gladwell (2005) aborda a questão de como as coisas que aprendemos através da experiência não estão imediatamente disponíveis na nossa mente consciente. Ou a *“behavioral economics”* que recorrendo a ensinamentos da ciência cognitiva, coloca alguns limites ao modelo de atores racionais, já que para tomar decisões racionais é necessário ter conhecimento consolidado resultante de experiência passada, o que nem sempre é possível.

Por fim, e porque o tempo de apresentação chegava ao fim, ficava a questão do porquê **dos jovens se fascinarem com o extremismo islamista?** Essa no fundo a grande questão com que nos confrontamos dentro de fronteiras europeias.

Para um jovem muçulmano que cresce fora do seu país, são apelativas as mensagens proclamando a glória dos Califados, do Islão glorioso. Para além de vingança, é a mensagem poderosa que o grupo transmite e a promessa de que os que aderem façam parte de algo maior que eles próprios.

“Viver numa sociedade islâmica perfeita – o califado”. Esta mensagem espalhada nas redes sociais vai ao encontro dos jovens que estão agarrados aos computadores e condicionando a maior adesão das mulheres porque ultrapassam a separação dos sexos através dos computadores. Enquanto Estado, não pode ser só constituído por homens e como tal as mulheres são encorajadas a recrutar, difundir propaganda, casar-se com *jihadistas* e atrair crianças. Com o uso das redes sociais o **recrutamento do terrorismo democratizou-se**. Daí a importância de identificar os *“nodes”* destes *social media* players. Uns postam *memes*, novos artigos e *tweets* oficiais; outros são amplificadores, anunciam novas contas e contas agregadas. Deitar abaixo contas corta efetivamente os contactos dos simpatizantes. Usam o telegram – plataforma encriptada muito importantes entre GT’s e dissidentes em países autoritários – para dar conta do dia-a-dia nas linhas da frente na Síria. A compreensão da forma de estar no mundo das novas gerações é imprescindível para encontrar as respostas adequadas.

⁹ Em 1999, o CIA *Center for the Study of Intelligence* publicou uma versão actualizada dos artigos de Heuer no livro *Psychology of Intelligence Analysis* e que é hoje dado nos cursos de formação. *Cfr* Richard Heuer, *Psychology of Intelligence Analysis*. Washington DC: GPO, 1999.

Terminamos lembrando com Innerarity (2009, p.78) que os inimigos do séc. XXI não estão para lá dos limites da civilização, eles estão no meio de nós, invisíveis até se manifestarem. Há uma violência difusa em que o Estado já não dispõe do monopólio da força e da segurança garantida. Precisamos de construir a segurança sem limites territoriais, uma segurança humana, e não estritamente nacional, “num mundo em que deixou de haver assuntos externos”.

Bibliografia

- Arntz, W, 2008. *Afinal o que sabemos nós. As Possibilidades infinitas de Transformar a Nossa Realidade*. Lisboa: Sinais de fogo.
- Clark, R, 2004. *Intelligence Analysis, a Target-centric approach*. Washington DC: CQ Press.
- Cohen, E, 2002. *A Tale of Two Secretaries*. Foreign Affairs.
- Gasset, O, 1989. *A Rebelião das massas*. Lisboa: Relógio d'Água, Antropos.
- Gladwell, M, 2005. *Blink: The Power of Thinking without Thinking*. New York: Little Brown and Company.
- Heuer, RJ et al., 2015. *Structured Analytic Techniques for Intelligence Analysis*. London: Sage.
- Innerarity, D, 2009. *A Sociedade invisível: Como Observar e Interpretar as Transformações do Mundo atual*. Lisboa: Teorema.
- Johnson, N, 2009. *Simply Complexity: A Clear Guide to Complexity Theory*. Oxford: Oneworld Publications.
- Kauffman, S, 1995. *At Home in the Universe. The Search for Laws of Self-Organization and Complexity*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Niou, E et al., 1989. *The Balance of Power, Stability in International Systems*. New York: Cambridge University Press.
- Rêgo, H, 2013. *A inteligência dos Estados. A perspectiva do analista de Informações* (tese de doutoramento em relações internacionais). ISCSP. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7147/1/Tese%202014.pdf>
- Sen, A, 2010. *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Almedina.

- Sinclair, R, 2010. *Cognitive Science and Intelligence Analysis*, Washington DC: Center for the Study of Intelligence. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/Thinking-and-Writing-Feb2010-web.pdf>
- Snowden, D, 2002. *Complex Acts of Knowing: Paradox and Descriptive and Self-Awareness*. Journal of Knowledge Management, Vol. 6, Nº 2.
- Williams, P, 2005. Intelligence Requirements for transnational threats: New Ways of Thinking, Alternative Methods of Analysis and Innovative Organizational Structures. In *New Frontiers of Intelligence Analysis. Shared threats, diverse perspectives, new communities*. Global Futures Partnership of the Sherman Kent School of Intelligence Analysis, Link Campus University of Malta and Gino Germani Center for Comparative Studies of Modernization and Development. Washington DC and Rome. pp. 35-62.

3. A AÇÃO DIPLOMÁTICA

Embaixador Duarte de Jesus (Doutor)

IPRI – UNL

Quanto à ordem mundial presente, onde se aplica o conceito de diplomacia de que vamos falar, é legítimo perguntar se ela é fundamentalmente caracterizada por um “estado-de-guerra” ou por um “estado-de-paz”. A definição de um “estado-de-guerra” pode tornar-se numa problemática especulativa, que vamos evitar.

As naturezas das guerras são diversas consoante as suas circunstâncias geográficas, históricas e tecnológicas. Elas podem ser bilaterais, envolver mais do que uma nação ou podem ter as características das que ultimamente se chamam mundiais. Mas, mesmo estas, são por vezes profundamente diferentes entre si.

A I Guerra-Mundial foi militarmente – logo tecnologicamente – muito diferente da II Guerra Mundial. O que se chamou depois a Guerra-Fria foi outra forma latente a nível mundial, com focos de confrontação localizados – como por exemplo o caso da Coreia ou do Vietnam.

Neste momento, consideramos pessoalmente que entrámos numa primeira fase da III Guerra-Mundial. Esta desenrola-se num mundo global – o que não é o mesmo que dizer que tem características mundiais – mas que um novo fator tecnológico lhe empresta uma nova dimensão, que a torna bastante diferente das duas anteriores.

Referimo-nos à cibernética. Pensamos na informática, que lhe dá características diversas no campo militar e não só. Este estado-de-guerra está mais próximo do da guerrilha do que da confrontação clássica. Torna-se, por vezes, difícil definir o seu campo de operação geográfica.

Estou consciente de que esta minha análise não será partilhada por alguns.

Mas é neste quadro que, hoje, devemos conceber a diplomacia, a acrescida importância da “*intelligence*”, e a nova forma da Negociação. Em suma, uma diplomacia num estado-de-guerra.

A diplomacia, como prática de um exercício num contexto global, limita-se, em primeiro lugar, a exercer uma função totalmente dependente da existência de uma política externa. Em segundo lugar, o seu exercício profissional tem um só fim: evitar confrontações entre Estados, entre Grupos ou quaisquer outros atores internacionais, ou diminuir a sua intensidade e efeitos, quando elas já estão presentes.

Para o exercício desta função, cada vez mais especializada, devemos ter em mente que ela assenta em três pilares: a imagem ou diplomacia pública -, as Informações Estratégicas ou *Intelligence*, e a Negociação. Este último pilar é o mais importante e decisivo na resolução de conflitos, em evitar a confrontação, em suma, em evitar a guerra, seja ela de que natureza for.

Tendo em consideração esta análise prévia, vejamos como ela pode funcionar no contexto internacional criado pela eclosão de uma nova forma global de terrorismo e mais concretamente, hoje, tendo em conta a existência de o novo ator internacional chamado o “Autoproclamado Estado Islâmico”.

Para podermos avaliar as capacidades profissionais de uma diplomacia e de uma negociação neste quadro, teremos, previamente, que procurar analisar o contexto geopolítico e saber até que ponto a alternativa negocial, por oposição à alternativa militar, é viável.

Olhando para trás, houve um cenário que, num contexto geográfico diverso, com atores movidos, aparentemente, por motivações diferentes, tem algumas semelhanças epistemológicas com o atual. Refiro-me à guerra dos trinta anos.

Embora alguns dos elementos sejam contingencialmente diversos, mas estruturalmente semelhantes, temos a descontinuidade temporal, mas a duração com caráter quase permanente do “conflito”; a multiplicidade dos atores em jogo; a aparente fonte de discórdia teórica que esconde o real problema – o do “poder”.

Do antigo palco geográfico europeu, encontramos-nos agora num palco a que chamaremos: “A”, aparentemente limitado ao médio oriente, mas realmente envolvendo áreas e continentes diversos, um quadro quase global, em que estão envolvidos para além do Médio Oriente, a Europa, a América, a África e parte da Ásia.

Em qualquer exercício diplomático temos que começar por definir os principais atores internacionais; definir os interesses ou objetivos de cada um no jogo e, não se tratando de um jogo bilateral de soma zero, saber quantos são os jogadores reais, distinguindo-os dos aparentes ou substitutos, definir as variáveis e as funções a maximizar.

Depois deste trabalho prévio, poderíamos, em princípio, delimitar uma forma negocial, com todas as técnicas que lhe são próprias, para se poder ter um horizonte quantificável de êxito, sabendo, de antemão, condição que impõe conhecer as posições de recuo, que só podem existir no âmbito de instruções e objetivos claros.

Procuremos definir os atores principais em jogo e alguns dos seus objetivos ou interesses nos quadros regionais e globais, – área económica, área geoestratégica, área política, área do poder – áreas que frequentemente surgem aliadas.

A natureza de cada um destes elementos é dificilmente entendida sem avaliar a sua circunstância histórica, o passado, pois no palco internacional da sociedade humana, raramente surge um fenómeno de geração espontânea.

Concordamos com a opinião de que a história se não repete, a história não é regida por leis metafísicas hegelianas ou na sua versão marxista, mas o seu acontecer assenta sempre em circunstâncias que, não a tornando determinista, ajudam a explica-la e, assim, a assumir a liberdade de a modificar.

Sem dominar a maior parte destes elementos dificilmente poderemos definir o “poder” negocial da cada um e medir o verdadeiro poder do BAT-NA (*Best Alternative to a Negotiated Agreement*) – elemento essencial num quadro negocial com tantas “incógnitas”.

Procuremos rapidamente estabelecer alguns paralelos históricos que nos possam ajudar a formatar uma diplomacia mais adequada à situação.

O nosso adversário é realmente o Autoproclamado Estado Islâmico, ISIS ou DAESH? Sem definirmos o adversário não parece fácil definir uma estratégia negocial, por outras palavras, uma diplomacia. Para já, devemos distinguir o terrorismo internacional da Al Qaeda e seus grupos paralelos e atuantes em várias regiões do mundo e o DAESH. A primeira não tinha objetivos de controlar um território, já o DAESH tem. Só este facto muda a natureza do nosso adversário ou ator internacional.

O facto de o DAESH recusar a ordem mundial que nós aceitamos não constitui um elemento novo na História, basta pensar nas guerras europeias que se seguiram à Reforma, as Ligas protestante e católica, a URSS quando surgiu, ou os Khmer-Rouges, etc., etc.

As duas principais diferenças a considerar num quadro negocial são, por um lado, ter em conta se estamos perante uma Potência mundial – com os perigos que tal acarretaria em termos de um perigo bélico e hegemónico – e por outro, o facto destes pseudo-blocos não serem homogéneos e como tal oferecerem fissuras internas que podem e devem ser exploradas diplomaticamente,

antes de se pensar em qualquer resposta não negocial, mas militar. Acrescente-se, como um exemplo histórico mais recente, o III Reich e as suas brechas internas importantes, como a “*Abwehr*” de Canaris, na frente militar e o “*Freundeskreis*” na frente diplomática.

Mas se recuarmos na História até à revolução francesa, que colocou em pânico a Prússia ou a Áustria, vejamos-se as fissuras entre jacobinos e girondinos.

As três grandes armas do Islamismo Extremista são as mesmas de todos os Estados revolucionários e messiânicos: o inimigo interno ou externo é diabolizado; a vitória é profeticamente inevitável, e acreditar que o seu modelo tem uma validade global.

O que aqui há de novo é o contexto em que vivemos atualmente - o de uma globalização de simultaneidade e de um terrorismo que ultrapassam o quadro clássico.

Antes de analisarmos, não só quem são os outros atores, os seus objetivos e interesses - sem o que não podemos estabelecer uma estratégia diplomática - e de verificarmos como eles são múltiplos e jogam jogos diferentes, a primeira hipótese que consideramos é que o uso da força, à maneira clássica, em que alguns apostam, nos parece errada. Não obstante este facto, concordamos que seja muito difícil uma estratégia diplomática. Mas não se nos afigura, neste momento, haver outra alternativa.

Em suma, trata-se de uma situação negocial sem BATNA e com diferentes ZOPAs (*Zone of Possible Agreement*), consoante as partes.

Curiosamente não colocaria o DAESH como o mais importante jogador deste “Jogo” com várias mesas, a que chamaríamos Jogo “Y”. Entre os mais importantes jogadores temos os Estados Unidos, a Rússia, vários países da U.E., saltitando de mesa para mesa a sombra da U.E., a Turquia e a Síria. Entre os “fantasmas” contaria com a oposição interna a Assad. Não excluía jogadores aparentemente menores, mas muito importantes nalgumas jogadas, como a Líbia, o Iraque, os Curdos e o “telejogador” Arábia Saudita.

Mais difícil, porém, parece ser a definição dos jogos em que alguns jogam a dois, por vezes a três ou quatro, enquanto outros procuram - ou fingem procurar - um Jogo com todos os parceiros, isto é, uma Negociação Global. Mas esta geometria variável cria problemas graves de definições estratégicas de conjunto.

Não referi as Nações Unidas nem a OTAN para evitar tornar o jogo intratável do ponto de vista da teoria dos jogos.

Começaria pelos atores menos importantes: a Líbia tem um papel fundamental como uma das bases de política externa do DAESH – depois do erro da intervenção de vários dos jogadores – mas como outros analistas, não suponho que a mesma Líbia se queira sujeitar às ordens do Califato, pelo que o seu papel é mais o de instrumento e não o de ator principal.

Assad tem um objetivo fundamental interno: o da sobrevivência para o que o DAESH constitui um impedimento, pelo que para jogar ou negociar contra aquele, sem a Síria, parece-nos um erro evidente, logo uma impossibilidade negocial ou diplomática.

Não obstante este facto são vários os jogadores ocidentais a exigirem como objetivo do jogo a demissão de Assad, ingerência dificilmente justificável em Direito Internacional.

A Rússia aposta, como ator neste conflito, numa posição não igual, mas semelhante à da Síria.

O boicote económico à Rússia – que consideramos um erro diplomático importante – faz com que ela agora queira aparecer, não como uma potência regional, mas como uma potência global. Só por si este facto vem complicar mais a natureza do jogo “Y”, como sublinha a investigadora da Universidade de George Town, Angela Stent.

Já nem queremos referir alguns números que um Instituto Austríaco de Investigação Económica publicou recentemente, relativos aos efeitos possíveis do boicote à Rússia, a saber, um prejuízo de cerca de 90 biliões de Euros e de 2 milhões de possíveis desempregados na União Europeia.

A Rússia é um importante ator no quadro da crise decorrente do Autoproclamado Estado Islâmico por três razões de relevo: primeiro pela ancestral vontade de se afirmar como grande potência económica, que o foi no início do séc. XX, e política, face aos Estados Unidos, à Europa ocidental e à China, pois mantém-se, apesar disso, num patamar de subdesenvolvimento grande; em segundo lugar, porque apesar da sua enorme dimensão geográfica tem um enorme “*handycup*” quanto à delimitação das suas fronteiras históricas, e em terceiro lugar, porque tem uma população que integra cerca de 15% de muçulmanos. Tendo consciência destes fatores, Putin anseia por conseguir ser reconhecido como um ator importante no mundo e consequentemente nesta, que encerra em si a questão Síria.

Julgamos ser manifesta a visão estratégica de Putin, a mais longo prazo, no que respeita a circunstância geoestratégica desta amálgama de conflitos.

Embora a China, mantendo a sua tradicional posição de afastamento direto do conflito, é um elemento que se não deve descurar, neste jogo.

É interessante sublinhar o que, recentemente, afirmou Fu Ying, presidente do Comité de Relações Externas do Congresso da RPC, sobre as boas relações entre o seu país e a Rússia – “países amigos, mas não aliados” – e que acrescentou talvez constituísse um bom exemplo para outros.

Mas, entretanto, a Turquia aliada na OTAN, entra num conflito com a Rússia e com os curdos - que em certas circunstâncias “jogam” aliados aos Estados Unidos. O conflito com a Rússia tem contornos muito suspeitos, a avaliar por certas fontes de “*intelligence*” ocidentais.

As negociações multilaterais, desde as de 2012, 2014 até às últimas, têm pecado por erros primários. Numa negociação multilateral, deve-se acautelar uma prévia negociação entre um grupo negociador e procurar que haja um porta-voz desse grupo nas negociações. Ao organizar este grupo negocial dever-se-ia ter em conta todas as técnicas hoje conceituadas em negociações diplomáticas, evitando os clássicos 5 erros definidos pelo Harvard Negotiation Institute e possuir uma posição de recuo comum.

Nada disto aconteceu. Staffen de Mistura, que liderou as negociações em nome das Nações Unidas, ignorou – ou foi obrigado a ignorar – toda esta técnica.

Por outro lado, não só o principal objeto de muitas das últimas negociações tem sido a Rússia, como comenta Shapiro, ou no dizer de outros, a deposição de Saddat.

Por outro lado, a Síria fez-se representar negociações pelo seu Embaixador em Nova Iorque – muitos parecem esquecer que o governo sírio é reconhecido pelas Nações Unidas – e que a oposição esteve representada por um grupo ligado ao Jaish al-Islam, movimento apoiado pela Irmandade Islâmica e pela Arábia Saudita, que a Rússia e a Síria consideram um movimento terrorista.

Pensamos que qualquer um dos nossos alunos desta Pós-graduação poderia ter feito melhor.

Por outro lado, a tática do Autoproclamado Estado Islâmico tem vindo a evoluir, de uma ofensiva militar mais clássica, que correspondeu a uma conquista territorial em 2014, a uma guerrilha mais suicida e global, com ataques mais restritos na Síria, no Iraque e no mundo ocidental.

Estes fatores têm necessariamente que ser ponderados do lado ocidental, afastando, cada vez mais, a opção de uma guerra frontal e aconselhando uma solução diplomática. Claro que esta solução negocial nunca pode mostrar fraqueza ou abandono de intervenções militares, mas pontuais.

Além do mais, não podemos perder de vista alguns dados novos, como o aumento do extremismo islâmico em zonas diversas, como a Índia, se atendermos aos recentes dados do “*Center of Religion & Geopolitics Global Extremism Monitor*”.

Feitas estas considerações que reputamos de essenciais se queremos realisticamente vislumbrar e definir uma negociação diplomática com possibilidades de êxito, e pôr de lado a alternativa do uso da força como alternativa, facto que num mundo altamente globalizado poderia fazer-nos caminhar para uma verdadeira terceira guerra mundial. Com a devida humildade intelectual, afigura-se-nos que há que acalmar os espíritos, voltar ao objetivo essencial que é, e deverá continuar a, o “Autoproclamado Estado Islâmico”, e usar como tática – que é uma BATNA – a atitude de “*wait and see*”, a fim de recolher o baralho de cartas, de as baralhar e redistribuir, depois de definirmos qual o jogo que queremos seriamente fazer.

Como exemplo para nos orientarmos nesta perspetiva, basta pensar na recente atitude russa, no que respeita a sua ação militar na reconquista de Palmira ou nas recentes conversações com Putin.

Numa situação como a atual, é totalmente impossível pensar numa ação diplomática europeia sem, a montante, reforçar o pilar das Informações numa rede europeia bem definida e altamente qualificada.

Afigura-se-nos que em vez de uma grande Negociação-Global, deveríamos caminhar para negociações parcelares, que definam grupos homogêneos de objetivos, reconquistar, por esta via, a Rússia como ator aliado e não perder de vista o verdadeiro inimigo do tal Jogo “Y” a vencer.

4. A INTERVENÇÃO DO INSTRUMENTO MILITAR

Coronel Nuno Lemos Pires (Doutor)

Academia Militar

Quando abordamos a questão das respostas e do uso dos vários instrumentos para o fazer é importante dizer, logo à partida, uma frase muito simples e evidente: não há respostas militares para usar contra o Daesh. Há respostas multifacetadas, com o uso de vários instrumentos, em que o militar também é usado e constitui um elemento importante, relevante e fundamental mas é, simultaneamente, complementar, coordenado e alinhado com todos os restantes instrumentos ao dispor dos Estados e das Coligações Internacionais.

Sobre a melhor forma de responder ao fenómeno do Jiadismo Radical, incluindo também a problemática específica do Daesh, tivemos oportunidade de escrever um livro (Resposta ao Jiadismo Radical: Políticas e Estratégias para vencer grupos como a Al-Qaeda e o Daesh (2016), Nexo, Lisboa). Nessa obra definimos as várias políticas e estratégias necessárias para uma resposta abrangente, holística, coordenada e projetada para uma ação prolongada. Basicamente, o que defendemos nesse livro, assenta no abordar, de forma muito diferente, três dimensões bem distintas do problema, ou seja: é preciso acautelar os fatores potenciadores do fenómeno (primeira dimensão), desde o agravamento das alterações climáticas, da pressão demográfica até a uma crescente crise no sistema de valores; na prevenção do fenómeno do jiadismo radical (segunda dimensão) e; agir contra os grupos que se inspiram neste mesmo jiadismo (terceira dimensão). O instrumento militar tem aplicação nas três dimensões, embora e também, de forma muito distinta.

Vamos aprofundar, através de um exemplo pouco habitual e raramente utilizado como referência, estudando o seu uso na Arábia Saudita. Escolhemos abordar o uso dos instrumentos do Estado, através dos acontecimentos na Arábia Saudita, porque sentimos que, para além das muitas abordagens de matriz “ocidental” que habitualmente lemos, seria importante entender a perspetiva de quem está profundamente dentro do problema global do jiadismo radical e que tem efetivamente apresentado resultados no seu combate. Embora seja, permanentemente, apontado em muitos e variados fora, como estando diretamente relacionado com os efeitos e consequências deste

fenômeno, ao qual recaem permanentemente acusações de convivência, intolerância, ambições regionais, políticas e religiosas, ambições expansionistas e comerciais¹. As populações desde grande país estão dentro, tanto nas causas como nas consequências, de onde partem tantos dos elementos que compõem os grupos radicais como também onde se fizeram as grandes ações de contenção do fenômeno, de onde se vive uma das visões mais restritas do Islão (o wahabismo) e também, de onde se assinala uma cooperação internacional estruturada, regional e global, para lidar o problema.

Por ser um exemplo complexo, porque apresenta resultados objetivos e eficazes na contenção da Al-Qaeda, por estar inevitavelmente dentro do vulcão deste problema, vale a pena assinalar algumas formas de atuação e, neste caso, entender também como o instrumento militar pode ser usado para podermos inferir que, mesmo em modelos e países com matrizes tão diversas, há constantes que têm uma base comum e consensual.

4.1 A contra-radicalização e o contra-terrorismo no caso da arábia saudita

Em 2003, o mundo ouviu e assistiu às ações da primeira filial regional da Al-Qaeda: a AQPA (Al-Qaeda da Península Arábica). Para os sauditas o problema era de uma enorme gravidade porque, para além de grande parte dos radicais jiadistas (por exemplo, eram 14 dos 19 terroristas, nos atentados do 11 de setembro de 2001, eram sauditas) também eram, agora, os primeiros a criar uma rede local (filial da Al-Qaeda) com objetivos claramente insurrecionais na tentativa de tomar o poder num dos mais importantes países do Médio Oriente. Vamos partir do livro publicado por Small e Hacker em 2016, *Caminho de Sangue* (ver bibliografia), para retirar alguns dos elementos que pretendemos analisar, uma vez que os autores do mesmo tiveram acesso a inúmeras fontes documentais (incluindo milhares de horas de gravações) que, embora cedidas e disponibilizadas pela própria Arábia Saudita, ou seja, podendo haver a suspeita de uma tentativa de influenciar a opinião de quem investiga, não retira valor aos documentos obtidos e à investigação elaborada. Não pretendemos fazer análises políticas generalizadas sobre os inúmeros atores das Relações Internacionais neste tema tão complexo (remeto para o meu livro já referenciado, parte desta análise) mas,

¹ Ver por exemplo, as visões mais radicais de acusação ao Governo da Arábia Saudita, em artigos como: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-estado-islamico-sempre-existiu-e-a-arabia-saudita-1716649> de Ziauddin Sardar (consultado em 22 de abril de 2016), ou de Patrick Cockburn <http://world.einnews.com/article/323662368/DYS8loXO301m1oes> (consultado a 29 de abril de 2016).

simplesmente, analisar, neste caso, sobre as possibilidades do uso do instrumento militar nas três dimensões enunciadas.

A Arábia Saudita é um país imenso, com perto de 30 milhões de habitantes e ocupando uma área nove vezes maior que o Reino Unido onde existe um difícil equilíbrio entre três influentes grupos: a força da religião (com os seus 50.000 clérigos, na sua esmagadora maioria, sunitas wahabitas), o poder governativo da casa de Saud, e a fortíssima classe burguesa e urbana que tem um poder interno e externo na economia e na sociedade. Brevemente diríamos que estamos perante um país multicultural, conservador, autoritário, patriarcal, não totalitário, em que não existe nem liberdade de imprensa nem de opinião mas que tem coexistido e sido apoiado, aparentemente, pela população em geral.

Se pensarmos bem, o mundo inteiro tinha assistido à tentativa da imposição de um verdadeiro Estado Islâmico no Afeganistão pelos Talibãs na década de 1990. Essa tentativa, em muito apoiada por países que apoiavam anteriormente os Mujaheden contra a União Soviética, como o Paquistão e a Arábia Saudita², entre outros, rapidamente começou a demarcar-se do regime após o 11 de setembro de 2001. Da pureza do Islão à intolerância “carijita” (Lemos Pires, 2016) que caracterizava a teocracia talibã ia uma distância muito grande, o que levaria o governo da Arábia Saudita a querer afastar-se rapidamente, tanto do regime talibã como, essencialmente, da Al-Qaeda. A ideologia extrema, tribal e religiosa, Talibã, a ideologia neo-salafista radical da Al-Qaeda, além dos membros de ambas as organizações, teriam de ser combatidos em duas das dimensões, as das ideias e as da contenção na ação, dentro do país e na origem do seu apoio.

Sendo a Arábia Saudita uma região de grande importância espiritual (a terra das duas Mesquitas), seria natural ser apontada pela Al-Qaeda como um dos seus desígnios fundamentais, ou seja, a estar entre os grandes objetivos a alcançar. A ambição da Al-Qaeda era clara (ver os vários trabalhos de Felipe Pathé Duarte na bibliografia): para se conseguir construir um califado pan-islâmico era necessário expulsar os infieis, nomeadamente as suas forças militares para fora dos “seus” territórios, provocar o caos na economia mundial (através, por exemplo, de um – felizmente abortado – ataque ao estreito de Ormuz) e levar à mudança política dos governos dos Estados Muçulmanos

² “Nos anos oitenta, angariar dinheiro para a campanha afegã contra os soviéticos fora não só muito popular, como tinha decreto oficial e era levado a cabo abertamente” pela Arábia Saudita – “um dos três países do mundo que reconheceram formalmente” o regime Talibã (Small & Hacker, 2016, pp. 46-47).

que eram considerados, pelos fundamentalistas, como sendo claramente apóstatas e corruptos, alinhados com os infiéis ocidentais, substituindo-os por regimes sujeitos na sua plenitude à pureza do Islão. Resumidamente, a ameaça era assim: (1) uma ideologia jiadista radical para impor uma visão e política única para relançar um califado que unisse toda a comunidade islâmica (a Umma); (2) uma estratégia que levasse à substituição dos governos “apóstatas” por lideranças adeptas deste princípio; (3) forçar o afastamento dos infiéis ocidentais destas áreas; (4) destruir/ derrubar as fronteiras impostas pelos poderes exteriores (em especial as do denominado tratado de Sykes-Picot de 1916) e, finalmente, (5) assegurar o crescimento do apoio financeiro e da sofisticação dos vários grupos de inspiração neo-salafista radicais.

A resposta global, tal como a regional, feita pelos regimes mais afetados (onde se encontrava o governo da Arábia Saudita) obrigaria a uma ação política multidirecionada e com o uso de todos os instrumentos ao dispor da estratégia, incluindo, mas não sendo este o dominante, o instrumento militar. O problema era global mas a perceção regional era distinta e merecia aproximações diferenciadas, região por região, país por país. Por exemplo, a maioria dos clérigos radicais da Arábia Saudita estavam em desacordo com os modelos seguidos pelos talibãs porque estes confundiam tribos com religião e faziam interpretações cruzadas da Sharia pelo que nunca aceitaram que o seu líder, Mullah Omar, se autointitulasse, como o “Comandante dos Fiéis”. Enquanto o Reino, nas décadas de 1980 e 90, servira para angariar fundos e recrutamento para agir fora, a ação para o contrariar fora limitada mas agora, em pleno século XXI, com a AQPA ativamente a procurar alvos na Arábia Saudita, o caso mudava completamente de figura. A ambição de Osama bin-Laden era clara, queria os EUA (principalmente) fora do país e queria “controlar a Terra das duas Mesquitas” e, evidentemente, o governo do país tinha de criar estratégias fortes para se lhe opor (Small & Hacker, 2016, pp. 45-51).

A estratégia da AQPA foi então baseada nos seguintes passos: primeiro estabelecer uma máquina informacional e de propaganda que levasse, por um lado, as pessoas para dentro ou a apoiarem a organização e, por outro, a denegrir a imagem Casa Real de Saud. Em segundo lugar estabelecer uma máquina política com capacidade de integrar os recrutas, lançar operações militares / terroristas e apelar à revolução do povo contra os seus líderes. Em terceiro lugar lançar operações no exterior por forma a denegrir a economia local e global, (como foi o caso da preparação de um ataque ao estreito de Ormuz) e, último passo, iniciar contactos para obter armas de destruição

maciça, essencialmente, nucleares, biológicas e químicas (programa de carbúnculo) (Small & Hacker, 2016, pp. 54-57).

Os extremos da ação sobre os radicais, quando não acauteladas, podem levar a um aumento do radicalismo em vez de o diminuir. Como os serviços de segurança na Arábia Saudita não estavam preparados para lidar com grupos tão bem preparados como a AQPA, usaram da força, abusaram da tortura e, sem provas concludentes, libertaram combatentes ainda mais radicalizados (como o caso do líder, proveniente de famílias abastadas, Ayri, mais conhecido como “O Sabre”). Esta constitui uma das primeiras ilações que tanto as forças regionais como as exteriores, iriam perceber que podia funcionar em sentido contrário. Estabelecer prisões de alta segurança, aparentemente com regras diferentes e com uso e abuso da tortura e humilhações, cria(va) mais radicais, aumentava o recrutamento e atraía a opinião pública para o lado dos detidos, como foi evidente neste caso Saudita ou como o foi em Abu Ghraib no Iraque. Um exemplo para o mau uso do instrumento militar, porque a criação e gestão de prisões militares, sem se incluírem numa política mais geral de detenção e reintegração dos jihadistas radicais, criava mais radicais em vez de os diminuir. As prisões, neste caso em múltiplos locais espalhados pelo mundo, do Iraque à Indonésia foram, em muitos casos, verdadeiros viveiros e fonte de crescimento de radicalismos crescentes, além de terem permitido a profusão de obras escritas e novas teorizações (cada vez mais radicais) para organizar e potenciar a ação.

Através da internet, as antigas obras Hanbalitas, de Tamyiah, de Wahab, de Sayid Qutb (que inspiravam grupos como a al-Qaeda) foram amplamente difundidas e, a estas, acrescentaram-se as obras do “Sabre”, da “Al-Nida”, a “Gestão da Selvajaria” e “Um Chamamento à Resistência Islâmica” (ver Lemos Pires, 2016). A mensagem começou a ficar cada vez mais clara, mais direcionada e organizada – os inimigos eram, não só aqueles que aprovavam a guerra nos lugares santos islâmicos, mas também quem os financiava e apoiava, ou seja, civis e militares, homens e mulheres. Como reação o governo Saudita mandou prender 30 dos clérigos mais radicais mas, mais uma vez, a partir da prisão, estes concertaram posições e declararam takfiris (apóstatas) todos os governantes e seus colaboradores. A detenção não aplacava o radicalismo, antes, incendiava ideias e políticas. Estavam-se a seguir respostas erradas. Mas houve mudanças.

Enquanto o cerco se apertava dentro do Reino, aumentavam as ações fora do mesmo, sobre os campos de treinos terroristas na Nigéria, na Argélia, no Sudão, em especial, no vizinho Iémen (que tem uma fronteira de 1.500

quilómetros com a Arábia Saudita e é hoje ainda, em 2016, não exclusivamente, palco de fortíssima interferência da ação Saudita, em especial, por parte do seu instrumento militar). Dentro do Reino, e como seria de esperar, os alvos eleitos eram as “ilhas de imoralidade ocidental no mar da Sharia” (Small & Hacker, 2016, pp. 107), ou seja, os enormíssimos bairros residenciais para estrangeiros conhecidos pelos nomes sugestivos de antigas cidades de dominação muçulmana em Espanha: Granada, Sevilha, Alhambra e Córdoba. A máquina informacional da AQPA anunciava que a verdadeira intenção da invasão dos EUA no Iraque visava a conquista posterior da “Arábia Saudita e a destruição de Meca e Medina” pelo que urgia contrariar estas mensagens bem elaboradas e amplamente difundidas. A 12 de maio de 2003, o bairro Alhambra foi atacado e o resultado sangrento saldou-se em 27 mortos e 160 feridos. Enquanto os EUA ocupavam Bagdade, os seus cidadãos eram alvos em muitas outras regiões, como neste caso da Arábia Saudita, e o apelo dos *jiadistas* foi claro: “retirar os norte-americanos da Arábia Saudita é um dever absoluto”.

A resposta imediata dos governos, tanto o saudita como o americano, não foi o que esperavam os *jiadistas*. Em vez de aparecerem grandes unidades militares americanas no Reino, ou seja, dando a imagem propalada pela A-Qaeda que, de facto, queriam “invadir o território sagrado, os EUA enviaram agentes do FBI para auxiliarem a investigação policial saudita. Reforçou-se a segurança, aprofundou-se o sistema de informações e manteve-se o instrumento militar a atuar contra as ameaças maiores e, fundamentalmente, contra os campos de treino internacionais fora do território. Era preciso salvar o equilíbrio na Arábia Saudita, os clérigos apoiavam o governo mas impunham, como sempre desde a aliança com Wahab no final do século XVIII, que fossem ouvidos e tidos em conta (por exemplo, no seu direito assimilado de decidir sobre a vida social e o sistema educativo). Por outro lado, a burguesia urbana, que controlava grande parte da imprensa e dirigia o serviço público, queria garantias de segurança e de estabilidade para a sua atividade. Referimos estes aspetos porque, quando olhamos para estes fenómenos de uma perspetiva puramente ocidental, apenas costumamos vislumbrar a interferência dos média e da opinião pública a condicionar a decisão política mas, neste caso, os constrangimentos são muito diversificados e de origens muito diferenciadas. Como, em geral nos países que habitualmente tomamos por referência, religião e Estado estão afastados, não se mede a ligação e afetação direta entre estas dimensões. Mas aqui, como na esmagadora maioria dos Estados com lei Islâmica, é impossível analisar a dimensão do problema, e a ação das respostas, sem entender a intrincada relação entre religião, o poder

político e a burguesia urbana. Esta a segunda grande ilação que queríamos retirar, as soluções têm de ser profundamente adaptadas á cultura local nas suas várias dimensões, incluindo a específica dimensão política.

A reação e resposta interna foram então, crescentemente, inteligentes. Primeiro, tentar forçar a saída de todos os *jiadistas* não sauditas do território (a Arábia Saudita tinha sido, nas últimas décadas do século XX, o porto de abrigo dos mais radicais da Irmandade Muçulmana egípcia, síria e iraquiana). Depois infiltrar agentes nas redes. Esta é uma terceira ilação, há instrumentos de ação política em determinados Estados que não têm paralelo nos Estados Ocidentais, e vice-versa. Esta ação de repúdio contra os neo-salafistas, ou *jiadistas-takfiristas*, foi feita, essencialmente, pela ação do Ministério de Assuntos Islâmicos: uma vez que Estado e Religião estão intimamente ligados, e como não há órgãos de gestão central nos sunitas – ver Lemos Pires, 2016b – é o Estado que assume a gestão dos assuntos religiosos neste país³.

Este exemplo apresenta alternativas, bem diferentes nas nossas matrizes ocidentais, de como usar o instrumento militar. Depois dos ataques complexos realizados e, sabendo-se que muitos mais de encontravam em preparação, a Arábia Saudita precisava de se munir de variados instrumentos de resposta. Primeiro exigiam-se armamentos e tecnologias sofisticadas. As Forças Armadas e a Guarda Nacional não dependiam do Ministério do Interior pelo que esta questão teria de ser coordenada entre mais do que um ministério, neste caso, também com a Defesa Nacional. As Forças Armadas estavam destinadas à defesa externa do território e a Guarda Nacional tinha algumas atribuições internas mas exclusivamente direcionadas para a defesa de pontos sensíveis. O primeiro passo foi então dado, o Ministro do Interior iria receber o apoio direto de forças e meios, tanto das Forças Armadas como da Guarda Nacional, sendo que a responsabilidade pelo seu emprego ficaria na dependência do coordenador nomeado pelo Ministro do Interior. Além das Forças Armadas, o Ministério do Interior contava sob o seu comando, para esta ação, com forças variadas que somavam um total aproximado de 150.000 homens, como a “polícia, as polícias de fronteira, as patrulhas de segurança, os Mujahedin (essencialmente uma polícia tribal), as Forças de Emergência, as Forças Especiais” (Small & Hacker, 2016: 148). O segundo passo foi encontrar uma cadeia de comando unificada sob um coordenador do Ministro do Interior. Para além destas forças ainda existiam os serviços secretos que também não dependiam

³ “O Ministério de Assuntos Islâmicos anunciou que despedira 44 pregadores de sexta-feira incompetentes, 160 imãs e 149 muezins, e que suspendera mais de 1357 religiosos das suas funções” (Small & Hacker, 2016, p. 147)

do Ministro do Interior mas, devido à urgência da ação, o principal serviço de informações, o Mabahit, passou também a responder ao coordenador no Ministério do Interior, o Príncipe Muhammad. Com este último passo, da unidade de comando, e bem reforçado com homens, dinheiro e armamento, o combate aos *jiadistas* tomou outro fôlego. Quarta ilação, quando se decide uma ação abrangente e concertada numa determinada área, neste caso, no território nacional Saudita, cria-se uma estrutura de comando unificada, que permite coordenar a ação entre todos os meios do Estado, tanto da Defesa como da Segurança ou da Justiça, e clarificam-se princípios gerais de comando para que os mesmos sejam usados de forma progressiva, em ação direta, ou apenas em reforço ou como capacidade complementar.

O inimigo estava bem organizado, em rede e fortemente financiado, pelo que não seria uma tarefa fácil conseguir a vitória em pouco tempo. O esforço iniciou-se através de (1) uma ampla estratégia de detenções, nomeadamente sobre os clérigos denominados de “*troika Takfiri*” que ampliavam os objetivos e ideologias radicais. Numa ação direta seguiu-se uma campanha, através de buscas, para se fazerem (2) capturas de armamentos e explosivos. Simultaneamente os serviços secretos começaram a (3) controlar os fluxos financeiros e as comunicações, em especial o grande esforço que a AQPA fazia para comprar um “dispositivo nuclear russo”. Os clérigos mais importantes do Reino foram cooptados para (4) emitirem declarações e fátuas (pronunciamento religioso de caráter vinculativo) a condenar as ações dos *jiadistas*. Por fim, ao nível diplomático, iniciou-se uma verdadeira (5) “campanha” para reverter uma determinada imagem criada de que “a Arábia saudita era o epicentro do financiamento terrorista” (como muitos políticos e comentadores afirmavam pelo mundo inteiro). Os efeitos começaram a ser sentidos. Quinta ilação, apenas a ação concertada em diversos patamares da política, da diplomacia e da estratégia, consegue efeitos duradores e eficazes.

A AQPA retaliou também em várias dimensões, nomeadamente através de mais instrumentos de radicalização, com novos textos postos a circular, por exemplo, “Os escritos de Abu Bakr al-Siddiq sobre matar Apóstatas” que encorajava as pessoas a se tornarem, por iniciativa própria, em agentes *jiadistas* ou o “Trinta e Nove Maneiras de Servir e participar na *Jiade*” que apelava também a uma ajuda direta dos combatentes. Esta estratégia da informação ainda se mostrou mais eficaz com a edição periódica da “Voz da *Jiade*” além de inúmeros vídeos e panfletos promocionais (Small & Hacker, 2016, pp. 158, 174, 184 e 211-212).

De seguida houve um esforço em aspetos pouco visíveis da dimensão religiosa, por exemplo, não bastava apelar aos polícias e aos soldados para combaterem os jiadistas, quando estes sentiam que lutavam contra os seus “irmãos”. O Ministério do Interior pediu ao Grande Mufti para explicar às forças de defesa e de segurança que os jiadistas eram terroristas e atuavam contra o Islão e, apenas então, se conseguiu uma plena adesão à estratégia combatente. Sexta ilação, é no patamar das motivações que se ganham as grandes adesões e a determinação para combater. A mensagem defendida pelo Grande Mufti, e depois exponenciada pelo Príncipe Muhammad era simples de explicar: defendia-se a terra de “terroristas insurrectos, defendia-se a fé de heréticos equivocados”. A ação ficou então mais decidida, mais coordenada e, devido à guerra do Iraque, porque muitos dos possíveis recrutas da AQPA optavam por ir combater contra os verdadeiros infiéis noutra região sagrada do Islão, levou a um forte agravamento nas fileiras devido à falta de recrutas para combater na Arábia Saudita, e os efeitos começaram a ser visíveis no país⁴.

Em último lugar, porque assim o devemos entender na escolha dos vários instrumentos ao serviço das políticas e das estratégias, temos o uso, tão ou mais importante, da ação direta. Esta foi e tem de ser feita em todas as dimensões. Assim, recorreu-se ao uso de “carros blindados e helicópteros” das Forças Armadas para fechar perímetros nas zonas de intervenção enquanto as forças especiais da Polícia intervinham com o pré-posicionamento de milhares de soldados e polícias nos lugares mais vulneráveis. Registou-se uma enorme adesão dos sauditas aos programas de denúncia de terroristas (através de números de telefone diretos), controlando o financiamento direto e indireto da AQPA em parceria com vários governos (incluindo o dos EUA). O Príncipe Bandar (Embaixador saudita em Washington) afirmou então de forma muito clara: “o takfirismo violento é tão velho como o próprio Islão (...) surgiram pela primeira vez durante a era dos companheiros de Maomé, os que assassinaram o terceiro califa, Uthman ibn Affan (...) o que nos aflige encontra-se nas nossas fileiras (...) somos obrigados enquanto regentes, clérigos e cidadãos, a seguir e a implementar as palavras de Deus (...) sem deliberar ou hesitar” (Small & Hacker, 2016: 320). A mensagem era clara, dirigia-se dentro do próprio Islão (embora tivesse também, de uma forma implícita, uma acusação sectária contra o outro ramo principal do Islão: os Xiitas)⁵, e apelava

⁴ “Todos os meses centenas de sauditas integravam a jiade no Iraque” (Small & Hacker, 2016, p. 205)

⁵ Referências completas em Lemos-Pires, 2016.

aos três níveis do poder saudita – “regentes, clérigos e cidadãos” – e pedia uma determinação implacável contra os *jiadistas*: “o demónio encontra-se entre nós e bate-nos impetuosamente à porta”. A esta sétima ilação, do reconhecimento das fragilidades e da primazia na ameaça interna e, através do apelo às populações pelas elites, juntou-se ainda mais uma estratégia tão ambiciosa como perigosa: a de reconverter *jiadistas* em cidadãos cumpridores. O Príncipe Muhammad anunciou: “A porta está aberta para o perdão”.

Usando clérigos como mediadores, conseguiram-se juntar mais de 2.500 participantes num programa de reintegração. Muitos deram entrevistas e essas foram passadas com mestria pela televisão pública com uma intenção fundamental: provar que a maioria dos *jiadistas* tinham pouca ou quase nenhuma formação e haviam sido enganados para se juntarem a uma causa sem sentido. Do número total já tinham, até 2007, reincidido no *jiadismo* cerca de 83, o que parecia um número pequeno e que levou o Príncipe Muhammad a querer encontrar-se com um dos mais famosos “arrependiados”, Abdullah. O encontro deu-se com grande exposição mediática mas o inesperado aconteceu, o próprio Abdullah tinha dentro si explosivos que fez detonar (o que se denominou de supositório-bomba). Mas o falhanço foi grande porque, embora tenha desfeito o corpo do atacante, a ausência de materiais projetáveis não causaram quase nenhum dano ao Príncipe. Última e oitava ilação, a par da importância da existência de programas para reintegrar ou dar caminhos alternativos a futuros radicais é importante reconhecer que não há soluções absolutas e a vigilância terá de permanecer.

4.2 Reflexão sobre a utilização do instrumento militar

Como pudemos observar, mesmo num quadro de emprego e matriz cultural tão diferente do que usamos, é possível reconhecer as grandes linhas para a aplicação do instrumento militar no combate ao terrorismo transnacional. Sinteticamente, apresentamos seis grandes linhas de ação em que o instrumento militar pode ser usado com eficácia e complementaridade.

Primeiro que a ação se deve centrar no combate às origens do problema: fora através de, preferencialmente, amplas coligações de países em operações expedicionárias para o combate e para a estabilização dos territórios intervencionados e, dentro de cada Estado visado (em causa), de forma complementar, em reforço e supletivamente com todos os restantes instrumentos do Estado. Usar respostas imediatas, usando os instrumentos de forma apresada sem ter em linha de conta as fortíssimas implicações na imagem, credibilidade e integridade de quem exerce a autoridade provoca, inequivocamente,

mais dano que auxílio. Exemplo do que afirmámos ficou claro no mau uso das prisões militares e numa cega e apressada utilização demasiado forte e desmesurada da força.

Em segundo lugar, cada caso é um caso. Não há soluções importadas de um país para outro país, de uma região para outra região e não se podem copiar soluções. Replicar sucessos sem atender às idiossincrasias culturais será um erro grosseiro, como vimos neste caso, através da ação do Ministério dos Assuntos Islâmicos, que dificilmente terá paralelo na maioria dos países em comparação ou, sem atender ao peso específico que têm determinados grupos sociais numa determinada sociedade, como é o caso da burguesia comercial de Riade.

Em terceiro lugar, não poderá haver ambiguidades na determinação de quem dirige a ação, externa ou interna, na coordenação dos meios dos Estados. Também, caso a caso, deve ser definida uma autoridade única de comando e controlo que clarifique dependências e estabeleça prioridades para que não haja divergências ou ações descoordenadas. O uso do instrumento militar deve ser usado como a primeira escolha fora do território nacional, sem ser exclusivo e contando com todos os restantes instrumentos do Estado mas, dentro de cada território, deve a primazia da ação ser da responsabilidade das forças e serviços de segurança usando e tirando partido de todas as capacidades existentes nas forças armadas de forma clara, bem dirigida e sob uma cadeia de comando bem perceptível e ajustada a cada momento e a cada contexto (tempo da ação, intensidade geral da ameaça, e nível da força / poder relativo numa situação específica duma ação).

Em quarto lugar, o uso do instrumento militar faz-se em harmonia, de forma holística, com todos os instrumentos do Estado, da política à diplomacia, da ação social à economia. Não se desenham soluções setoriais, antes, estabelecem-se políticas com um alcance de curto, médio e longo prazo e alinham-se estratégias de forma coordenada e sempre complementar. Não há momentos separados para cada componente da estratégia, terá sim de existir, uma coordenação e ação permanente, de todos e com todos.

Em quinto lugar, é preciso atender, entender e atuar sobre as motivações, tanto de quem causa terror como de quem os combate. Para uns tenta-se quebrar a determinação, procurar o abandono das redes terroristas e encontrar mecanismos de reintegração na sociedade (Desarmar, Desmobilizar e Reintegrar – DDR – e fazer a Reforma do Sector da Segurança – RSS – apoiando o levantamento e sustentação das forças armadas e forças e serviços de segurança), para

os que os combatem é obrigatório provar-se da legitimidade da ação, da ilegalidade dos adversários e da nobreza da missão na defesa da vida humana.

Em sexto e último lugar, é forçoso entender que não há soluções pere-nas e claramente vencedoras. A ameaça do terrorismo será permanente por-que, tratando-se simplesmente de uma tática ou uma técnica aposta sobre uma ideologia, poderá sempre ser usada por quem o determine. Só através de uma atitude consistente de vigilância e de abertura para novas soluções, prevenindo na ação e acautelando a efetiva coordenação entre todos os ins-trumentos do Estado, para agir dentro e fora das fronteiras, será possível garantir um efetivo sentimento de segurança.

O instrumento militar é fundamental hoje, como ontem, como ama-nhã, e o seu uso não se circunscreve a fronteiras ou a meras definições de estados de exceção ou de guerra. O instrumento militar pode e deve ser usa-do nas três dimensões enunciadas.

Na primeira dimensão, face aos fatores potenciadores e disruptivos, serão as missões em apoio ao desenvolvimento e bem-estar (que todas as Forças Armadas têm como sua missão estrutural, como é o caso de Portugal) que ajudarão todos os restantes instrumentos do Estado. Ajudando as pes-soas a viver em maior segurança e melhores condições de vida, contribuindo para a vigilância no ar, no mar e em terra, monitorizando o uso e abuso dos recursos, construindo e apoiando iniciativas científicas e sociais locais, etc., as Forças Armadas são um importantíssimo instrumento ao serviço das populações, tanto dentro como fora, dos seus territórios nacionais.

Na segunda dimensão, da prevenção do jihadismo radical, o instrumen-to militar, além de participar ativamente na prevenção, deteção e esclareci-mento das comunidades, também tem um outro papel fundamental e de excecional importância – de se apresentar como o exemplo inclusivo social num país. Por princípio as Forças Armadas não descriminam quem nelas quer entrar, homens ou mulheres, ricos ou pobres, de supostas classes sociais dife-rentes, de qualquer religião. O critério de entrada é, ou deverá ser, exclusiva-mente o do mérito e, depois, ao longo da carreira, todos podem atingir o topo. Este exemplo é fortíssimo para quem quer apregoar supostas superioridades entre religiões, ideologias, de género ou outra. As Forças Armadas, ao estarem presentes em todas as regiões do mundo e, em especial nas mais inóspitas e adversas, transmitem a imagem de um instrumento militar coeso, equilibrado e inclusivo e é um dos meios mais fortes para, de uma forma prática, combater ideias extremistas e excludentes.

Por fim e na terceira dimensão, contra ameaças reais como é o Daesh, que tem um alcance regional e global, ou seja, que pode chegar inclusivamente ao nosso território, o instrumento militar atua: fora do território nacional, através de missões expedicionárias para o combate ou para a estabilização e, pode e deve integrar os outros instrumentos do Estado conforme vimos nos parágrafos anteriores; dentro de cada Estado o uso do instrumento militar deve ocorrer na proporcionalidade e da necessidade conforme o nível da ameaça, dentro são forças e serviços de segurança que devem ter o papel principal e o instrumento militar deve estar preparado para reforçar, complementar e apoiar, de forma supletiva, a ação de todos para que, de uma forma coordenada e clara, se tire o melhor rendimento dos meios ao dispor de um Estado.

Da mesma forma que não há soluções exclusivamente militares, também não poderá haver soluções holísticas, coordenadas e amplas, dentro ou fora, em situações de paz, de exceção ou de guerra, que possa dispensar o seu uso. A segurança e o bem-estar das populações é não só uma preocupação mas acima e tudo, é uma responsabilidade de todos, desde que, em nome do Estado que servem, se saiba usar tudo e todos com coordenação, colaboração e convergência para a ação.

Bibliografia

Duarte, FP.

2015. *Jihadismo Global: Das Palavras aos Actos*. Lisboa: Marcador.

2016. A subversão global em rede. in *XXI – Ter Opinião*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, n.º 6 (janeiro/junho 2016), pp. 120-124.

Lemos Pires, N.

2011a. *Cartas de Cabul*. Lisboa: Tribuna da História.

2011b. *NATO's Operational Mentor and Liaison Team: Contributo para o desenvolvimento das Forças Armadas do Afeganistão*. IDN Brief, fevereiro de 2011, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

2011c. A NATO no Paquistão em 2005: uma perspectiva portuguesa., in *Actas do Seminário sobre O Afeganistão*. Lisboa: Programa D. Afonso Henriques e Tribuna da História.

2012a. Terrorismo: Uma Ameaça Perene. *Revista Militar* vol. 64 n.º 6/7 (junho/julho), pp. 663-680, disponível em: http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=714 [consultado a 17 de dezembro de 2015].

- 2012b. Terrorismo: uma tecnologia off the shelf. Revista Dragões d'Entre Douro e Minho, Regimento de Cavalaria N.º 6 (julho), Ano XII, n.º 33, pp. 46–49.
2013. Portugal, os Estados Unidos da América e as Guerras do Século XXI., Revista Nação e Defesa n.º 135 (junho), 5.ª Série, pp. 134–152.
2014. *Wellington, Spínola e Petraeus: O Comando Holístico da Guerra*. Lisboa: Nexo.
2015. As Forças Armadas e o Terrorismo Internacional. Revista Segurança & Defesa n.º 31, (fevereiro-junho), pp. 08–14.
- 2016a. Das Ameaças-Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Civis. in BORGES, J e RODRIGUES, T. *Ameaças Transnacionais*. Lisboa: Universidade Nova e Fronteira do Caos, pp. 153-174.
- 2016b. *Resposta ao Jiadismo Radical: Políticas e Estratégias para vencer grupos como a Al-Qaeda e o Daesh*. Lisboa: Nexo.
- Small, T e Hacker, J. 2016. *A luta contra o projeto da Al-Qaeda: Caminho de Sangue*. Lisboa: Bertrand Editora.